

ÂNGELA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIAS E IDENTIDADES: RELIGIOSIDADE E
EDUCAÇÃO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE ERNESTINA/RS**

PASSO FUNDO

2016

ÂNGELA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIAS E IDENTIDADES: RELIGIOSIDADE E
EDUCAÇÃO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE ERNESTINA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

PASSO FUNDO

2016

*Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus, não sou o que era antes.*

Marthin Luther King

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem tenho a agradecer. Na verdade, todo o processo de construção desta dissertação carrega um pouquinho de cada um que conviveu e convive comigo, e felizmente, não são poucos. Entretanto, numa justa homenagem aos que sempre estiveram mais próximos de mim, não poderei negar que ajudaram a formar a pessoa que hoje sou, por isso, passarei a nominar alguns, sabendo, desde já, que muitos outros nomes do passado e do presente não relacionados aqui, encontram-se listados em minha memória e no meu coração. A todos dedico meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Deus, luz em minha vida, que mostra que as coisas mais fantásticas da existência muitas vezes encontram-se aparentemente escondidas nas coisas mais simples que existem.

Agradeço à minha família, que mesmo em meio a muitas dificuldades e tristezas que juntos passamos, jamais abdicou dos bens mais preciosos: o amor, o carinho, o acolhimento e tantos outros sentimentos que fazem qualquer família se sentir a mais perfeita.

Sou muito grata a Antônio Carlos Subtil de Oliveira (*in memoriam*) pelo amor, companheirismo e carinho vividos ao longo de 27 anos juntos, e mesmo diante da dor, do sofrimento, me fez buscar forças de seguir adiante. Saudades eternas.

Ao meu orientador Adelar Heinsfeld, pela amizade, respeito, preocupação e carinho que sempre dispensou. Agradeço pelos incentivos, conselhos, puxões de orelha e pelo exemplo de pessoa a ser seguido. Seu trabalho, sua história e seu jeito bacana, humano e sábio de ser merece o mais digno reconhecimento: o meu muito obrigada.

Aos amigos, amigas, familiares, colegas, professores e membros da comunidade Evangélica, personagens detentores de inúmeras sabedorias, agradeço as boas vibrações e contribuições recebidas.

RESUMO

A memória social é um fenômeno coletivo e cultural, construído coletivamente e transformando-se constantemente. Ela transmite a cultura local herdada e é constituída por vivências sociais. São elementos que servem de apoio à memória: os acontecimentos, as pessoas e os lugares. A pesquisa “História, Memórias e Identidades: religiosidade e educação como patrimônio imaterial de Ernestina” objetiva explorar e conhecer a história e a memória do Município e seu patrimônio cultural através do viés da religiosidade e germanidade como patrimônio imaterial. A pesquisa aborda o patrimônio histórico e cultural através de uma pesquisa bibliográfica, seguida de um capítulo dedicado à História do município de Ernestina numa abordagem relativa à importância da religiosidade na fixação e identificação das comunidades, tendo como suporte relatos orais transcritos para o Museu Municipal de Ernestina. Tendo origem na colonização alemã, Ernestina conta intensamente com a presença da Igreja Luterana. A germanidade na história das populações teuto brasileiras, em particular no Rio Grande do Sul, demonstra a importância histórico cultural da miscigenação dos povos para o crescimento de uma nação. Em Ernestina, particularmente, escola e igreja se constituíram em instituições fundamentais para a preservação e revitalização da cultura germânica no contexto da imigração alemã no Brasil, cujas marcas estão representadas na língua materna, usos e costumes. Entende-se que a preservação do patrimônio cultural se deve ao fato de a vida de uma comunidade, de um povo, estar relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação.

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial; Religiosidade; Educação; Ernestina/RS.

RESUMEN

La memoria social es un fenómeno colectivo y cultural, construida colectivamente y sometida a cambios constantes. Transmite la cultura local heredada y consiste en acontecimientos sociales experimentados. Son elementos que apoyan la memoria: los acontecimientos, personas y lugares. La investigación “Historia, Recuerdos e Identidades: religiosidad y educación en el patrimonio inmaterial de Ernestina” objetiva explorar y aprender sobre la historia y la memoria de la ciudad y su patrimonio cultural a través de la parcialidad de la religiosidad y germanidad como patrimonio intangible. La investigación aborda el patrimonio histórico y cultural a través de una revisión de la literatura, seguido de un capítulo de la historia del municipio Ernestina y un enfoque en la importancia de la religión en el establecimiento y la identificación de las comunidades, apoyados en relatos orales transcritos al Museo Municipal Ernestina. Con la colonización alemana, Ernestina cuenta con la presencia de la Iglesia Luterana. El germanidad en la historia de las poblaciones teutónicas brasileños, sobre todo en Rio Grande do Sul, demuestra la importancia histórica cultural del mestizaje de las personas para el crecimiento de una nación. En Ernestina, en particular la escuela y la iglesia constituyen en instituciones clave para la preservación y revitalización de la cultura alemana en el contexto de la inmigración alemana en Brasil, cuyas marcas están representadas en su propio idioma y sus costumbres. De antemano, se sabe que la preservación del patrimonio cultural es debido al hecho de que la vida de una comunidad, de un pueblo, se relaciona con su pasado, su experiencia, a las transformaciones de su historia. La preservación tiene como objetivo mantener la memoria de los acontecimientos, sus orígenes, su razón de ser. Preservar el patrimonio histórico es relacionarlo con las interacciones humanas vinculadas a él. Lo que lo hace un valor patrimonial dotado de significado es la atribución de sentidos o significados que un bien posee a un grupo social determinado, lo que justifica su conservación.

Palabras clave: Patrimonio Inmaterial; Religiosidad; Educación; Ernestina /RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Luiz e Ernestina Longo com os filhos Ângelo e Leonilda	38
Figura 2: Monumento na Praça Central de Ernestina	39
Figura 3: As Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul	41
Figura 4: Ação dos Bandeirantes nas Reduções Jesuíticas	44
Figura 5: Mapa de Três Lagoas	46
Figura 6: Jorge Cafruni em expedição pela mata de Três Lagoas	47
Figura 7: Ernestina como 8º distrito de Passo Fundo	48
Figura 8: Local dos primeiros encontros da comunidade	65
Figura 9: Inauguração da Igreja Luterana em 1934	66
Figura 10: Símbolo da OASE	68
Figura 11: Grupo de OASE e Pastor Kellert	68
Figura 12: Núcleo Distrital Dona Ernestina – Passo Fundo-RS	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	13
1.1 O Patrimônio	13
1.1.1 O Patrimônio e suas Mudanças Conceituais	15
1.1.2 Patrimônio e a Relação Simbólica com a Nacionalidade	20
1.2 Um “Olhar” Legal do Patrimônio: do Internacional ao Nacional	24
1.3 O papel da história enquanto patrimônio imaterial	32
2 ERNESTINA: HISTÓRIA, MEMÓRIA... ..	36
2.1 Quem foi Ernestina?	36
2.2 Ernestina antes de Ernestina	40
2.3 Evolução política de uma comunidade “alemã”	47
3 RELIGIOSIDADE: IGREJA E GERMANIDADE EM ERNESTINA	55
3.1 Igreja e Germanidade	55
3.1.1 Jesuítas	55
3.1.2 Imigração Alemã	58
3.1.3 Luteranismo	63
3.2 Religiosidade e germanidade na construção das comunidades	69
3.3 A imigração alemã, a igreja, as escolas	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

Ernestina tem uma história rica, fato que ainda é ignorado por muitos de seus habitantes. Estiveram por estas terras os indígenas, os jesuítas, os bandeirantes, os imigrantes vindos da Europa, enfim, várias culturas que acabaram deixando suas marcas na construção da comunidade que mais tarde viria a ser o município então em estudo.

Cercada de muitas versões, a história do município, como de tantos outros neste país, encontra divergências em relação a que fará parte definitiva de sua história e de sua memória. A origem do nome “Ernestina” é cercada de diferentes versões, bem como, a história da instalação do povoado que deu origem ao município em torno de 1880-1900.

A personagem “Ernestina” ainda é uma incógnita quanto à sua comprovação histórica. No entanto, parece correto afirmar que o nome do município deriva de uma mulher, cujo papel expressivo foi referência na constituição do povoado. Porém, mesmo com escassa documentação e depoimentos diferenciados por parte da comunidade, caminha-se rumo a desvendar a origem do nome “Ernestina”, recuperando-se, assim, um dos “elos” desta história.

A fim de contextualizar a presente pesquisa, a princípio se faz necessário entender a memória, que é, via de regra, definida como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (sons, imagens, textos, objetos, etc.). Caracteriza-se como um tema que sempre desperta interesse nas pessoas, não apenas em relação ao seu funcionamento e aspecto cognitivo, mas também em relação à articulação da mesma como fonte de ligação social e construção da identidade cultural.

Dos quadros mais marcantes aos acontecimentos mais comuns, tudo que se passa na vida das pessoas é registrado na memória. Algumas memórias se perdem, por não ter muita importância, ou porque precisam ser esquecidas. Outras memórias se perdem ainda pelo fato de não serem valorizadas adequadamente, pois a memória permite ao sujeito que ele dê algum sentido ao seu estar no mundo nos momentos em que ele se interroga sobre quem é e o que realizou (XAVIER, 2013).

Uma pessoa sem memória não tem identidade. O próprio conceito de quem se é depende da história pessoal, como sendo fruto dela. Quando uma pessoa não lembra sua história, ela não tem referências para ser distinta dentro de determinado grupo. Essa distinção, de acordo com Gilberto Xavier (2013, p. 1), “é fruto da história de cada um e de suas heranças culturais, fatores determinantes para a individualidade de cada ser humano”.

Na atualidade, o interesse pela base social da memória atinge a vida cotidiana, sendo objeto de estudo da sociedade, da história, da cultura, da arte, da literatura, ou seja, da memória social. Susan Guggenheim (*apud* Xavier, 2013) afirma que a memória coletiva, seja construída pelos grupos sociais, ou por toda uma sociedade, “desperta nas pessoas a sensação de pertencimento a um determinado grupo por terem vivenciado os mesmos ‘momentos históricos’. Este sentimento de poder recordar experiências em comum é uma das características que distinguem uma geração da outra” (grifos meus).

A vivência dos momentos históricos foi observada no decorrer desta pesquisa nos depoimentos dos antigos moradores de Ernestina. São testemunhos de que as recordações, a memória coletiva, são capazes de imprimir uma história particular, dando vida ao local.

Não se nega que exista uma memória individual, aquela guardada por um indivíduo e que se refere às suas próprias vivências e experiências. Porém a memória individual contém também aspectos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é, onde esse indivíduo foi socializado. Assim, a partir da memória individual, forma-se a coletiva, através dos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla.

Em relação às memórias, Olga Rodrigues de Moraes Von Simon destaca que existem as “memórias subterrâneas ou marginais” que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade.

Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, obras de arte e só se expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores “que se utilizam do método biográfico ou da história oral” criam as condições para que elas emergam e possam então ser registradas, analisadas e passem então a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade. Elas geralmente se encontram muito bem guardadas no âmago de famílias ou grupos sociais dominados nos quais são cuidadosamente passados de geração a geração (grifos meus) (VON SIMON, 2006, p. 1).

Assim, no decorrer deste trabalho procurou-se perceber a memória coletiva de Ernestina como seu principal patrimônio, onde se destacaram as representações (simbólicas) do patrimônio (individuais e coletivas) numa escala local, buscando sua origem, história, fundamentação e noções de preservação, valorização e reconhecimento de seu patrimônio como um bem cultural de todos.

Diversos autores já apresentaram resultados de investigações sobre as relações conflituosas envolvendo memória, poder e identidade – na constituição e na seleção dos bens patrimoniais – que resultaram na incorporação de outros termos, expressões e categorias que se desdobraram e inter-relacionam com o tema: tradições, patrimônio imaterial, natural e cultural e o discurso de sustentabilidade.

As questões de poder, no caso desta pesquisa, podem ser relacionadas, principalmente à colonização de Ernestina. Considerado um local estratégico, a princípio foram os jesuítas que aqui estiveram que imprimiram sua força, afastados então pela ação dos bandeirantes. Mais tarde, principalmente os imigrantes alemães, fixaram sua identidade na constituição do local no período de colonização.

O período de colonização apresentou intensas dificuldades. Os colonos alemães que chegaram ao local onde hoje é o município de Ernestina enfrentaram um forte isolamento, agravado pela ausência de infraestrutura. O isolamento a que os colonos foram submetidos reforçou a criação de um sentimento étnico, cultural e religioso próprio. O reforço desse sentimento está vinculado à ausência de direitos políticos por parte dos colonos que aqui chegaram durante o século XIX. Essa situação de isolamento era mais agravada entre colonos luteranos do que entre católicos.

Os imigrantes alemães, vivenciando tantas agruras, encontraram na escola, na igreja e na família instituições que passaram a exercer um papel determinante na afirmação da identidade coletiva entre os alemães. As escolas, nas colônias, ganharam contornos étnicos, sendo orientadas por princípios germânicos, que reforçavam a consciência étnica dos filhos dos imigrantes.

Diante disso, a pesquisa “História, Memórias e Educação – a religiosidade e a educação como patrimônio imaterial de Ernestina” objetiva explorar e conhecer a história e a memória do Município e seu patrimônio cultural através do viés da religiosidade e da educação como patrimônio imaterial. Para tanto, fez-se um recorte na história, contemplando o período entre 1632, de onde se tem os primeiros registros de povos indígenas, jesuítas na

região, passando pela colonização alemã e indo até o ano de 1988, data da emancipação do povoado de Ernestina.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, com caráter introdutório, aborda o patrimônio histórico e cultural que se caracteriza por um bem que pertence a uma pessoa (particular) ou a uma reunião de pessoas, uma comunidade (público). Estudar e elencar o patrimônio de uma localidade ou nação é apenas um meio de compreender algumas transformações sociais que ocorrem em determinada população. O conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais herdados pelos contemporâneos somente passa a constituir o patrimônio histórico das comunidades quando é reconhecido como tal pelo sujeito que o incorpora à sua experiência.

Após a contextualização teórica, segue-se um segundo capítulo dedicado à Ernestina. Neste capítulo, aborda-se todo o processo histórico, desde a ocupação Jesuítica (Redução Santa Teresa do Curiti – 1632), à criação da Colônia “Dona Ernestina” (1900), chegando à denominação de cidade (1988) até a atual constituição. Levantando questões educacionais, sociais e políticas, bem como a cultura e a identidade local.

Finalmente, o terceiro capítulo compõe-se de abordagens relativas à importância da religiosidade na fixação e identificação das comunidades. Tendo em sua origem a colonização alemã, Ernestina conta com a presença da Igreja Evangélica Luterana, embora a Igreja Católica também esteja presente.

Para a consecução deste trabalho, foram estudados os relatos orais de moradores transcritos pelo Museu Municipal de Ernestina e os dados coletados estão organizados e analisados a partir da pesquisa bibliográfica acerca de patrimônio e memória que embasa este trabalho.

1 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

1.1 O Patrimônio

A fim de delimitar o presente trabalho, inicialmente apresenta-se a acepção de patrimônio e suas mudanças conceituais, sua relação simbólica com a nacionalidade, bem como a visão legal do patrimônio (do internacional ao nacional), o patrimônio cultural ante a legislação nacional e ainda as instituições que salvaguardam o patrimônio. Esses elementos embasam teoricamente este trabalho, o qual define o patrimônio como um bem cultural que, teoricamente, pertence a todos os segmentos da sociedade.

O vocábulo “patrimônio” se sujeita a várias interpretações, contudo todas apresentam uma semelhança: patrimônio é um bem que pertence a uma pessoa (particular) ou a uma reunião de pessoas, uma comunidade (público). Nesse sentido, é importante definir o que é patrimônio, a quem pertence e de quem é a responsabilidade por sua conservação. A respeito, José Reginaldo Santos Gonçalves (2003) define:

Patrimônio está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (apud ZANOTTO; MACHADO, 2012, p. 14).

Em geral, a expressão patrimônio está associada a uma propriedade, um bem econômico ou um legado de família. Interessante lembrar que *patrimônio* é um termo de raiz latina – *patrimonium* –, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai – *pater* –, isto é, tudo o que estava sob o domínio do senhor – a mulher, os filhos, os escravos, os animais e os bens móveis e imóveis (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11).

De acordo com Françoise Choay, a palavra *patrimônio* – em sua origem – “estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (2006, p. 11). Pensamento semelhante apresenta Leonardo Castriota (2009, p. 22) ao afirmar que, inicialmente, “o conceito se remete à herança familiar transmitida ao longo das gerações no antigo direito romano”.

A busca de uma identificação e sentimento de nacionalismo legitima a formação dos Estados, promovendo sentimentos de união a um ideal comum: nação. Assim, o Estado ganha sua legitimidade e poder como gestor, administrando e representando os interesses e os bens de sua pátria. O Estado, com a função de protetor, percebe a importância de preservar seus bens históricos e artísticos, preservando a sua história nacional através das representações e símbolos de objetos antigos e monumentos. Na mesma linha de pensamento, a destruição dos mesmos marca a ausência do Estado para com seu patrimônio¹.

Ao se estabelecer a abrangência sobre o que é patrimônio, é preciso entender que existem relações históricas em torno de um bem, como igualmente a memória patrimonial pode tornar-se foco de agitações, como bem observa João Carlos Tedesco:

Entendemos ser a memória patrimonial uma construção social, da qual se disputam seus enunciados discursivos, sua atribuição de valor, suas práticas, que asseguram sua preservação e inviolabilidade. Existe um campo de disputas por significados e pela legitimação e hegemonia do mesmo inserido num campo entre classes, etnias e grupos em luta material e simbólica (TEDESCO, 2004, p. 75-76).

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca a noção de patrimônio cultural cumpriu, historicamente, algumas funções simbólicas como:

[...] a idéia de cidadania, sendo que os “bens” são do interesse do povo e seus cuidados por meio da responsabilidade do Estado; tornar visível a nova visão de nação, através da identificação e representatividade dos seus bens; transformar seus bens patrimoniais como símbolos e registros oficiais da história nacional; e promover a educação de novos cidadãos através da valorização e conservação dos bens referenciais (FONSECA, 2005, p. 48).

¹ Frequentemente se tem notícias de locais (instituições, templos, casarões) que são demolidos para dar lugar a outros, com a mesma finalidade, porém com projetos de linhas modernas.

Assim, fomenta-se a ideia de patrimônio pela atribuição de valor, justificando a sua importância. Cria-se um universo simbólico específico aos patrimônios culturais, onde o valor nacional é o seu cerne. “Esses bens viriam objetivar, conferir realidade e também legitimar essa comunidade imaginada”. Nesse contexto, “a comunidade imaginada é a ideia de nação da sociedade ocidental do século XVIII na qual as pessoas se identificavam através dos seus bens culturais” (FONSECA, 2005, p.31).

A sensibilidade com o significado de políticas para proteger os bens que competem ao patrimônio cultural de um povo remete ao final do século XVIII (mais particularmente à Revolução Francesa), conforme esclarecem Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro. Conforme os autores, neste período,

[...] se desenvolveu outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado. Implementaram-se, a partir de então, as primeiras ações políticas para a conservação dos bens que representassem o poder, a grandeza da nação que os portava, entre as quais uma administração encarregada de elaborar os instrumentos jurídicos e técnicos, assim como procedimentos técnicos necessários para a conservação e o restauro de monumentos (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 2).

Da herança paterna, aos processos dinâmicos culturais, as transformações das relações humanas e interações com meio, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu uma maior significância no ocidente. Não mais um patrimônio único, imortal e imutável quando se fala em processo. Essa nova construção de pensamento se dá na criação, interação, relações das pessoas, conceitos processados no conflito de ideias e concepções.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural incorporou novas dimensões, além da histórica e artística, desencadeando conseqüentemente mudanças comportamentais e sentimentais, sobre o viés da evolução e os vestígios do passado herdado de um patrimônio que passou de consagrado para comum de todos.

1.1.1 O Patrimônio e suas Mudanças Conceituais

Estudar a temática do patrimônio cultural, apesar do crescente interesse despertado na contemporaneidade, não é algo recente ou inovador em virtude da ampla literatura acadêmica já produzida pela História e pelas Ciências Sociais.

Vários autores neste campo já apresentaram resultados de investigações sobre as relações conflituosas envolvendo memória, poder e identidade – na constituição e na seleção dos bens patrimoniais – que resultaram na incorporação de outros termos, expressões e categorias que se desdobraram e inter-relacionaram com o tema: “invenção das tradições”, patrimônio imaterial, natural e cultural e o discurso de sustentabilidade (HOBBSAWM; RANGER, 1984).

Leonardo Barci Castriota fala dos múltiplos conceitos e atribuições dados ao patrimônio na contemporaneidade:

De fato, nunca se falou tanto sobre preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais. Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente (CASTRIOTA, 2009, p. 11).

A noção de patrimônio não ofereceu uma ruptura com o caráter privado do mundo greco-romano, já que, no caráter humanista, renascentista e absolutista –, nobres, príncipes, reis e burgueses se dedicavam ao colecionismo particular, reunindo em seus gabinetes – sem critério algum –, objetos que despertavam curiosidade, exotismo e lembranças particulares. Contudo, esta forma de acumular objetos deu origem à formação dos antiquários que podem ser considerados como forma embrionária do patrimônio moderno e dos museus (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

No entanto, bem assinalam Pedro Paulo Funari e Sandra Araújo Pelegrini (2009, p.13), “a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda das sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais”.

É muito difícil todos os grupos de uma sociedade atribuírem o mesmo significado a um determinado bem, o mesmo valor histórico, artístico, cultural, etc., nesse sentido, Regina Abreu e Mário Chagas dizem que “o caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” (2003, p. 141). Isso significa que as diferentes representações dos grupos sociais devem ser levadas em consideração no momento do tombamento de um patrimônio e na elaboração de práticas de educação patrimonial.

O conceito de patrimônio histórico está intimamente ligado ao de patrimônio cultural, que é constituído pelos chamados “bens culturais”, que pode ser definido como “toda produção humana – de ordem emocional, intelectual e material – independente de sua origem ou época” (GODOY, 1989, p. 22).

Conforme Decreto Lei n.º 25 de 1937, Art. 1º- Constitui o patrimônio histórico artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, o patrimônio cultural pode ser classificado, conforme Maria Beatriz Pinheiro Machado (2004), em:

- a) patrimônio material: maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas etc.
- b) patrimônio imaterial: canções, celebrações, ritos, crenças, lendas, saberes que passam de uma geração para outra, manifestações cênicas, lúdicas e plásticas, lugares e espaços de convívio, dialetos etc. (apud BATISTELLA, 2011, p. 8).

Tendo em vista o elencado no parágrafo anterior, o patrimônio histórico e cultural de determinada sociedade é fundamental, principalmente, para a própria identidade dessa sociedade. Mesmo assim, questiona-se o que se deve preservar como “nosso” patrimônio histórico e cultural, quem define o que deve ou não ser preservado e como e por quem é feita essa seleção e principalmente: como se pode conscientizar a população acerca da importância do patrimônio.

Os bens materiais e imateriais, ou seja, tangíveis e intangíveis que compreendem o patrimônio cultural são considerados manifestações ou testemunho significativo da cultura humana que estão sempre em mutação, evidenciando uma maior compreensão das manifestações humanas nos processos cotidianos e projeções de vida futura (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Vendo-se desta maneira, Angelo Pohl chama a atenção para a importância de definir o que pode ser compreendido por patrimônio:

Numa compreensão bastante simplificada, um patrimônio é um conjunto de bens, de objetos, que são importantes para a pessoa, que, em sua representação, se tornam uma reserva de valores. Não apenas valores econômicos, na maioria das vezes passageiros, mas valores associados a significados muito mais profundos e sutis (in: POHL, 2005, p. 64).

Há menos de um século, o patrimônio compreendia os grandes monumentos nacionais, eleitos e exaltados por critérios estéticos ou históricos, de requisitos pré-definidos, que explicitavam a importância que uma obra ou um objeto adquiria diante do desenvolvimento da arte ou da história, demonstrando certa grandiosidade dos feitos e obras do homem, como representação de poder. O redirecionamento das preocupações mundiais foi fator determinante para uma nova visão de mundo, passando a haver novos patrimônios e assim se desprender do reducionismo artístico e histórico.

A modernidade demorou, mas admitiu que a ampliação da visão patrimonial se fizesse necessária e tais alterações no entendimento do conceito patrimônio provocam a reflexão acerca do caminho percorrido, de forma a estabelecer relações entre as transformações a respeito do que se entende por cultura e as modificações na categoria patrimônio (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

As transformações sociais, os fenômenos culturais e históricos do Século XX modificaram a compreensão dos bens considerados como patrimônio. A nova ótica de patrimônio passou a ser humanística, focando o homem e sua existência. A respeito, Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro acrescentam:

Tal compreensão implicou a valorização dos aspectos fundados na diversidade cultural de um povo: as línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças que passaram a ser vistos como referências culturais dos grupos humanos, signos que definem as culturas e que necessitavam de proteção (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 6).

Assim, o conceito antropológico de cultura corresponde “a toda e qualquer manifestação humana, independente da sua origem – étnica, racial e continental que vai do erudito ao popular, sem distinção” (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 3).

Em outras palavras, qualquer atividade cultural que seja tem sua real significância em seu contexto, desconsiderando qualquer tipo de estigma social. Ao mesmo tempo, as

possibilidades e reafirmação dos reflexos da interação entre o passado e presente permitiram a compreensão da diversidade cultural existente e seus diferentes modos de expressão e conexões com o cotidiano.

Eduardo Roberto Jordão Knack faz referência à Zita Rosane Possamai (2000) que reforça a necessidade de investigar aquilo que determinado bem passa a representar depois que é tombado, bem como o significado de sua preservação para a comunidade:

É na atribuição de determinados valores – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros – que se opera a definição do que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação, e o que será relegado ao esquecimento. [...] Assim, o valor que é dado a determinado objeto arquitetônico, por exemplo, não se encontra apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo o que ele passará a representar, como a identidade de determinado grupo, cidade ou nação ou o período histórico ao qual pertenceu, entre inúmeros outros (KNACK, 2007, p. 16).

Estudar e elencar o patrimônio de uma localidade ou nação é um meio de compreender algumas transformações sociais que ocorrem em determinada sociedade. Conforme aponta Paulo Cesar Xavier Pereira, também se deve ter cautela para não reduzir a complexidade de elementos ao se trabalhar o patrimônio,

A cidade reduzida a objetos isolados ou separados – centro e periferia – acaba comprometendo a compreensão da totalidade do espaço físico da cidade, bem como da dinâmica da cidade, reduzindo-a a uma realidade, não só dual, mas também estática (apud KNACK in: BATISTELLA, 2011, p. 33).

Os edifícios e casarões geralmente são alvo de políticas de preservação por fazerem parte do cotidiano e da memória e das experiências da população, bem por isso são maiores alvos de políticas de preservação. Já os bens que não têm um programa de educação patrimonial, ou outra ação qualquer nesse sentido, acabam no esquecimento coletivo (BATISTELLA, 2011).

Mario Chagas (2003), afirma que a “a ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente” (apud KNACK, 2007, p.31).

Entende-se, assim, que não se pode explicar a história de uma cidade apenas pelas suas edificações históricas. É preciso considerar o patrimônio no seu valor histórico vivo, visto que seu significado para determinada comunidade está em constante transformação devido às experiências dinâmicas que ocorrem no presente.

1.1.2 Patrimônio e a Relação Simbólica com a Nacionalidade

Em relação ao que se atribui ao patrimônio, é importante destacar as palavras de Ricardo de Aguiar Pacheco quando diz que: “o conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais herdados pelos contemporâneos somente passa a constituir o patrimônio histórico das comunidades quando é reconhecido como tal pelo sujeito que o incorpora à sua experiência” (2010, p. 145).

Para Maria Cecília Londres Fonseca, esse processo implica atribuir aos objetos um valor simbólico que originalmente não lhes pertencia.

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (1997, p. 112).

De outra parte, alerta Ricardo de Aguiar Pacheco (2010, p. 145), “a crescente luta de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento de sua identidade tem relativizado os discursos oficiais e oficiosos sobre o passado exigindo a inclusão de novos discursos de identidade”.

Segundo Stuart Hall, (2006, p. 20), alguns teóricos argumentam que o efeito geral do processo de globalização tem sido o de enfraquecer ou prejudicar formas nacionais de identidade cultural. “Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforço de outros laços e lealdades culturais, ‘acima’ e ‘abaixo’ do Estado-nação”.

As políticas públicas de valorização dos bens culturais das sociedades contemporâneas se ligam ao reconhecimento dos objetos históricos, primeiramente, por parte das comunidades

locais que se relacionam diretamente com eles. Ricardo de Aguiar Pacheco, referindo-se a Dominique Poulot (2009), afirma:

Neste aspecto, o patrimônio não deixa de ser – como havia sido sempre – o resultado de um processo consciente de seleção; mas, nesta perspectiva, e baseado em apreciações particulares. Para sua inclusão no patrimônio, monumentos ou sítios culturais devem ser marcados, em primeiro lugar, com um sinal positivo por indivíduos ou grupo (PACHECO, 2010, p. 145-146).

Por meio do processo de formação dos Estados contemporâneos, surgem duas concepções diferentes de patrimônio. Na primeira concepção –, a tradição latina –, adotada, por exemplo, na França e no Brasil, na qual a Constituição Federal impõe limites à propriedade privada considerando que, se um bem é dotado de valor público, deverá ser privilegiado diante da nação como um todo. Na segunda concepção –, de tradição anglo-saxônica –, a legislação federal é voltada para a garantia dos direitos individuais, ou seja, antes de tomar um bem como público ou nacional, privilegia-se o direito à propriedade (CAVALCANTI; FONSECA, 2008).

Diferentes grupos sociais passam a materializar suas memórias através da construção de “lugares de memória como os monumentos, os museus e memoriais”. Os objetos que eles guardam são símbolos do passado que se deseja lembrar. “Isso significa que eles não são o próprio passado, mas objetos culturais selecionados e ordenados para produzir um discurso sobre o passado que atenda as demandas da comunidade de evocar o seu passado” (PACHECO, 2010, p. 146).

Nesse sentido, destaca-se o papel exercido pela educação, na medida em que valores da nação são inculcados na sociedade inventando-se assim uma identidade nacional. “As nações recém-constituídas, em busca de sua sustentação no cenário internacional, necessitaram de construção e de reinvenção de seus significados mediante legitimidade para suas ações” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 36).

Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2006, p. 6) afirmam que “somente o debate acerca da ética pode definir os limites que a política cultural não terá o direito de ultrapassar”. Nesse sentido, apontam as autoras, “fica cada vez mais evidente que, nos termos de uma cidade patrimonial, pertencer à humanidade não dispensa pertencer a uma nação,

entretanto, a segunda não pode substituir a primeira, uma vez que é a humanidade que deve poder conter a razão do Estado”.

A cidade é um lugar de pertencimento coletivo, não apenas um tema individual. Por isso, ela precisa ser compartilhada, num diálogo com outros, criando sua identidade, e esta é concretizada por meio da participação na cultura.

Carlos Henrique Faria de Barros aponta que a construção de identidades pessoais e sociais está vinculada à memória, visto que individual ou coletivamente, permite laços entre gerações. “Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro” (2013, p. 3).

Para Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2006, p. 9-10), “os conceitos de construção de identidade e de cultura nasceram juntos, e é por isso que toda identidade cultural anda de mãos dadas com a política cultural”. Nesse entendimento, “toda nação deve ser independente numa sociedade multicultural”, respeitando-se as diferenças culturais sem que para tanto não possa haver diálogo científico.

Sobre a relação entre política e ciência, Gilbert Durand (1988) afirma que “uma ciência sem consciência, sem reconhecimento de seus erros e de sua trajetória e sem afirmação mítica de uma esperança marca o declínio definitivo de nossas civilizações” (apud ROCHA; ECKERT, 2006, p. 10).

Entendem Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert que não se pode separar a memória do projeto de desejar, criar, transformar e, portanto, construir uma duração para a vida social:

Somos sempre as recapitulações de nós mesmos, ou seja, somos o resultado da nossa vontade de fazer sentido com tudo o que nos aconteceu; somos a projeção dessas intenções, dessas expectativas, das antecipações, mas também dos atos de vontade que são sempre os projetos das coisas a fazer. Esse é o grande desafio que os projetos patrimoniais devem se colocar hoje (ROCHA; ECKERT, 2006, p. 10).

O trabalho patrimonial é essencialmente cultural e envolve toda a comunidade, por se tratar da cidade. Assim, é importante que todos os sujeitos reflitam e ajam sobre seus espaços e seus lugares de memória.

Jacques Le Goff, na obra “História e Memória”, destaca que “o conceito de memória é crucial” (1990, p. 423) e acrescenta mais adiante que “o estudo da memória social é um dos

meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (1990, p. 426).

A dinâmica da memória coletiva, de tradição oral, cede espaço à memória oficial, documentada, e se caracteriza então como traço do desenvolvimento das sociedades, como aponta Jacques Le Goff:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1990, p. 475).

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória individual não é hermética, e sim, limita-se ao tempo e espaço. “A memória coletiva também sofre os mesmos limites. Os acontecimentos históricos são auxiliares na nossa memória; não desempenham outro papel, senão as divisões do tempo assinaladas em relógio ou determinadas pelo calendário” (apud MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012, p. 184).

A memória coletiva caracteriza-se como elemento constituinte de uma identidade social e, em razão disso, os diversos grupos sociais e as diferentes instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva, como aponta Ricardo de Aguiar Pacheco:

Uma vez selecionados, esses objetos se tornam metáforas que dizem aos membros da comunidade quem somos “nós” em relação ao “outro”. O conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais herdados pelos contemporâneos somente passa a constituir o patrimônio histórico das comunidades quando é reconhecido como tal pelo sujeito que o incorpora à sua experiência (PACHECO, 2010, p. 143).

Para o historiador que trabalha com a memória de grupos sociais, reforça Ricardo de Aguiar Pacheco, surge uma dupla responsabilidade: “falar do passado, explicitando os conflitos e as disputas que nele se encontram ao mesmo tempo em que se forma uma identidade positiva para a comunidade retratada” (2010, p. 146).

Atualmente, há diversos incentivos para criação de espaços culturais, seja pela iniciativa pública (pela cota legal a que destina), seja pela iniciativa privada (a fim das deduções fiscais) e nessa linha surgem muitos museus. Porém estes locais ainda não são

vistos como espaços científicos que contribuem na construção da memória e da identidade, local de interação com o público, mas sim como locais de visita pública onde ainda impera a contemplação.

1.2 Um “Olhar” Legal do Patrimônio: do Internacional ao Nacional

A proteção dos bens históricos e culturais avançou muito nos últimos tempos, instigando assim a conservação das edificações existentes. Mesmo com o avanço industrial e a modernização das linhas arquitetônicas, surgiu a preocupação em preservar as formas do passado como forma de memória destes bens patrimoniais.

De acordo com Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro, em relação aos bens patrimoniais, a UNESCO se incumbiu de “articular e regular de forma eficaz as medidas de tutela e de ação internacional, de elaborar os textos jurídicos e recomendações internacionais com conteúdos, objetivos e alcances distintos” (2006, p. 4).

A formulação do estatuto legal e ideológico do patrimônio cultural brasileiro iniciou na Era Vargas e representou notória proteção patrimonial. Nela, define-se a competência do Estado para sua proteção, conforme exposto na Constituição Brasileira de 1934. Essa situação é reforçada pela criação do atual Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura (CESAR; STIGLIANO, 2010, p. 76).

O Decreto Lei n.º 25 de 1937 foi sancionado na mesma época e sob as mesmas influências. Tal legislação, afirma Carla Gabriel Galvão Souza (2008, p. 5), “ficou responsável pela organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, decreto esse vigente até os dias de hoje”, que trata da seguinte definição:

Art.1º- Constitui o patrimônio histórico artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (POLETTI, 2012, p. 100).

Essa ideia foi muito criticada, no decorrer do tempo, por sua limitação e reducionismo no conceito, visto excluir outros processos culturais não contemplados nessa noção de patrimônio cultural. Abrindo, ainda, questionamentos e repercussões a respeito do conceito de interesse público adotado pelo Estado (SOUZA, 2008).

Referindo-se ao conceito de patrimônio cultural imaterial, Mário de Andrade (1982) afirma que tal conceito “é amplo, dotado de forte viés antropológico, e abarca potencialmente expressões de todos os grupos e camadas sociais” (apud CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p. 12).

Com o passar do tempo, muito se tem definido e incorporado ao patrimônio. Um exemplo de referência em relação às políticas de preservação do patrimônio nacional são as “Cartas Patrimoniais”². Já os direitos culturais no Brasil, conforme Maria Cecília Londres Fonseca (1997) “não passam de direitos fracos, [...] meras declarações de boas intenções” (apud SILVA; NUNES FILHO, 2012, p. 16).

No Brasil, a concepção de patrimônio não fugiu às regras dos fundamentos materialistas, reducionistas e elitistas do resto do mundo. Sofre influências do pós-guerra para a ampliação do conceito de patrimônio cultural. A Constituição Federal de 1988 trouxe o compromisso de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, abrindo perspectivas para a atuação determinante das chamadas leis de incentivo à cultura.

Muitos dispositivos ajudam a caracterizar cultura na Constituição da República, porém Júlio César Pereira percebe que cultura, na Carta Magna, “é sempre talhada segundo articulações valorativas de sentido, sendo referida em diversas acepções, como: bem, patrimônio, valor, ação, produto, status de desenvolvimento social, e até mesmo sendo homologada às ideias de idoneidade moral e etnia” (PEREIRA, 2008, p. 2).

A ampliação da noção de cultura, bem como a apropriação da mesma, deve partir da coletividade da população a fim de fazer valer e apropriar-se de seus direitos. Desta forma, haverá sentido uma reformulação mais ampla, democrática e humanística do processo de construção e acesso a todas as formas culturais que se apresentam.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 substituiu o conceito apresentado no artigo 1º do Decreto Lei 25, de 1937 por um mais abrangente em seu artigo 216:

² As Cartas Patrimoniais não têm a função de legislar sobre o Patrimônio, mas fornecer embasamento filosófico para que os órgãos competentes possam legislar. Servem, dessa forma, de referência mundial para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação do patrimônio (QUEIROZ et al, 2011).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua condução e quantos dela necessários.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências dos antigos quilombos (BRASIL, 2012, p. 122).

Assim, a legislação contempla e respeita a pluralidade cultural brasileira elencando as distintas formas de expressões do patrimônio, possibilitando, ampliação e contemplação do legado cultural brasileiro.

Importante ressaltar que a definição patrimônio cultural, reconheceu a incorporação de novos componentes, alargou a sua temática, anexou influências antropológicas de cultura, novas dimensões visualizadas de patrimônio cultural e a contextualização ao reconhecimento jurídico da cultura humana e dos processos sociais, aos poucos se percebe transformações de mentalidades e ações.

O órgão brasileiro que corresponde à preservação dos bens culturais está a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e implica ações de identificações, catalogação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro.

Na década de 30, foi criado o primeiro órgão nacional de preservação do patrimônio – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) –, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. A partir da atuação do SPHAN (1968/1979), o conceito de monumento começa a se expandir, e o tema da preservação, acerca

do que envolve os bens tombados e os centros históricos passa a apresentar contornos que seguem o debate internacional a respeito (PINHEIRO, 2006, p. 12).

Para Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2006, p. 12), “o conceito de patrimônio, na atualidade, ampliou-se, enriqueceu-se, setores mais amplos da sociedade estão sensibilizados para esta problemática”. Contudo, afirma a autora, “este novo cenário nem sempre tem produzido os melhores resultados para a preservação do patrimônio cultural” (idem). Assim, é inquestionável o trabalho dos especialistas que atuam no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no esforço do entendimento de propriedade e bem cultural.

A intervenção do Estado na propriedade como forma de preservação da cultura do seu povo mostra a evolução da humanidade, quando esta delega ao ente público a capacidade de preservar a sua identidade. Desta forma, a população busca resgatar sua origem, sua cultura, sua história através de um sentimento altaneiro.

Nesta linha de pensamento, complementa Fernanda Schimitt que “um país que respeita e preserva os seus valores deixa de ser apenas uma nação, passando a ser ‘a nação’, aquela em que se tem orgulho de pertencer” (SCHIMITT, 2015, p. 6). Ou seja, passa-se de um bem qualquer, retirado do cotidiano, da paisagem comum, para um bem com valor, com sentido para a nação a que pertence; tornando-se, no mais das vezes, um bem que passa a identificar a nação que o valoriza.

A preservação dos bens patrimoniais deve ir além do valor material, deve fazer emergir o cotidiano de determinada época, deve evocar sentimentos, como argumenta Paulo Cesar Tomaz:

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, quotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora (TOMAZ, 2010, p. 5).

Em sentido amplo, o objetivo das políticas de preservação, afirma Maria Cecília Londres Fonseca, “é garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação” (2005, p. 39).

Uma política de preservação deve ir além da proteção de bens, deve envolver tudo que engloba a preservação patrimonial, incluindo-se os critérios de seleção de bens, as razões que justifiquem a proteção e os diversos atores envolvidos, tais como a sociedade e os representantes do Estado. Assim, quando se trata da preservação do patrimônio histórico, deve-se levar em consideração que é algo produzido por dada sociedade, para quem os monumentos, ou eventos culturais, bens ou valores têm significações distintas e importantes.

O passado e as vivências de uma comunidade devem estar relacionados ao que se quer preservar, como aponta Paulo Cesar Tomaz:

A preservação do patrimônio histórico deve-se ao fato de a vida de uma comunidade, de um povo, estar relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história. A preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser (TOMAZ, 2010, p. 6).

Na mesma linha, aponta ainda Paulo Cesar Tomaz: “preservar o patrimônio histórico é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas”. [...] “O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação” (TOMAZ, 2010, p. 6).

Desta maneira, para que um bem seja considerado patrimônio histórico é necessário, além da legislação própria e dos órgãos zeladores, a existência de uma conexão entre a identidade e a memória dos diferentes sujeitos que formam a sociedade. Para tanto, políticas públicas foram criadas e implantadas, instituições passaram a ter representatividade, as cidades vistas com planejamentos urbanos, novas discussões e propostas em diferentes níveis (local, nacional e internacional), assumindo assim, uma acepção jamais vista anteriormente.

Compreende-se, desta forma, que os diferentes bens têm significados diferentes, que dependem do contexto, do momento e da condição temporal em que se encontram. Assim como seus significados, que dependem dos diferentes grupos e culturas em que se inserem.

1.3 O papel da história enquanto patrimônio imaterial

A inter-relação entre a história e o conhecimento científico reporta à importância social da área de ciências humanas na formação dos sujeitos. Nesse contexto, o papel da

história exerce ação importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e o mundo social.

Configurando-se então a história como ciência humana, emerge a discussão acerca do trabalho do historiador, visto ser ele o primeiro contato com o material que posteriormente fará parte da história e da memória de um povo.

Para Carlos Henrique Farias de Barros,

[...] os autores que se ocupam da História do Cotidiano, mesmo com posturas diversas em seus fundamentos teóricos, buscam recuperar as relações mais complexas entre os diversos grupos sociais, estabelecendo conexões entre conflitos diários que se inserem em uma forma de política contestatória e identificar as lutas de resistência a mudanças, o apego a tradições (BARROS, 2013, p. 2).

Nesse sentido, apontam Eric Hobsbawm e Tenence Ranger, “[...] a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBSBAWN; RANGER, 1984, p. 22).

Na obra *História e Memória*, Jacques Le Goff (1990, p. 5) afirma que “a ideia da história como história do homem foi substituída pela ideia da história como história dos homens em sociedade”. O mesmo autor faz alusão a Heródoto, no século V. a. C., que seria, senão o primeiro historiador, pelo menos o “pai da história”, complementando que “a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, se ‘testemunha’” (1990, p. 5).

A História, como memória, também é uma representação do passado, porém, afirma Carlos Henrique Farias de Barros (2013, p. 13), “suas características a diferenciam, às vezes provocando um grave afastamento das duas – memória e História”. A distinção entre memória e história, portanto, “existe no próprio meio em que ambas se propagam: a memória se propaga e se corporifica no mundo da via; a História tem seu habitat na historiografia”.

A memória é um organismo vivo, pois se configura como uma “construção social, produzida pelos homens a partir de suas relações, de seus valores e de suas experiências vividas”. A dinâmica do tempo faz com que a memória das pessoas se transforme, mude a

direção, assim, pode-se dizer que “a memória não é apenas um registro histórico dos fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas, com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída” (MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012, p. 184).

As relações de interdependência entre passado e presente estão muito presentes na memória das pessoas, e esta relação pode divergir entre os indivíduos, conforme aponta Jacques Le Goff:

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível. O historiador fará ainda progressos na compreensão da história, esforçando-se por pôr em causa, no seu processo de análise, tal como um observador científico tem em conta as modificações que eventualmente introduz no seu objeto de observação (LE GOFF, 1990, p. 51-52).

Para Eric Hobsbawm (1998, p.22), “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.” O autor entende ainda que o historiador tem a responsabilidade de abordar a origem do “sentido do passado”, e acrescenta mais adiante: “o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma”.

“Os fatos históricos são, por essência, fatos psicológicos”, afirma Marc Bloch (2001, p. 157), assim, as lembranças, como fatos psicológicos, se fundem em outros fatos que as antecederam, e sofrem a influência do mundo exterior. Assim, o autor vê como inviável ser o passado objeto de ciência:

A história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado: “A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda.” Seu objeto é “o homem”, ou melhor, “os homens”, e mais precisamente “homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 24).

Para Jacques Le Goff (1990, p. 423), a memória, como autoridade em conservar certas informações, “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Tratando-se de elemento cultural e coletivo, a memória de uma sociedade sofre alterações periódicas. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 7).

Sendo assim, a memória “transmite a cultura local herdada e é constituída por acontecimentos vividos socialmente”. Nessa ótica, são três os elementos que servem de apoio à memória: “os acontecimentos vividos, as pessoas e os lugares. E são estes os elementos responsáveis pelo estabelecimento dos laços afetivos entre as pessoas” (MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012, p. 183).

A memória é seletiva, visto que, “nem todos os fatos ficam registrados e os indivíduos só têm recordações dos momentos a que dão importância e que, por alguma razão, ficaram marcados subjetivamente. Além do mais, parte das lembranças pode ser herdada dos acontecimentos relacionados aos seus antepassados” (POLLAK, 1989, p. 3).

Conforme Elizabeth dos Santos Braga (2000), “a recordação é afetada por transformações inconscientes, em função de interesses e sentimentos, individuais ou coletivos; todavia, [...] esse movimento só é possível se as pessoas fizeram ou ainda fazem parte de um mesmo grupo social” (apud MORIGI, ROCHA e SEMENSATTO, 2012, p. 183).

Desta forma, a memória coletiva só adquire seu status na medida em que as emoções, pensamentos e ações individuais se expressem coletivamente, através da convivência e sentimento de pertença.

Para Celso Pereira de Sá, diversos autores fazem hoje releituras, atualizações ou extensões do pensamento de Maurice Halbwachs ou Bartlett, levando assim o campo de estudo da memória social a assumir um caráter mais diversificado do ponto de vista teórico-conceitual (SÁ, 2007).

A História e a própria Psicologia têm contribuído para um aumento no grau de diversificação conceitual, teórica e metodológica desse campo. Na atual discussão sobre memória e história emergem, por exemplo, as contribuições de Le Goff (1996) e Nora (1993). Somando-se a Le Goff e Nora, Celso Pereira de Sá destaca as contribuições da corrente

naturista e ecológica da psicologia cognitiva, que, em contraste com a tradição individualista, têm privilegiado como objeto de estudo vários aspectos do funcionamento da memória na vida cotidiana (SÁ, 2007).

“A ênfase nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas”, reforça a compreensão a qual são os valores atribuídos pelos indivíduos e estes responsáveis por conferir importância ao patrimônio imaterial, que ficaria desprovido de sentido sem esta valoração social e amplitude dada pela história. (CARVALHO; AZEVEDO, 2012, p. 176).

Para Dominique Poulot (1997) “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (apud Ferreira, 2006, p. 80). Entende-se desta forma que há um empenho histórico na preservação do passado. Assim a história deve ser reconhecida no âmbito das relações sociais para que exista o patrimônio histórico imaterial.

Memória é vida, impregnada de vivências, e portanto, em constante evolução. “O registro desses costumes e tradições significa a reconstrução da história desses lugares e, como tal, uma reconstrução incompleta do que não existe mais” (COSTA; CASTRO, 2008, p. 128). Cabe acrescentar ainda o entendimento de Pierre Nora (1993) a respeito da memória: “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (apud COSTA; CASTRO, 2008, p. 128).

Ao se falar da importância da coletividade no suporte da memória, no caso da História de Ernestina, é interessante ressaltar as palavras de Ecléa Bosi (2003) em relação à atribuição da importância da identidade e da formação de uma sociedade para a construção da memória: “fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado” (apud COSTA; CASTRO, 2008, p. 128).

É inegável o avanço na discussão sobre patrimônio imaterial nos últimos tempos, na proporção em que são diversos e inconstantes os elementos que o compõem e diversas são também as referências históricas de cada comunidade. O que se deve levar em consideração, sim, são os significados, a diversidade cultural, as práticas sociais e a identidade de cada conjunto, a fim de que não percam a identidade cultural.

A questão da memória tem sido reelaborada na conceituação sobre patrimônio imaterial. Os objetos, os espaços agregados a conhecimentos, as manifestações com valor

referencial para a comunidade: estes são alguns dos elementos que podem ser reconhecidos como patrimônio imaterial – conforme as características que oficialmente se atribui a um bem imaterial. “A memória é uma construção social, e enquanto tal, uma operação ideológica. Enquanto a história é a forma de conhecimento e operação cognitiva que tem a memória como seu objeto” (OLIVEIRA, 2010, p. 134).

À discussão sobre a ideia de memória associa-se a da história oral. De acordo com Eclea Bosi (1983),

[...] as lembranças individuais estão marcadas pelas temporalidades do contexto: do tempo social que data as lembranças; do tempo da geração que vivenciou e que ao lembrar junto traz uma linha que guia o curso das imagens passadas [...]; pelo tempo da família que na lembrança de um episódio ou membro dá a moral e a unidade ao grupo (apud OLIVEIRA, 2014, p. 136-137).

Conforme Eclea Bosi (1983), “a narrativa memorialista encontra no trabalho o seu motivo de ser, substância da vida”. E afirma ainda a autora: “a memória do grupo depende das lembranças individuais; que se sustentam, adquirem coerência e coesão pelo que têm de substância social” (apud OLIVEIRA, 2010, p. 137).

A exemplo de substrato social somam-se os fatos religiosos, como estruturas de significado, compreendendo “um conjunto de elaborações construídas histórica e socialmente, que seguem um trajeto antropológico, cristalizado momentaneamente em pessoas e instituições e possibilitam a estes manipulações do concreto e de sua realização de forma muito similar”

Essas estruturas geram discursos de atores sociais, criando o sistema de significações, onde os bens imóveis (igrejas, peças sacras, etc.) e os eventos realizados a partir deles (procissões, devoções), dão sentido a objetos e rituais, em função de seus interesses e posição dentro do sistema social (CAMURÇA; GIOVANNINNI JÚNIOR, 2003, p. 226).

As manifestações religiosas, como sistema de significação, muitas vezes envolvem rituais com cânticos, orações, danças, podendo ser consideradas bens imateriais das comunidades. Toda a religiosidade observada nos moradores de Ernestina, quando se referem ao luteranismo na construção desta comunidade. Assim, Siân Jones (2007) (apud Farinha e Carle, 2014, p. 86) ressalta “a importância do engajamento entre as pessoas e o mundo como fator de difusão, valorização e proteção da memória social”.

No entendimento de Siân Jones (apud Farinha e Carle, 2014, p. 90), “eventos passados dão significado à cultura material, portanto o sentido dos bens culturais depende das vivências

do passado”. É o caso dos relatos que são apresentados no decorrer deste trabalho. As memórias, obtidas através dos relatos orais dos moradores antigos de Ernestina, que revelam memórias, costumes, tradições, ritos passíveis de pesquisas e registros objetivando proteção.

Desta forma, a compreensão da proteção ao patrimônio cultural imaterial reconhece, interpreta e estimula o significado do bem imaterial, registrando-o e permitindo a transmissão para gerações futuras. A partir desse entendimento, pode-se afirmar que cada grupo social é capaz de atribuir significados ao seu patrimônio e ao bem cultural. Pode ser possível assim a formação de um cidadão mais crítico, humano, que preserva não só os bens com os quais ele se identifica, mas o patrimônio de forma ampla.

Ao finalizar este capítulo, é necessário considerar as diversas interferências que existem sobre a memória, de modo que seja possível a (re) escrita da História de uma comunidade por diferentes indivíduos e grupos sociais. A memória permite o reencontro dos sujeitos com grupos (sociais, étnicos, religiosos) consigo mesmos e a (re) escrita da História.

Os historiadores, de acordo com Paulo Renato da Silva (2010), têm se debruçado, justamente, sobre os esquecimentos e omissões, sobre os processos de reelaboração da memória e se perguntado sobre suas possíveis causas. Esses processos e suas causas se tornaram objetos para a História, pois também estão relacionadas às experiências de vida. Conforme o autor

[...] o método da história oral se popularizou para dar “voz” aos “excluídos” pela História oficial. Inicialmente, parecia ser o caminho para uma História “verdadeira”, pois era vista “de baixo”, era a versão dos “oprimidos”. A história oral continua fundamental não para dar voz, mas para fortalecer a voz dos sujeitos e grupos desconhecidos, assim como para preencher lacunas de documentação. Porém, os historiadores abandonaram a ilusão de recuperar “plenamente” experiências vividas através da história oral (SILVA, 2010, p. 340-341).

Ao exposto, Fernando Frochtengarten (2005, p.367) cita Ecléa Bosi (2003) que afirma: “O movimento de recuperação da memória nas ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda como a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade”.

Para Fernando Frochtengarten, (2005, p. 367) “o sentimento de pertença a um grupo não pressupõe a presença atual de seus membros. Suas influências podem permanecer vivas, orientando o olhar do memorialista sobre o passado”. Ainda assim, o apoio coletivo à

memória é mais vigoroso quando envolve a presença sensível de antigos companheiros e suas marcas no entorno.

A materialidade como que incrementa a presença do grupo em pensamento. A convivência entre antigos companheiros nutre a comunicação entre visões de mundo que se limitam, se conformam e se interpenetram. O passado permanece então em contínua reconstrução pela memória coletiva (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 368).

Assim, enfatiza-se o caráter coletivo da memória, onde seu apoio social é doado por grupos pregressos e contemporâneos, especialmente em situações que promovem a participação enraizada dos homens no meio coletivo. São situações em que o passado de um homem pode mais eficazmente vivido como o passado do grupo.

Para Bloch, a história “[...] é um esforço para um melhor conhecer uma coisa em movimento” e “[...] não se explica um fenômeno histórico fora do estudo de seu movimento” (BLOCH, 2001, p.60). A concepção de Bloch, apresentada, é a de que a história é uma ciência a ser estudada não apenas como o estudo do presente para compreender o passado, mas, também, uma forma de compreender o passado pelo presente.

Em sua trajetória histórica, a humanidade criou elementos importantes dentro da sociedade, e neles se encontram os bens materiais e imateriais, faz parte da memória coletiva e do patrimônio imaterial a religiosidade e a história que compõem o patrimônio imaterial de Ernestina. É notória a importância da diversidade nos processos de proteção dos bens imateriais, especialmente com relação à religiosidade como patrimônio imaterial, como é o caso deste estudo.

2 ERNESTINA: HISTÓRIA, MEMÓRIA

2.1 Quem foi Ernestina?

A origem do nome “Ernestina” é cercada de diferentes versões, bem como, a história da instalação do povoado que deu origem ao município em torno de 1880-1900. A verdadeira personagem – Ernestina, ainda é uma incógnita quanto à sua real comprovação histórica.

No entanto, parece correto afirmar que o nome do município deriva de uma mulher, cujo papel expressivo foi referência na constituição do povoado. Porém, mesmo com escassa documentação e depoimentos diferenciados por parte da comunidade, caminha-se rumo a desvendar a possível origem do nome “Ernestina”, recuperando-se, assim, um dos “elos” desta história.

Michael Pollak percebe uma estreita relação fenomenológica entre memória e identidade e enfatiza que memória e identidade não são fenômenos que devem ser compreendidos como essência de uma pessoa ou de um grupo. De acordo com o autor,

a memória pode ser entendida como um elemento do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, à medida que ela também é fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em construção de si. (POLLAK, 1992, p.205).

Para Carlos Henrique Faria de Barros, (2013, p. 3) o estudo sobre a memória se ampliou quando, “como nunca, o passado está distante do presente, quando as pessoas não mais identificam sua herança pela perda dos antigos padrões de relacionamento social e a desintegração dos antigos laços entre as gerações”.

A constituição de identidades particulares e sociais está relacionada à memória, já que esta permite que cada geração determine vínculos com as gerações anteriores. Os sujeitos, assim como as coletividades, procuram preservar o passado como um rumo que serve de direção para enfrentar as inseguranças do presente e do futuro (BARROS, 2013).

A afirmação de Carlos Henrique Faria de Barros embasa os relatos sobre a história do nome da cidade de Ernestina. A lembrança individual faz parte de um contexto construído pelos sujeitos e seu grupo social. Ao lembrar, ao fazer uso da memória herdada da família, do grupo ou do lugar onde vive ou viveu, ocorre uma ligação entre essa e a identidade.

Entre as versões conhecidas sobre o nome “Ernestina”, pode-se destacar algumas. De acordo com a obra *O meio rural na construção da história de Ernestina* (1996), de Cleusa Salete Bona, o Tenente Coronel Ernesto da Fontoura, grande proprietário de terras na região, fez doações de uma grande parte de suas terras da Posse Barão, em 1900, para a fundação do povoado, na área denominada Vista Alegre, local onde hoje seria a praça central da sede do município. Vista Alegre passou em seguida a ser chamada “Ernestina”, em homenagem à esposa Dona Ernestina.

A obra *Passo Fundo, memória e fotografia* (1999), de Deoclides Czamanski, Ronaldo Czamanski e Osvandré Lech, apresenta uma fotografia de família em “Ernestina”, informando no rodapé: “1902 – Luiz e Ernestina Longo com os filhos Ângelo e Leonilda”. O casal morava a 30 km de Passo Fundo, o local passou a ser conhecido por “Ernestina” (a dona da ferragem), conforme Figura 1.



Figura 1: Luiz e Ernestina Longo com os filhos Ângelo e Leonilda
Fonte: CZAMANSKI, CZAMANSKI e LECH, 1999, p. 112.

Além das bibliografias que discorrem sobre a origem do nome “Ernestina”, tem-se depoimentos orais que apresentam outras versões e são transcritos no decorrer deste trabalho. Tais depoimentos fazem parte do acervo histórico do Museu Municipal de Ernestina e foram colhidos entre os anos de 1991 a 2000 por Ângela Maria Silva de Oliveira, Diná Lima da Silva, Fausto Alencar Irschlinger, Geny Lourdes Lemos e Ingrid S. Shawantes. São 16³ relatos de antigos moradores que presenciaram muitos dos momentos da História de Ernestina, desde a formação da comunidade até sua emancipação. Tais depoimentos enriquecem muito este trabalho, pois ajudam a entender como os primeiros moradores chegaram a estas terras, passaram pelo período da Revolução de 30, como se passou a infância de muitas dificuldades, bem como as questões educacionais e religiosas.

Em um destes depoimentos, Alzira Drehmer Sippel (nascida em 1916 e moradora da localidade de Posse Oeli⁴ desde 1936) relata que as famílias que residem onde hoje é a sede do município eram: Luis Hefvle e sua esposa, Dona Ernestina; seu Armando Kern, que possuía uma casa de comércio; e a família Ritter, que tinha um salão de baile.

E outra versão oral, relata-se que Ernestina teria sido concubina do chamado Barão de Passo Fundo, proprietário de grandes faixas de terras na região, onde o mesmo teria instalado sua “amante” longe da sociedade passofundense, dando origem ao povoado (relatos orais).

Uma versão, menos provável, é a de que o nome “Ernestina” seria simplesmente o feminino do nome “Ernesto”, advindo de Ernesto Carneiro da Fontoura, ou que a mãe deste se chamaria Ernestina. No entanto, em meio a essa memória herdada, reforça-se a incógnita sobre a verdadeira identidade de Dona Ernestina.

A constituição de um povo dá-se, a princípio, em função do sentimento de pertencimento que existe entre aquele e a identidade do local onde está instituído. Contribui para tal o patrimônio cultural do povo, que pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade de determinada sociedade.

³ Érica Fett (solteira; 18/10/1934; Evangélica); Elvira März (viúva; 31/3/1919; Evangélica); Doracy Muller (viúva; 10/07/1928; natural de Teutônia); Erminio e Frida Schneider (73 e 72; Posse Barão/Ernestina; 8 filhos 4 homens e 4 mulheres – católicos; uma filha religiosa); Selma Heger Pedrotti; Atila Schmitz; Aristides Pedroso de Britto (1º /12/1909; Agricultor (seus pais se dedicavam a criação de gado) e casado com a Professora Almerinda Ramos de Britto); Maria Anila Kohlrausch (08/09/1922; natural de Lajeado; viúva; costureira); Alzira Dhemer Sippel; Lauro Kern; Meta Elsing Kraeber; Elzira e Edmundo Schultz; Ema Irschlinger; Cecília Gonçalves; Irma Trombini; Jurema Carvalho.

⁴ Hoje município de Tio Hugo/RS.

Para Gizele Zanotto e Ironita Policarpo Machado (2013, p. 31), “o valor da lembrança antecede a sua instauração/construção como *locus* da memória pública”. A respeito, Pierre Nora (1993) acrescenta: “os monumentos só se transformam num lugar de memória se a imaginação os investe de uma aura simbólica, de um significado; do contrário, não adquirem sentido nenhum [...] criam-se locais de memória porque não existem mais meios de memória” (apud NEUMANN e MEYRER, 2014, p.14).

Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais (BRASIL, 2012).

2.2 Ernestina antes de Ernestina

A fim de rememorar a história do município de Ernestina, faz-se necessário uma volta ao passado histórico do Rio Grande do Sul, retrocedendo-se no tempo e, a partir de 1610, observar o trabalho dos jesuítas espanhóis, que, transpondo o oceano Atlântico, vêm fundar reduções na América espanhola e mais adiante a chegada dos imigrantes alemães.

Em épocas remotas, muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil, o atual município de Ernestina era habitado por grupos indígenas, conforme os vários sítios arqueológicos já cadastrados no município, onde foram encontrados artefatos líticos e cerâmicos em cavernas, galerias, habitações subterrâneas e semi-subterrâneas, como testemunhos dessa ocupação (BONA, 1996).

As relações dos indígenas com os espanhóis, na fase da chegada, foram amistosas, pois esses procuravam conquistar a confiança daqueles, tratando-os cordialmente e trocando com eles quinquilharias (escambo) (BARRETO, 1983).

Os missionários iniciaram seu trabalho pela região de Guaíra onde, de 1610 a 1626, fundaram 14 reduções. Sabedores da existência de índios na margem esquerda do rio Uruguai, região denominada de “Terra dos Tapes”, passaram a catequizar também esses *infieis* (CUNHA, 1995). A Figura 3 a seguir apresenta o mapa das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul.

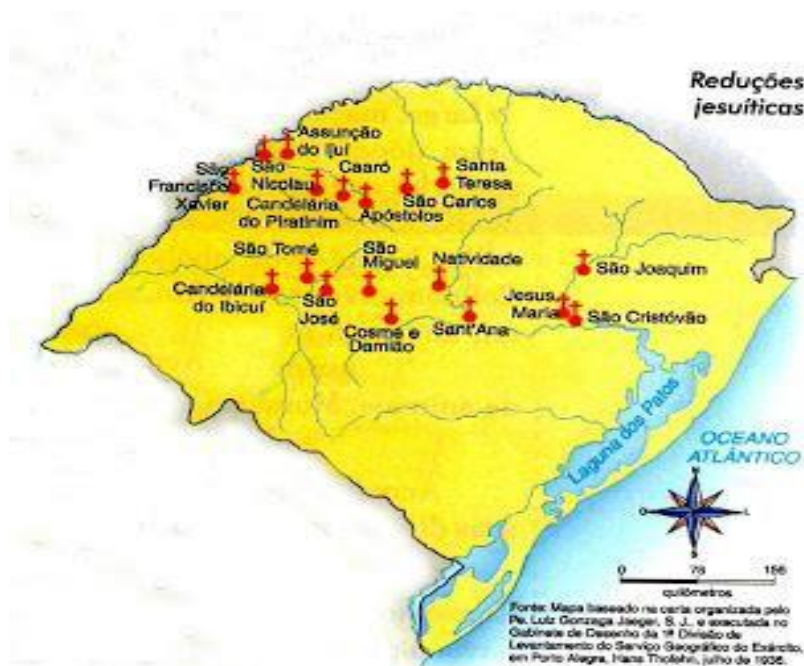


Figura 3: As Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul.

Fonte: http://www.rogeriobastos.com.br/2010_07_01_archive.html.

O trabalho catequético prosseguiu com outros jesuítas e, em 1632, o Pe. Francisco Jimenez, em sua missão evangélica, fundou no planalto rio-grandense, juntamente com o cacique Guaraé, a redução de Santa Teresa, marcando a posse mais oriental dos 18 povos missioneiros. Foi erguida a cruz em Santa Teresa, no final de 1632, na região de Povinho Velho, em Passo Fundo, localizada nas terras do cacique Guaraé, nas margens do rio Passo Fundo, antigo Uruguai-Mirim (BONA, 1996, p. 26).

Em seu levantamento histórico, Jorge Cafruni relata:

Como indicam Rêgo Monteiro e Aurélio Porto, aliás, com acerto – só um ponto pode chamar-nos atenção: a faixa que vai de Passo Fundo ou de São Carlos do Caapi (Carazinho), seguida até o Botucaraí, em Soledade, faixa que é o Rincão do Pessegueiro, caminho antiquíssimo. Aí devia situar-se Santa Teresa, quando se fez a transladação da tribo de Guaraé.

O rincão do Pessegueiro fazia do caminho antigo, de épocas muito recuadas como se pode ver nas obras Passo Fundo na Viação Nacional, Passo Fundo na Revolução de 1835 e outras obras do historiador Antonino Xavier, Pai da História de Passo Fundo. Começa-se pela menção do Passo Velho, no Jacuí, que dizem as tradições remontar do Império, chamado Passo imperial. Outros dizem ser mais antigo, que provinha dos tempos Jesuíticos (CAFRUNI, 1966, p. 149).

A denominação Rincão do Pessegueiro originou-se das grandes plantações de pessegueiros ou *duraznos* (do castelhano), que os padres jesuítas cultivavam em suas estâncias. Dessa forma e segundo os vestígios ainda existentes na região, a redução de

Santa Teresa, ao ser transferida do Povinho Velho ou Povinho de Entrada de Passo Fundo, passou ao Rincão do Pessegueiro, hoje localizado no município de Ernestina (BONA, 1996).

A proximidade com os caingangues fez os jesuítas, temendo um ataque dos bandeirantes, mudarem a redução para o Rincão do Pessegueiro, hoje pertencente ao município de Ernestina (BARICHELO, 2011).

Segundo Aurélio Porto, duas versões correm sobre o interesse dos jesuítas espanhóis em erguer reduções nessa região: a primeira seria o pedido do cacique Nicolau Neenguiru ao Pe. Borca para “que os recebêssemos também a eles por filhos”; e a segunda, o interesse do Pe. Roque Gonzáles em “uma dilatação do trabalho jesuítico que abarcasse a vasta região oriental do rio Uruguai, onde se abriria caminho para o mar Oceano” (apud BONA 1996, p. 29).

Conforme Jorge Cafruni (1966, 106), reportando-se ao Pe. Nicolau Del Techo, sobre Santa Teresa, após a instalação definitiva no Rincão do Pessegueiro,

No decurso de um ano, reuniram-se 800 famílias, tendo a escola 600 meninos. Foi um agrupamento feliz, de grande fartura, dividindo suas provisões alimentares com outros núcleos necessitados, conseguindo os missionários, sem grandes esforços, fosse abandonado o uso do tembetá, que tanto deformava o lábio inferior. Cedo Santa Tereza agrupou mais de mil famílias, com mil e seiscentas almas cristianizadas... cada quadra edificava seis barracões, com pé direito de dois metros, dividindo cada um em cinco peças, com vinte metros de frente. Cada peça abrigava uma família indígena, do que resultava poder alojar cada Redução duzentas famílias aproximadamente. Frente à igreja, estava a habitação dos missionários, fechados com paus e enclausurados. A cobertura era de palha e de madeiramento de cedro, dando assim uma feição superior em todos os sentidos às primitivas habitações, onde viviam os índios (CAFRUNI, 1966, p. 172).

Santa Teresa continuou prosperando até mesmo após o ataque dos bandeirantes. Sob o comando desta redução estavam: São Carlos do Caapi, São Cristóvan, São Joaquim, São Cosme e Damião, Natividade, Jesus Maria e Santana. Santa Teresa tornou-se o coração dos domínios jesuíticos das 18 primeiras reduções do Rio Grande do Sul (BONA, 1996).

Após a retomada das missões pelo Brasil, no início do século XIX, iniciou-se a ocupação desta região, motivada pelas grandes plantações de erva mate, que eram na sua maioria públicas, conforme aponta José Antônio Moraes do Nascimento:

Passo Fundo e Palmeira das Missões tinham muitos ervais. Milhares de pessoas foram para a região a fim de cultivar a erva, fazendo uma agricultura de subsistência. A partir da Lei de Terras de 1850 os grandes proprietários ocuparam amplas áreas, expulsando os pequenos posseiros. Estes foram adentrando no interior das florestas ampliando a fronteira agrícola e iniciando os conflitos com os índios. Os Caingangues, que povoavam a terra, foram obrigados a sair, ou então ficar confinados em pequenas áreas de terras (NASCIMENTO, 2011, p. 197).

Os registros mais antigos encontrados sobre a região onde está situado o município de Ernestina datam de 1633 e versam sobre a Redução de Santa Teresa, transferida de Povinho Velho (Passo Fundo) para o Rincão do Pessegueiro pelo Pe. Francisco Jimenez e o cacique Guaraé:

A redução fazia parte dos 18 primeiros povos missioneiros erguidos pelos jesuítas espanhóis na grande região do Tape. Era a mais oriental delas e teve um florescimento rápido, devido à terra fértil, acessibilidade de águas e estar localizada na vertente mais ocidental do rio Jacuí, na região do Curiti (PORTO, 1954, p. 103).

Em fins de 1635, irrompeu o ataque dos bandeirantes na região do Tape. Segundo o Pe. Montoya (in: Bona, 1996, p. 93), “os bandeirantes não eram homens de seu tempo, mas selvagens despidos de todo sentimento humano”. Em 1637, o bandeirante André Fernandes, substituindo Amador Bueno, seguiu para o Curiti – Rincão do Pessegueiro – para atacar Santa Teresa (BONA, 1996).

Na Figura 4 a seguir, percebe-se a ocupação dos Bandeirantes nas Reduções Jesuíticas.



Figura 4: Ação dos Bandeirantes nas Reduções Jesuíticas.

Fonte: Google imagens: http://historiandonovestibular.blogspot.com.br/2014_09_01_archive.html.

Em estudos investigativos de Jorge Cafruni sobre a redução de Santa Teresa, o autor relata um achado em ruínas (provavelmente construídas entre 1637-1640) em expedição pelo município de Passo Fundo, mais precisamente na localidade de Três Lagoas:

As pedras de Três Lagoas, município de Passo Fundo, lembram à primeira vista as construções das Missões Jesuíticas. Entretanto, quer parecer-nos que a zona de Três Lagoas não foi terra em que os jesuítas tivessem trabalhado. [...] A existência desses princípios de muralhas denota um trabalho mais metódico que pode ser atribuído, sem receio, a elemento português, provavelmente bandeirantes do século 17. A confecção desses muros teria a finalidade de defesa e talvez a formação de algum núcleo bandeirante, como era hábito entre eles fazerem. A finalidade destas construções seria a fundação de um núcleo que se denominaria “ponta de lança” para maiores proveitos na preação de índios (CAFRUNI, 1966, p. 645).

Na obra “Passo Fundo das Missões”, Jorge Cafruni situa o local da expedição, Três Lagoas:

O local, que fica em Três Lagoas, dista cerca de 12 quilômetros de Pulador, cerca de 20 da cidade de Passo Fundo, e cerca de 20 das divisas de Carazinho e Não-Me-Toque; cerca de 2 da Capela de Nossa Senhora Aparecida, em linha reta, capela que fica no dorso de uma coxilha, no começo da zona dos campos (1966, p. 643).

Ilustra a situação do local um mapa feito por Jorge Cafruni do local da expedição, conforme se pode observar na Figura 5, na sequência.

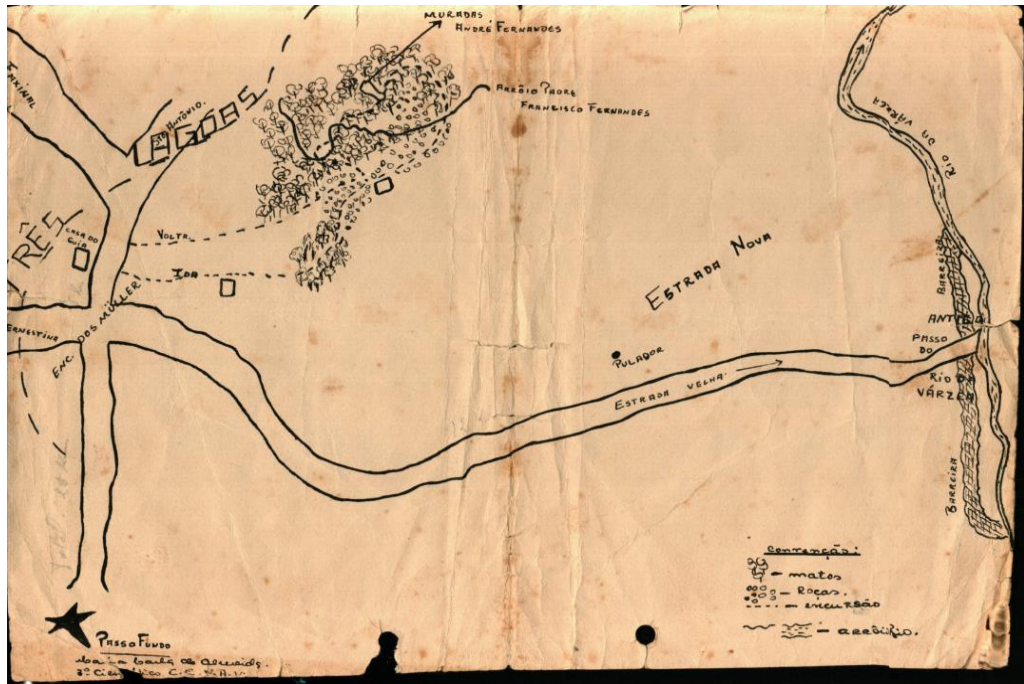


Figura 5: Mapa de Três Lagoas

Fonte: Documento original cedido por Nelci Subtil de Oliveira (2015) à autora.

Em seu relatório sobre a expedição a Três Lagoas, Jorge Cafruni lamenta o fato de a documentação fotográfica não poder ser feita no dia da expedição (26 de março de 1965). Quando retornaram ao local, 24 dias depois, para o registro fotográfico, encontraram o local destruído, conforme relato que segue:

Infelizmente, a documentação fotográfica não alcançou a murada a tempo. Quando realizamos a exploração, tendo em vista as frustrações anteriores, não levamos fotógrafo. Mais tarde, em data de 5 de maio, isto é, 24 dias depois do achado, quando nos dirigimos novamente ao local, juntamente com uma representação de professores e alunos do Colégio “Nicolau de Araújo Vergueiro”, de Passo Fundo, e munidos de máquina fotográfica, encontramos as muradas completamente desfeitas, por obra dos “caçadores de tesouros jesuíticos” que, sabendo de nossas explorações, não perderam tempo... Removeram todas as pedras, lavaram-nas e escovaram-nas, tirando-lhe o limo esverdeado que as cobria, na ânsia de verificarem a existência de alguma inscrição que lhes indicasse o local do ambicioso tesouro oculto... Gente daninha que, que destruiu magnífico vestígio de um trabalho feito há três séculos... O que não puderam fazer foi destruírem as pedras... Encontramo-las atiradas a esmo, amontoadas, pouco abaixo da encosta. Ainda assim, as fotografias que então tiramos dessas pedras não serviram, por falta de “flashes” (CAFRUNI, 1990, p. 646).

As fotografias a que se refere Jorge Cafruni estão anexas à obra “Passo Fundo das Missões” (1966) das quais, observa-se uma na Figura 6 na sequência. Nela, identifica-se o autor, de cócoras, e o guia, o terceiro da esquerda para a direita, Sr. Aldino Cullmann.

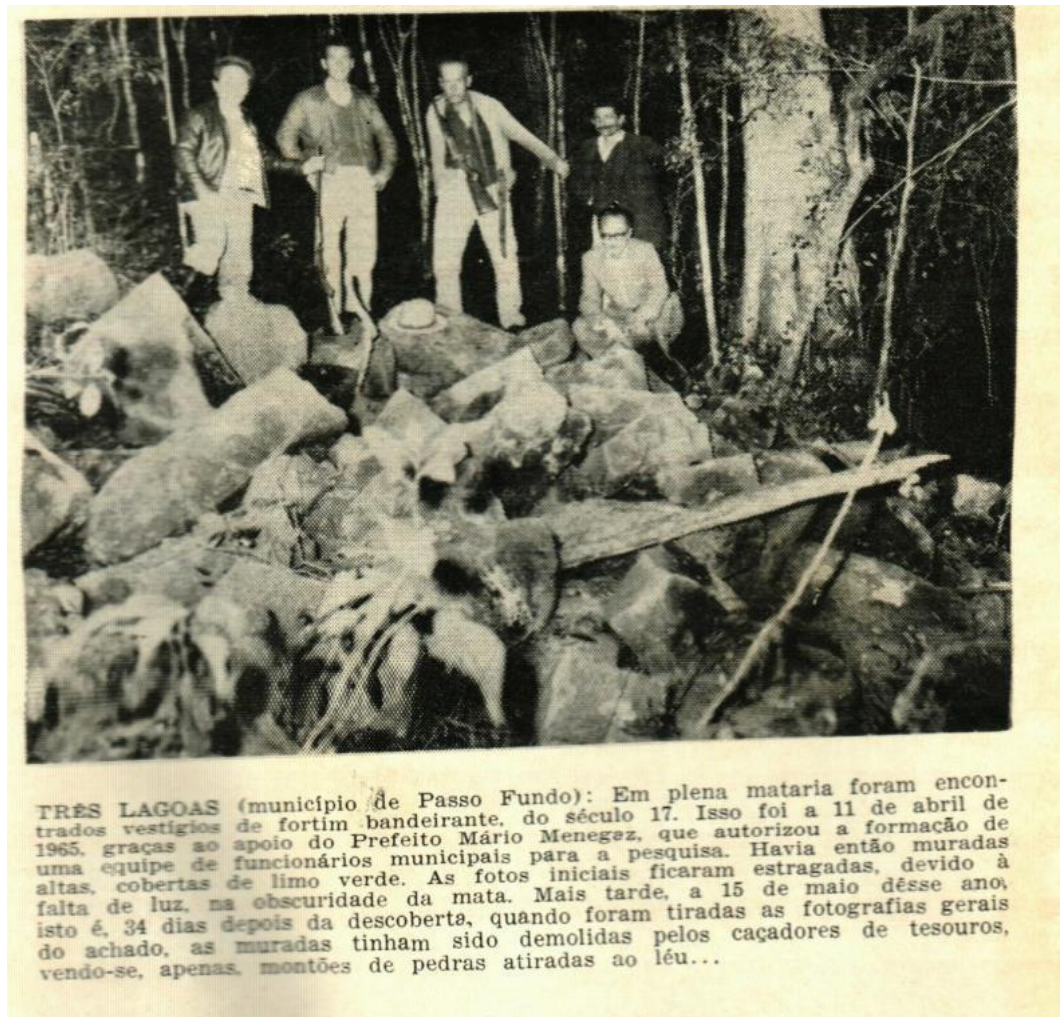


Figura 6: Jorge Cafruni em expedição pela mata de Três Lagoas.

Fonte: CAFRUNNI, 1990 – Anexos: Documento Fotográfico “Ruínas Jesuíticas e Bandeirantes”.

Percebe-se pelo exposto até aqui que as relações conflituosas estabelecidas entre os grupos indígenas, os bandeirantes e o povo gaúcho tem como temática central as questões de ocupação de espaço, que é uma das principais razões dos conflitos e da imigração.

A ocupação do Rio Grande do Sul não foi um processo pacífico, assim como os indígenas e os jesuítas, a chegada dos colonos permitiu que surgissem novos aglomerados populacionais, que mais tarde formaram novas cidades, estruturando uma nova base político, administrativa e cultural.

Entre a destruição das reduções e a chegada dos imigrantes europeus à Ernestina, houve um “vazio” histórico e demográfico de longo período na região.

Nas primeiras décadas do século XIX, imigrantes europeus vieram para o Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho. Passaram a trabalhar em atividades ligadas à agricultura e pecuária e também tinham profissões (artesãos, sapateiros, alfaiates, etc.) que

também desenvolveram aqui, criando oportunidades de pequenos negócios e, aos poucos, criando sua identidade. O Brasil era visto como uma terra de oportunidades, que os imigrantes souberam aproveitar muito bem. Hoje, pode-se ver suas marcas identitárias em toda parte: nos usos e costumes, na história e na memória.

Assim, considerando-se a importância destes povos na construção da memória e da identidade nacional, e em especial ao município de Ernestina, será abordada a imigração alemã e a forte influência da igreja e educação na formação da comunidade de Ernestina.

2.3 Evolução política de uma comunidade “alemã”

No ano de 1897 foram fundadas importantes colônias alemãs no Alto do Jacuí, pela firma Schmidt e Cia., situadas na Serra do Jacuí, 20 km ao sul da estação da estrada de ferro de Carazinho, então distrito de Passo Fundo. O povoamento de Selbach teve início em fim do século XIX, pelo coronel Jacob Selbach Junior. Os colonos alemães que compraram terras vieram das antigas colônias de São Sebastião do Caí, Estrela, Anta Gorda e Santa Cruz do Sul (NASCIMENTO, 2007).

Os alemães colonizaram os futuros municípios de Tapera, Não-Me-Toque, Victor Graeff, Ernestina e Tio Hugo. Luteranos e católicos se irmanavam lutando pelo desenvolvimento das povoações do território de Passo Fundo.

A região onde hoje se encontra o município de Ernestina era coberta por um pinhal cerrado, com pequenos espaços de campos com capões de mato. De acordo com o manuscrito “História de Ernestina” (s/d) de Norberto Wilrich,

[...] com a vinda das primeiras famílias de descendência alemã, oriundas da região de Taquari e de Teutônia, começou, então, a derrubada dos pinhais para o preparo do solo para a agricultura, e as primeiras serrarias, provocando a devastação da mata (a economia baseou-se, inicialmente, na extração de madeira). Estabeleceram-se também casas de comércio, hospital, farmácia, funilaria, ferrarias, moinhos, fábrica de cerveja, salões de bailes e clubes que cuidavam da vida social da localidade e duas escolas primárias particulares. A partir daí, há mudanças significativas para a pequena vila, aumenta a população, diversificam-se as atividades, sendo que a agricultura é a principal delas, com o cultivo da mandioca. A colonização no município cria uma base social distinta daquela já existente, formada por pecuaristas. Com a chegada dos alemães, foi fundada, em 1909, a Comunidade Evangélica de Vista Alegre – Dona Ernestina (IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) (apud ZIZEMER, 2006, p. 59).

As primeiras serrarias surgiram no Passo do Pessegueiro e pertenciam à Família Graeff. Logo elas aumentaram na região, provocando a devastação dos pinheirais.

A concentração populacional localizava-se na área próxima onde hoje está a Barragem de Ernestina. Porém, por problemas entre famílias e de ordem política, havia uma disputa para definição do local que seria a sede do povoado. Para apaziguar os ânimos, o tenente-coronel Ernesto Carneiro da Fontoura, grande proprietário de terras na região, fez doações de uma grande parte de suas terras da Posse Barão, em 1900, para a fundação do povoado, na área denominada de Vista Alegre, local onde hoje se encontra a praça central da sede municipal. Vista Alegre passou em seguida a ser chamada de *Ernestina*, em homenagem a sua esposa, D. Ernestina (BONA, 1996, p. 96).

Em 1924, Ernestina passou à categoria de “Vila” e, em 1940, a distrito do município de Passo Fundo (ZIZEMER, 2006).



Figura 7: Ernestina como 8º distrito de Passo Fundo
Fonte: BONA, 1996, p. 97.

Tendo em sua origem a colonização alemã, desde o início, contou com a presença da Igreja Evangélica Luterana, embora a Igreja Católica também estivesse presente e causasse certa rivalidade entre os moradores da Colônia. Ema Irschlenger lembra que em relação à religião tiveram muita dificuldade, pois os pais eram de crenças diferentes, “o pai era evangélico Luterano e a mãe era Católica, os batizados eram realizados em casa e também

na igreja” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 13, 1999, p. 3).

Igualmente, Irma Trombini refere-se que na época da criação da Colônia D. Ernestina, “já residiam aqui católicos e evangélicos luteranos e que no começo a rivalidade entre as duas comunidades era grande, mas a mesma aos poucos foi sendo amenizada” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 15, 2000, p. 3).

Ainda em relação à rivalidade, Meta Elsing Kaiber relatou: “Havia bastante rivalidade entre católicos e evangélicos luteranos, as duas principais religiões da localidade” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 11, 1999, p. 4).

O comportamento hostil prolongava-se até à escola, conforme relata Atila Schmitz, que frequentou a escola em São José do Centro e lembra que os professores eram Wilrish e Leopoldo Klein: “a escola era comunitária e era também a comunidade que pagava o professor, católicos e luteranos estudavam em escolas separadas, pois a rivalidade entre as duas religiões era bastante acentuada [...]” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 7, 1999, p. 3).

A rivalidade não poupou nem aqueles que contribuíram na construção dos templos, conforme relato de Elvira Marz. Segundo ela, “quando foram construídas as igrejas na sede do município, seu pai deu 10 dúzias de tábuas para cada uma das comunidades, só que quando ele faleceu, os evangélicos ainda não tinham sino e não quiseram dobrar o sino católico para ele, pois a rivalidade entre as duas comunidades era bastante acentuada na época” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 2, 1999, p. 3).

O derradeiro destino dos moradores também foi alvo de rivalidade. Em um livro de atas⁵ pertencente ao Museu Municipal de Ernestina, que serviu para o lançamento dos comissários do então 11º distrito, encontra-se na página 11 um “Termo de compromisso de doação” para o cemitério local, no documento frisa-se o destino da doação de um lote:

⁵ **Anexo 3:** Cópia da ata de doação do terreno para o cemitério.

Aos sete dias do mez de março de mil novecentos e trinta e dois [...] compareceu o Sr. Serafim de Almeida Lara e declarou em presença de duas testemunhas abaixo- assignadas que fazia doação de um quadro de terra de sua propriedade com 25 metros em quadro em lugar denominado Posse dos Almeida Lara destinado este quadro de terras para *cemiterio da pobreza que não dispõe de recursos*. Tendo sito indicado pelo mesmo Sr. doador o cidadão Belizario Nunes Carvalho como zelador do referido cemitério. NB. (?) *Declarou mais o mesmo doador que o dito cemiterio é de destino exclusivamente a defuntos do credo catholico* [...] (in: Museu Municipal de Ernestina) (grifos meus).

Desta forma, percebe-se que a organização dos espaços sofreu forte influência dos colonizadores, em que estes demarcavam seu território, muitas vezes, através da distinção religiosa. Assim foram se estruturando geográfica e culturalmente os espaços na comunidade, que mais adiante, por volta dos anos de 1944, se tornara distrito.

A partir da promoção a distrito, Ernestina passou a ter subintendentes e comissários nomeados por Passo Fundo, tendo sido Christiano Althaus o primeiro subintendente e Luiz Felipe Schardong o primeiro comissário. Em 1944, consta no livro de atas da intendência a nomeação de Manoel da Rosa Soares como inspetor da 8ª região do distrito de Ernestina.

Zilá Mesquita (1984) lançou reflexões a respeito do fenômeno das emancipações de distritos no Rio Grande do Sul, sobretudo no Planalto sul-rio-grandense, portanto, ao norte do Estado, que desejavam emancipar-se de suas sedes e, assim, formar novos municípios, o que representa a emergência de expressivo número de novas e pequenas cidades.

Esse fato pode estar representando alterações econômicas e sociais numa área como o Planalto gaúcho, que é expulsora de população desde a década de 50, e num país de extensão continental, em que borbulham vários problemas sociais há muito abafados e protelados, sobretudo no Setor Primário. O País, cuja urbanização tem sido vertiginosa nas últimas décadas, revela, hoje, uma concentração urbana da ordem de 70% (MESQUITA, 1984, p. 169).

Aldomar Arnaldo Ruckert, acerca das emancipações, assevera que o efeito mais evidente de um ponto de vista global é o aumento do número de municípios no Estado.

Um olhar retrospectivo sumarizado e centrado sobre as duas últimas décadas mostrará que, em 1980, eles eram 232; dois anos depois, foram acrescidos de 12, passando a 244; aos quais se acrescentaram mais 89 em 1988, somando, então, os atuais 333. Esses, entretanto, estão em vias de aumentar, pois, em 1991, mais 94 tiveram seus processos emancipatórios referendados por plebiscitos (RUCKERT, 1981, p. 29).

De acordo com Zilá Mesquita (1984, p. 171), “a pulverização de municípios deu-se na chamada “zona da mata”, onde havia inicialmente disponibilidade de espaço não ocupado com latifúndios”. Emergindo, assim, uma classe média que desenvolveria os setores comercial, de comunicação e de transporte.

A situação de desenvolvimento, por outro lado, traz consigo os problemas de infraestrutura, que não se restringe aos espaços periféricos das metrópoles. De acordo com Zilá Mesquita,

[...] esse problema já faz parte do cotidiano das cidades médias e até mesmo de distritos que reivindicam sua emancipação. Ironicamente alguns deles já apresentam indícios destes ‘foros de cidades’ a que almejam. Esses constituem a face escondida das alterações da estrutura regional via modernização, enquanto as emancipações são a sua face visível, embora nem sempre explícita (MESQUITA, 1984, p. 177).

Esses fatores explicam por que o norte do Rio Grande do Sul foi e é ainda uma região de conflitos de terras e onde o Movimento dos Sem-Terra sempre teve uma tradição de resistência e consciência face às injustiças sociais.

Os movimentos emancipatórios algumas vezes mascaram conflitos políticos, dando a impressão de serem inexistentes, ou quase inexistentes. Os interesses particulares daqueles que tomam as iniciativas emancipacionistas e que desejam para si ou para seus partidários o governo local e o trânsito facilitado a outras esferas administrativas públicas ficam subentendidos. Muitos sabem dos mesmos, mas poucos explicam, ou ousam fazê-los, ou posicionam-se pública e abertamente. Um dos motivos apontados é o receio de ficar marginalizado na comunidade (MESQUITA, 1984, p. 178).

Os interesses geralmente subjazem sob a capa de objetivos de uma lógica irretorquível, de acordo com Aldomar Arnaldo Ruckert (1982):

[...] o bem comum, o progresso e o desenvolvimento para o território. A “esquina”, o “rincão”, o “distrito”, enfim, o território, recebe uma identidade própria, na medida em que serve à expressão de identidades pessoais amalgamadas numa identidade coletiva de variados matizes de consciência territorial, mesclados a impulsos de posse, de poder, de autonomia, de solidariedade e, até mesmo, de indiferença ou de alienação ao problema (apud MESQUITA, 1984, 178).

Uma de suas expressões no território é a modernização das estruturas econômicas, ou, em outras palavras, as alterações que poderiam ser incluídas sob o título genérico de modernização, ainda que mediadas pelo Estado nacional, têm repercussões sociais, econômicas e políticas a nível local.

No norte do Rio Grande do Sul, especialmente [...] a década de 60 caracterizou-se [...] por uma alteração básica no sistema produtivo agrícola, engendrada pelo redimensionamento dos tradicionais mercados desta região e por uma política creditícia oficial, induzindo a especialização na produção de trigo e soja. O progressivo uso de financiamento bancário (estatal e ultimamente, também particular), a mecanização da lavoura, o uso de adubos e corretivos do solo produzem uma mudança ao nível da quantidade e da qualidade e da produção agrícola, tornando os agricultores consumidores, em grande escala, dos mercados urbanos, mormente em épocas de safras rentáveis. As cidades passam a equipar-se em função das novas exigências criadas por este redimensionamento da economia colonial. Os serviços e o comércio passam a melhorar em qualidade e a crescer em número, estruturando-se num espaço urbano mutante, que abriga, agora, também uma população atraída de outros centros e de vilas menores; ex-proprietários de minifúndios 'improdutivos' e migrantes do espaço rural. Acontece na região, com uma infraestrutura progressivamente mais eficaz, o fenômeno da urbanização da economia agrícola (MESQUITA, 1982, p. 181).

Foi no período elucidado pelo autor acima referido que se evidenciaram as relações de dependência da região, atrelada à política de exportação, caracterizando espaços derivado e periférico. Com esse fim, foi possível perceber a construção de um discurso apoiado frequentemente na difusão de uma ideologia territorial, visando a um uso político do território (MESQUITA, 1984).

Em busca de uma identidade própria, o então distrito de Ernestina formou uma comissão emancipadora composta, basicamente, por descendentes alemães.

Muitos dos moradores da localidade que se empenharam no processo de

emancipação através de campanha corpo a corpo são descendentes das primeiras famílias que se localizaram na região, como: Krombauer, Schnamberger, Schubert, Weiller, Eschner, Graeff, Hermann, Neuhaus, Schaeffer, Kaminski, Strefling, Wützky, Backes, Huppers, Hoppen, Culmann, Kern, Schneider, Fett, Baumgratz, Penz, Müller, Nickorn, Köch, Güntzel, Pozzan, Elfing, Carvalho, Goedel, Werner, Becker, Pereira, Santos, Dudedap, Proença, Sachser, Luz, Marcandis, Camargo, Souza, Silva, Hengers, entre outras⁶. Além destas, encontra-se no Anexo 2 o registro de batismo das famílias pertencentes à comunidade evangélica.

No dia 06 de agosto de 1986, através da comissão emancipadora assim constituída: Presidente: Jaime Gonçalves da Silva⁷; Vice-presidente: Odir Gentil Ferst; 1º Secretário: Marico Alfredo Ferst; 2º Secretário: Paulinho Eugênio Goedel; 1º Tesoureiro: João Cláudio Goedel; 2º Tesoureiro: Gelson Ireno Arend; e Conselho Fiscal: Clarecy Neckel, Lauro Lindolfo Penz e Benno Gnich, iniciou a coleta de assinaturas das pessoas residentes na área favoráveis à emancipação daquela localidade pertencente ao município de Passo Fundo⁸.

Após a coleta de assinaturas e campanha emancipatória, no dia 20 de dezembro de 1987, a junta apuradora, presidida pelo Juiz Eleitoral Dr. Marcel Esquivel Hoppe, tornou público o resultado da consulta plebiscitária realizada no distrito de Ernestina, tendo como resultados:

Total de eleitores inscritos: 1.815

Total de eleitores que votaram: 1.244

Total de votos SIM: 1.192

Total de votos NÃO: 43

Total de votos em BRANCO: 06

Total de votos NULOS: 03

Então, em 11 de abril de 1988, pela Lei 8.554/88, quando era governador do Estado Pedro Simon, Ernestina foi então emancipada.

⁶ As informações referentes às famílias foram encontradas no Museu de Ernestina em documentos e registros doados pela população.

⁷ Conforme apontado no parágrafo anterior, a comissão era basicamente formada por descendentes alemães, embora o presidente não tenha sobrenome alemão, a genitora do mesmo, D. Reny Güntzel, tinha forte ascendência germânica.

⁸ **Anexo 4:** Ata nº 1 – Formação da Comissão de Emancipação.

Em tempos de descrédito político no País, é na construção, no cotidiano (a médio e/ou longo prazo...), de um novo ideário social e político que se poderia, talvez, mitigar a necessidade de uma autonomia mais efetiva. Ocorrendo ou não novas emancipações municipais, o importante é que as comunidades não rompam com a questão da pertinência local e de suas próprias identidades e memórias culturais.

3 RELIGIOSIDADE: IGREJA E GERMANIDADE EM ERNESTINA

3.1 Igreja e Germanidade

Ao longo da história, percebe-se que determinados fatores são preponderantes para estudar o papel da religião no processo de formação de uma comunidade. O primeiro deles diz respeito aos instrumentos de integração social utilizados pela Igreja, que acaba por construir um programa de ações que determina o modo de ser na sociedade. O segundo que apresenta relação direta com o primeiro, faz referência à atuação dos religiosos no cotidiano citadino, espaço onde se vivencia sua ação a partir da relação entre esfera religiosa e esfera laica (PONCIANO, 2014).

A investigação destes fatores é um caminho propício para alcançar o objetivo deste estudo, qual seja: analisar o papel da religiosidade como patrimônio imaterial e sua importância na formação da cidade de Ernestina. Como destaca Nilton Paulo Ponciano (2014, p. 1), “é no interior das relações sociais construídas a partir das experiências de vida, se revela o grau de envolvimento da esfera religiosa na formação social de determinada sociedade”. Os Jesuítas e a Igreja Luterana envolveram-se no processo de formação da cidade em questão, assim, buscar-se-á ampliar este ponto no decorrer deste item.

A fim de melhor situar a questão religiosa neste estudo, urge dar um contexto histórico a esta questão, iniciando pela passagem dos jesuítas neste território e a chegada dos imigrantes alemães.

3.1.1 Jesuítas

Os jesuítas, com seu projeto educacional, e os portugueses que vieram para a Colônia brasileira em busca de riquezas, tiveram papel fundamental na formação da estrutura social, administrativa e produtiva da sociedade que estava sendo formada (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

Tendo-se por premissa que os feitos educacionais não são fenômenos independentes e autônomos da realidade social de determinado momento histórico, deve-se analisar o projeto jesuítico levando-se em conta o desenvolvimento social e produtivo da época colonial.

Para consecução dos objetivos do Projeto Português de colonização das terras brasileiras, a Coroa portuguesa contou com a colaboração da Companhia de Jesus. Conforme destaca Gislene Miotto Catolino Raymundo (1998):

Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, em parte em função de seus princípios fundamentais, que eram a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros. Tiveram uma grande expansão nas primeiras décadas de sua formação, constatada pelo crescimento de seus membros, pois em 1606 contava com mil membros e em 1856 esse número cresceu para 13 mil (apud SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 171).

A Companhia de Jesus foi fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a reforma protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contrarreforma nessa luta. Seu objetivo era tentar sustar o grande avanço protestante da época, e para isso utilizou-se de duas estratégias: por meio da educação dos homens e dos índios; e por intermédio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008).

O Projeto Educacional Jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira. Teixeira Soares (1961) afirma: “a Companhia de Jesus surgiu como uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidade sociais e religiosas, foi a ação da Ordem (apud SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p. 174).

De acordo com Maria Rita Kaminski Ledesma,

o método educacional jesuítico foi fortemente influenciado pela orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença⁹ e por extensão, pela cultura europeia. Apresentava como peculiaridades a centralização e o autoritarismo da metodologia, a orientação universalista, a formação humanista e literária e a utilização da música (LEDESMA, 2010, p. 17).

O método jesuítico tratava de uma educação com fins bem definidos e rigidamente seguidos, formar o homem educado, o homem perfeito conforme a exigência da sociedade aristocrática da época, um homem culto e polido, com formação eminentemente humanística, distanciado da realidade que o cercava (LEDESMA, 2010).

As principais críticas efetuadas pelos adversários políticos dos jesuítas no Reino ao método pedagógico são, de acordo com Fernando Azevedo (1976):

A educação da mocidade reinol e colonial, monopolizada pelos padres, orientava-se, sem dúvida, para a uniformidade intelectual; os quadros do seu ensino, dogmático e abstrato, não apresentavam plasticidade para se ajustarem às necessidades novas: os métodos, autoritários e conservadores até a rotina; e, além de não incluir o ensino das ciências, esse plano de estudos, excessivamente literários e retóricos, não abria lugar para as línguas modernas, conservando nas elites uma tal ignorância sobre essas línguas que de maravilha se encontraria, na colônia, um brasileiro que soubesse francês (apud SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 182).

De acordo com Shigunov Neto e Maciel (2008), pode-se supor que a expulsão da Companhia de Jesus e a destruição de sua organização educacional são de duas ordens:

Política: os jesuítas representavam um empecilho aos interesses do Estado Moderno, além de ser detentora de grande poder econômico, cobiçado pelo Estado;

Educacional : a necessidade de a educação formar um novo homem – o comerciante e o homem burguês, e não mais o homem cristão –, pois os princípios liberais e o movimento Iluminista trazem consigo novos ideais e uma nova filosofia de vida (2008, p. 183).

A expulsão da Companhia de Jesus deve ser compreendida enquanto um processo mais amplo, e que envolve questões de cunho político, ideológico e econômico. E, portanto,

⁹ O período denominado de Renascimento foi um período compreendido entre os séculos XV e XVI, em que ocorreram profundas transformações na sociedade europeia, caracterizado, também, pelo questionamento dos métodos de ensino da escolástica.

que não foi específico de Portugal, pois foi observado em outros países da Europa, como por exemplo, na Espanha (LESDEMA, 2010).

Assim, pode-se supor que os jesuítas possuíam um projeto educacional, que, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para o Brasil, tinha determinada autonomia, e teve papel fundamental e acabou contribuindo para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da Colônia brasileira.

3.1.2 Imigração Alemã

É preciso recuar no tempo para compreender a saga da imigração alemã. Na região Norte do estado do Rio Grande do Sul estabeleceram-se diversas etnias, contudo, no município de Ernestina, os alemães formaram o número mais expressivo.

O Brasil, diante dos acontecimentos históricos da Europa nos séculos XVIII e XIX, tinha interesses ao trazer o imigrante europeu ao Rio Grande do Sul. “A região sulina era um capítulo à parte no Brasil, um problema de segurança nacional. Extensas áreas de terras com florestas virgens e campos desocupados, afastados do centro do país, que, nos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII eram apenas corredor de passagem” (BUSSE, 2009, p. 15).

O Brasil era um país novo, onde tudo estava por fazer. Havia enormes vazios geográficos, muita mata para derrubar e dar lugar a plantações. Essa história que começou há mais de 180 anos, mas o sentimento de saudade já podia ser percebido nos versos escritos pelos imigrantes referindo-se à aventura que os esperava deste lado do oceano, versos estes contidos na obra “Imigração Alemã – 180 anos – História e Cultura” de Silvio Aloysio Rockenback e Hilda Agnes Hübner Flores:

Die Zeit und Studne ist nun da
Wir fahren nach Amerika.
Die Wagen stenh schon vor der Tür,
mit Weib und Kindern ziehen wir!
Ihr Freunde und Verwandte,
Geschwister unf Bekaunnte,
Kommt, reichet uns die Hand!
Nun weinet nicht so sehr,
wir sehn uns nie und nimmermehr!
(ROCKENBACK; FLORES, 2004, p. 10)¹⁰

¹⁰ O tempo e a hora chegaram / Vamos viajar para a América / As carroças estão diante da porta, / com mulher e filhos vamos partir! / Vocês, amigos, apertem nossas mãos! / Mas não chorem muito, / não nos veremos mais, nunca mais! (Tradução dos autores).

Conforme Osmar Luiz Witt (1996), o Rio Grande do Sul “Era uma terra sem dono, denominada pelos portugueses de Continente do Rio Grande. Seu interior era explorado apenas pelos Bandeirantes, que caçavam nos pampas o gado xucro e algumas peças de índios para serem vendidas no centro do país” (apud BUSSE, p. 15).

A fim de atrair imigrantes, o governo brasileiro contratou agentes recrutadores, os quais faziam propaganda do Brasil na Europa, atraindo o maior número possível de agricultores.

Na Europa se dizia que no Brasil existia terra abundante para todos, que o governo facilitava a entrada no país, a viagem e a posse de uma colônia por família; dizia-se também que havia abundante madeira para construção, que a terra era fértil e tudo que se plantava crescia e dava boas colheitas, não fazendo tanto frio como na Europa, etc. (BUSSE, 2009, p. 21).

Assim a imigração acelerou-se e uma grande leva de imigrantes foi assentada, mas, de acordo com Wiliam Werlang (1991):

[...] depois da revolução farroupilha, em 1845, mas diminuiu muito depois da lei de Von der Heydt, de 1859, com a qual o governo da Confederação Alemã (Alemanha) proibiu a vinda de alemães para o Brasil, possivelmente movido pela denúncia de que muitos imigrantes se viam abandonados no Brasil. Essa lei foi revogada no ano de 1896 (apud BUSSE, 2009, p. 20).

No período da proibição, os recrutadores faziam propaganda nos países vizinhos da Alemanha. De acordo com Jaeme Luiz Callai (1973), “em resposta, desembarcaram em terras gaúchas, os imigrantes poloneses, italianos, suecos, russos, holandeses, suíços e muitos alemães-russos e gente de outras regiões para buscar um novo lar, encantados pela propaganda” ¹¹ (apud BUSSE, 2009, p. 20).

¹¹ Era um período de vastas migrações gerais. A Europa se livrava do excesso de contingente, enquanto o continente americano os atraía para povoamento. Kurylowicz escreve que nessa época dourada ou o século dourado das migrações ao Novo Continente (1815 -1914) atravessaram pelo Atlântico em torno de 100 milhões de pessoas (KURYLOWICZ, 2002, p. 39, In: BUSSE, 2009).

“Os primeiros imigrantes holandeses no Estado se instalaram em 1851 no atual município de Campo Real (Não-Me-Toque). Os italianos se instalaram a partir do atual Município de Farroupilha em 20 de maio de 1875” (BUSSE, 2009, p. 20).

O governo, que tinha pouco recurso e infraestrutura para o projeto, contratava empresas (firmas) alemãs para introdução de imigrantes. O pagamento era feito com terras no Brasil, com matéria-prima, ou com outros produtos e as autorizava para trazer manufaturas europeias para vender aqui. O pioneiro neste tipo de iniciativa foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, em 1847 (IOTTI, 2001, p.8).

As empresas alemãs, tendo feito o recrutamento, faziam o transporte dos imigrantes para o Brasil, conforme informa Alberto Victor Stawinski (1981).

Naqueles recuados tempos, a travessia do oceano, em navio de pequeno calado e de precárias acomodações, era sempre ousada, perigosa e, por vezes, dramática. Balançando sobre as ondas e vagalhões do mar, lutando contra as borrascas e sofrendo os fortes calores da passagem pela linha equatorial, a embarcação levava de trinta e cinco a quarenta dias para chegar-se à praia. A maioria dos passageiros adoecia. Não raros eram os casos fatais. Uma vez em terra firme, os imigrantes tinham de fazer um estágio de aclimação, nos barracões, do Rio de Janeiro, antes de serem encaminhados para as colônias a eles destinadas (apud BUSSE, 2009, p. 20).

Em geral, os imigrantes vinham para o Rio Grande do Sul em pequenas leva, a convite do governo. Do Rio de Janeiro ou porto de Santos desceram o Atlântico até Rio Grande, subiram pela Lagoa dos Patos e desembarcaram em Porto Alegre. Para algumas localidades prosseguiram de barco pelo Rio dos Sinos, outros pelo Rio Jacuí e Taquari, conforme a colônia de destino. Nesses lugares de desembarque o porto normalmente era um tronco de uma árvore (BUSSE, 2009, p.21).

Logo perceberam que era bem diferente da propaganda. Havia ocasiões em que foram literalmente enganados, como escreve Wiliam Werlang (1991) sobre a colonização de Santo Ângelo do Agudo (atual Agudo):

[...] os colonos haviam sido enganados, pois se lhes afirmara que desembarcariam em Santa Cruz para onde constava que seriam destinados. Ao aproximarem de Rio Pardo, disseram-lhes que, devido à cheia do Rio Jacuí, teriam de ir adiante. Ao chegarem ao Cerro Chato, passo sobre o Jacuí, onde deviam desembarcar, os colonos relutaram, tentando revoltar-se [...]. Então a tripulação do vapor fê-los sair a força [...] quase loucos de terror, vendo-se naquele deserto [...] os colonos queriam voltar novamente [...] enquanto o vapor largava, deixando-os a sós. Do Passo para o lugar foram transportados em carretas (de bois) (apud BUSSE, 2009, p. 21).

Desta forma, afirma Martin N. Dreher (1998), percebe-se que governo usou os imigrantes:

[...] no plano diabólico do branqueamento da raça. [...] No lugar do escravo foi introduzido o colono branco, o qual recebia terras a baixo custo [...] teve [...] família numerosa, [...] contribuindo, assim, individualmente, para o branqueamento da raça. O imigrante vai ser usado para a eliminação das nações indígenas. [...] para ajudar limpar a área. Eles vão ser usados dentro de uma política de segurança nacional. [...] o imigrante também é usado na valorização fundiária. [...] os primeiros anos ganha de presente as terras mais baixas, menos produtivas. As terras ao redor se valorizam e podem, posteriormente, ser vendidas, por bom dinheiro. [...] próximo de latifúndios, o imigrante vai ser usado como mão-de-obra barata. Muitas vezes, [...] também foram colocados em áreas onde deverão ser construídas e conservadas estradas. Finalmente, [...] faz parte do plano de criação de uma classe média brasileira (apud BUSSE, 2009, p. 22).

Porém, não foi só o governo brasileiro que se beneficiou com a vinda do imigrante europeu, pois a Europa central aliviou seu excesso de contingente. O Governo alemão pretendia formar um mercado promissor para exportar manufaturados para os novos centros de colonizações e os franceses e os ingleses foram contratados pelo governo brasileiro para expandirem as linhas ferroviárias pela região Sul (BUSSE, 2009).

Os governos federal e estadual, com a iniciativa privada, seguiram abrindo novas colônias, povoando toda a região da encosta da serra e arredores e, subindo a serra, povoaram parte do planalto, chegando a Cruz Alta na década de 1870 e Ijuí em 1890 (WERLANG, 1991 apud BUSSE, 2009).

Leo Weibel (1955) relata que em 1885, de toda Região de Passo Fundo, Palmeira das Missões e Santo Ângelo até o Rio Uruguai, uma área de 12.000 Km², 85% ainda era floresta intocada. Foi então que o governo decidiu colonizar toda região de Passo Fundo para o norte e de Santo Ângelo para o oeste, até a costa do Rio Uruguai. Ficando reservada a região da grande Santa Rosa. Guarani das Missões foi fundada em 1891. Embora não sendo vila nem

distrito, era o ponto de partida da colonização de uma importante área que inicialmente era chamada Região Missioneira (apud BUSSE, 2009, p. 23).

A presença dos imigrantes isolados em Passo Fundo data das primeiras décadas do século XIX, porém as primeiras colônias foram fundadas somente no final daquele século, tratando-se de colônias predominantemente colonizadas por imigrantes e descendentes de colonos alemães, como é o caso da Colônia Dona Ernestina (1900), que pertencia a Passo Fundo (NEUMANN, 2009, p. 201).

“No grande município de Passo Fundo formaram-se vários núcleos coloniais, marcados pela diversidade étnica. Ao longo do século XX, muitas dessas colônias foram desmembradas, dando origem a novos municípios, mantendo, estes sim, uma identidade étnica definida” (ZANOTTO; MACHADO, 2009, p.386).

Embora a maioria dos imigrantes que ocupavam a colônia Guarani fosse católica, havia também imigrantes evangélicos, “em 1898, lá viviam 28 famílias evangélicas teutas. Dez famílias eram da Prússia Oriental, outros do sul da Rússia e da Polônia. [...] Seis famílias eram migrantes que saíram da colônia Ijuí. Esses apontamentos parecem levar em conta apenas os moradores da margem direita do Rio Comandá” (BUSSE, 2009, p. 23).

Com a demora da vinda da infraestrutura e inúmeras dificuldades a sobrevivência tornou-se um desafio, conforme relato de Gerhard Dedeker (1996):

Quem pode, entretanto, migra adiante, e eu não os quero levar a mal. Guarany é a localidade mais distante do tráfego que conheci até agora. A terra, certamente é bem bonita e boa, e as pessoas também foram, em grande parte, trabalhadoras. Isso a gente vê. Mas não há grandes perspectivas de progredir. Na venda da cidade – como única venda do lugar – pode, naturalmente, fixar os preços como bem quiser, há só negócios de troca. Além disso, tem-se que atravessar o perigoso Rio Comandá, cujos perigos também nós experimentamos, para chegar à cidade. O governo prometeu construir uma ponte já há muito tempo; mas quando ela será, realmente, construída? Agora um homem da colônia tentou levar os produtos até Tupacretan, a 32 léguas de distância (!), para assim conseguir ao menos algum dinheiro vivo.

Durante o assentamento de colonos, que sucedeu nos anos de 1896-1899, contava-se com certeza com a construção da ferrovia Rio Grande Norte-Oeste. Agora também aqui as expectativas das pessoas foram amargamente frustradas e procuram, frequentemente, consolo na cachaça (apud BUSSE, 2009, p. 24).

Busse destaca que, diante desse quadro, as pessoas somaram esforços, auxiliando-se mutuamente, procuraram forças na fé, formaram comunidades e com a ajuda de Deus venceram a dureza da selva e da distância, e acrescenta:

Outros migraram para outras regiões no Estado, bem como à Argentina e ao Paraguai. Mas, mesmo a formação das comunidades nem sempre era tarefa fácil. Quem iria liderar a comunidade e pastorear a igreja? Onde teriam um pastor nesse fim de mundo? Se viesse, residiria no meio do mato com sua família? Quando, enfim, recebiam a visita de um pastor, a alegria era indescritível (BUSSE, 2009, p. 23).

O pastor Dedeke (1996) os descreveu como “ovelhas sem pastor, que era raro encontrar casais que haviam recebido a bênção matrimonial, dos que casavam na colônia. A maioria nem possuía um registro civil de sua união matrimonial e havia muito analfabetismo nas famílias, por não terem escola para seus filhos” (apud BUSSE, 2009, p. 24).

No período entre 1889 a 1914, foram criadas 71 colônias com inúmeras linhas e vieram da Europa 356.500 imigrantes, 15% de alemães. 76. “Nesse período Alberto Bins e Paul Schönewald introduziram no estado o eucalipto e acácia, no ano 1904” (PESAVENTO, 2002, p. 45).

O descaso com as comunidades não é atual no Brasil. Os governantes demoraram em atender as novas comunidades imigrantes, atendendo-lhes no mínimo de infraestrutura a fim de que se estabelecessem com dignidade, embora fosse interesse mútuo. Aqui, os imigrantes encontraram uma realidade muito diferente daquela que lhes foi prometida ao partirem de seu país de origem. Uma boa parte pensou em regressar, mas para muitos já não era mais possível.

Assim, aos poucos foram desbravando as matas, enfrentando animais, doenças, passando necessidades até se fixarem como comunidade, granjeando seu espaço e sua identidade.

3.1.3 Luteranismo

A história da chegada do Protestantismo Luterano ao Brasil está estreitamente relacionada à imigração alemã que ocorreu com mais intensidade durante os séculos XIX e XX.

Entre os imigrantes havia uma parcela de indivíduos cuja religião era protestante. Particularmente, grande número de luteranos. Mas a chegada deles causou problemas justamente porque o Brasil de então era um país católico.

Na Constituição do Brasil Império, de 1824, constava no artigo 179, parágrafo 5: “Ninguém deve ser perseguido por causa de sua religião, desde que ele respeite a religião do Estado e não fira a moral pública”. Porém, o artigo 5 afirmava que: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma exterior de templo” (SANTOS; CECCHETI, 2015, p. 2).

Criou-se assim uma série de empecilhos para a efetiva prática do protestantismo, o qual, por força de lei, ficou confinado a ambientes privados, conforme prescrito no Código Criminal do Império, em seu artigo 276: “Caso membros duma religião, que não seja a do Império, celebrarem seus cultos numa construção que tenha a forma de templo, os mesmos devem ser dispersos pelo juiz de paz e ser punidos com uma multa de 2 a 12 Mil-réis”.

No novo ambiente brasileiro, os imigrantes alemães estavam desde o início em situação de marginalidade, conforme observa Martin N. Dreher:

As povoações teutas surgiram geralmente em regiões pouco povoadas e, por esse motivo, o contato com a população já estabelecida no país era mínimo. Elementos da cultura brasileira só eram adotados quando se via neles alguma vantagem. Surgiram povoações etnicamente homogêneas, nas quais a língua e as tradições puderam ser preservadas. No decorrer do tempo, porém, elas passariam por transformações tão profundas que surgiu uma “cultura teuta de características próprias” (grifos do autor) (1984, p. 39).

As dificuldades também se vinculavam aos casamentos, porque inicialmente somente eram considerados válidos aqueles feitos perante o sacerdote católico, o que mudou a partir de 1863 quando os matrimônios realizados por um pastor, desde que esse estivesse legalmente registrado perante o governo, passaram a ter validade legal. Mesmo assim, casamentos mistos só podiam ser celebrados pelo padre católico e os filhos obrigatoriamente tinham que aderir ao catolicismo.

Até mesmo direitos políticos estavam limitados aos não-católicos, como rezava o artigo 95 da Constituição: “Não podem ser deputados na Câmara pessoas que professam outra religião que a do Império” (SANTOS; CECCHETI, 2014, p. 3).

No prefácio da obra de João Klug (1994), estudioso do luteranismo em Santa Catarina, observa-se:

Em sua bagagem, os imigrantes pouca coisa traziam. O pouco, porém, muitas vezes caracteriza o grupo. Nesse sentido merece ser destacada a bagagem religiosa. Nos baús dos imigrantes, encontramos, na maioria das vezes, dois, por vezes, três livros. O Hinário, o livro de cânticos religiosos, o Catecismo Menor de Lutero e a Bíblia. [...] A partir desses livros, a religiosidade continuou a ser nutrida e mantida. Como a vida religiosa provoca a comunitariedade e possibilita sobrevivência, quase que ao natural, os imigrantes reorganizaram sua vida religiosa no Brasil (apud SANTOS; CECCHETI, 2014, p. 5).

Assim, o pertencimento religioso, como elemento formativo de uma identidade étnica, constituiu a organização social comunitária vinculada à imigração e serviu para distinguir os seguidores de Lutero.

Os descendentes de alemães protestantes da atual Ernestina fundaram no dia 27 de junho de 1909 a Comunidade Evangélica de Vista Alegre – Dona Ernestina, pertencente à denominação religiosa atualmente conhecida como Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.



Figura 8: Local dos primeiros encontros da comunidade.

Fonte: KOREN et al., 2009, p. 12.

Acredita-se que o pastor Richard Nickhorn estava à frente do projeto de fundar a igreja para a comunidade de Ernestina, pois de acordo com registros históricos, ele morou e atuou como pastor na Colônia Dona Ernestina de 1909 a 1911.

A igreja se localizava em um lugar alto, entre os atuais municípios de Tio Hugo e Ernestina, perto de uma lagoa ao lado da estrada que ligava Posse Gonçalves à Colônia Dona Ernestina. Conforme relato de Lauro Kern, não havia uma igreja propriamente dita, e sim uma construção de madeira que servia para cultos e também para reuniões e outras finalidades (KOREN et al., 2009, p. 12).

No início dos anos 30, a Colônia Dona Ernestina foi levada à categoria de distrito, o 5º de Passo Fundo, e teve seu nome mudado para “Vila Ernestina”. Os luteranos então decidiram transferir sua igreja para a sede do distrito recém-criado¹². Em seguida, foi erguida a nova igreja, toda em madeira, considerada um dos prédios mais impressionantes da Vila Ernestina na época, devido às suas linhas modernas, ao amplo espaço interno e acabamento refinado (KOREN et al., 2009).



Figura 9: Inauguração da Igreja Luterana em 1934.
Fonte: KOREN et al., 2009, p. 13.

Ao cruzar as informações, Koren et al. (2009, p. 13) afirmam: “o projeto de edificação do templo luterano iniciou, provavelmente, com o pastor Karl Bernsmüller, que esteve à

¹² Conforme dados que constam na Escritura Pública do Cartório de Registro Geral de Passo Fundo, lavrada em 16 de setembro de 1931, a Comunidade Evangélica de Vista Alegre adquiriu dois terrenos do casal Affonso e Maria Augusta Camino, residentes em Carazinho, pagando o valor de cem mil reis. os terrenos localizavam-se na Rua Barão, n.º571, onde ainda hoje é a sede da comunidade.

frente da recém-fundada “Paróquia de Vista Alegre – Dona Ernestina” de 1932 a 1933. O pastor Johannes Regling foi seu sucessor, atuando entre dezembro de 1933 a março de 1934”.

Os livros de registro da Comunidade trazem dados interessantes. No curto período entre 1934, quando a nova igreja foi inaugurada, até 1941, passaram pela Paróquia de Ernestina três pastores: Arthur Becker (maio de 1934 a junho de 1936); Ernst Seiter (setembro de 1936 a janeiro de 1937); e Frederico Plöger (novembro de 1937 a março de 1941)¹³.

O fenômeno religioso é ao mesmo tempo individual e social, pessoal e comunitário, conforme apontam Ademir Valdir Santos e Elcio Cecchetti:

No seu seio há sempre uma incessante inter-relação e interação do indivíduo com o grupo social e vice-versa, entre um membro da comunidade e a comunidade como um todo. Ou seja, conecta-se fortemente a estrutura social à estrutura religiosa e daí pode-se derivar um potencial na caracterização de objetivos e na organização de ações que podem assim ser geradas e mantidas no interior de um dado grupo sob a influência religiosa (SANTOS; CECCHETTI, 2014, p. 6).

Como fenômeno social, a importância do trabalho feminino na fixação das comunidades reporta à criação da OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas). A participação ativa da mulher aconteceu desde que existe comunidade cristã.

O início da história da OASE no Brasil está ligado à sua história na Alemanha. Em 1888 por iniciativa da Imperatriz Augusta Victoria, foi fundada, na Alemanha, a Sociedade Auxiliadora de Igreja Evangélica, com a finalidade de prestar auxílio financeiro à Igreja. Desde o princípio, mulheres estiveram engajadas neste auxílio, providenciando a instalação de diaconisas nas comunidades. Em 1899 formaram-se oficialmente as primeiras sociedades chamadas “Evangelische Frauenhilfe” – Auxílio de Mulheres Evangélicas (GUDRUN, 2015).

O lema da OASE é: Comunhão – Testemunho – Serviço. Tem como emblema uma cruz branca com as pontas em forma de âncora, com fundo azul (Figura 10). O azul representa a fidelidade, e o branco, a união de todas as cores, simbolizando alegria, paz e pureza¹⁴.

¹³ No site da IECLB, os pastores Becker e Seiter não constam como pastores desta paróquia e sim como obreiros da Paróquia de Não-Me-Toque durante aqueles anos, o que leva a crer que ambos apenas prestavam serviços à Paróquia de Ernestina entre 1934 e 1937.

¹⁴ Fonte: <http://www.luteranos.com.br/>.



Figura 10: Símbolo da OASE.

Fonte: <http://www.ieclbrus.com.br/novo/oase.php>.

Em Ernestina, a OASE foi fundada em 25 de outubro de 1935, no ato com dezesseis pessoas presentes, tendo como presidente a Sra. Ernestina Heberle, que contava, há época, com a ajuda do orientador leigo José Carlos Jerch (KOREN et al., 2009).

O primeiro pastor a fixar residência na comunidade de Ernestina foi Frederico Plöger, em 1937, ano em que foi eleita uma nova diretoria, tendo como presidente a Sra. Guilhermina Neuhaus, Sra. Mimi Plöger como secretária e Sra. Ida Jerch Fett como tesoureira, e , de acordo com documentos da paróquia, foram reeleitas várias vezes consecutivas (KOREN et al., 2009).

Em 1948, o pastor da então Vila Ernestina era Wilhelm Volkmann, e uma nova diretoria foi eleita. A Sra. Ida Jerch Fett foi eleita presidente, a Sra. Martha Volkmann (esposa do pastor) e a Sra. Rosita Kern como tesoureira (KOREN et al., 2009).



Figura 11: Grupo de OASE e Pastor Kellert.

Fonte: KOREN et al., 2009, p. 36.

Os primeiros encontros eram realizados dentro da igreja, depois na casa onde residia o pastor, pois havia mais espaço para o funcionamento e organização dos eventos. Após a construção do salão da comunidade evangélica e da construção da sala do jardim de infância e da cozinha (com recursos arrecadados na Alemanha pelo pastor Wille Kellert), os encontros passaram a acontecer na “cozinha da OASE”. O grupo adquiriu mobiliário e os utensílios para o funcionamento da cozinha, que até hoje é usada para diversos eventos da comunidade (KOREN et al., 2009).

Na profunda análise que Fernández-Arnesto e Wilson (2000) fazem do fenômeno da Reforma e de seus impactos por 500 anos de história da humanidade, há também essa concordância com o fato de que “os valores e crenças evangélicos permeavam a sociedade, porém de forma imperfeita, e é esse o motivo pelo qual se compilam impressões variadas nos relatos contemporâneos e nas análises históricas” (apud SANTOS; CECCHETI, 2014, p. 7).

Percebe-se, desta maneira, a importância da religião na fixação das comunidades:

As grandes religiões sempre estiveram presentes na construção do processo histórico das principais civilizações que se desenvolveram nas etapas históricas. Desta forma, não é difícil entender a importância científica dos fenômenos religiosos, os mesmo se configuram como alternativas de estudos, análises e pesquisas, visando a construção de um conhecimento concreto (OLIVEIRA, 2008, p. 3).

Assim, é interessante estudar também as religiões para estabelecer a relação existente entre a história e o sagrado numa discussão transversal. O sagrado sempre fez parte da humanidade e ousa-se afirmar que é em função deste também que o homem busca sua evolução, sua identidade, seja individualmente, ou organizando-se em comunidade.

3.2 Religiosidade e germanidade na construção das comunidades

A fundação de comunidades não ocorre no momento da chegada dos imigrantes, há um período que antecede a organização comunitária.

Segundo João Klug (1997), “os primeiros anos após a chegada dos imigrantes foram marcados pela luta pela sobrevivência e, por isso, essa primeira fase da imigração deveria ser chamada de ‘instalação’” (apud BAADE, 2007, p. 16).

Ainda antes da concepção de comunidade tem início um processo de adequação, reorganização e aculturação a que os imigrantes e seus descendentes no Brasil foram lentamente submetidos. Tem-se dimensão deste processo ao se questionar pela identidade teuto-brasileira (BAADE, 2007).

Para Dagmar Meyer (2000), “a formação da identidade teuto-brasileira começa já antes da chegada dos imigrantes à nova terra, ela começa no momento em que eles são confrontados com a ‘necessidade/obrigação/desejo/disponibilidade de imigrarem’” (apud BAADE, 2007, p. 17).

Algumas considerações em torno do conceito de identidade podem ser úteis para evidenciar que a formação da identidade é um processo que marca de alguma forma a organização das pessoas em comunidades. Nesse sentido, Segundo Henning Luther (1999),

[...] a identidade é, ao mesmo tempo, um fragmento do passado e do futuro. Como fragmento do passado, a identidade é um pedaço daquilo que se viveu e experimentou. O imigrante não é mais a mesma pessoa que abandonou a terra natal e se embrenhou num novo lugar, ele é apenas uma parte daquilo que ele foi outrora. Mas também não é algo completamente diferente. Ele traz na mala da sua vida aquilo que foi. Simultaneamente, cada pessoa é um fragmento daquilo que virá a ser. Somos um projeto do amanhã; um fragmento de futuro já se faz presente em nós, pois amanhã não seremos mais os mesmos de hoje, mas também não seremos alguém completamente diferente (apud BAADE, 2007, p. 17).

Assim, entende-se que identidade não é algo acabado, mas parte de um processo vitalício. As pessoas ou grupos só existem a partir do instante em que vivem e sua extinção se dá quando cessa também sua existência. Essa dimensão fragmentária da identidade também é mencionada por Stuart Hall, segundo o qual “as identidades são os sentidos contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (2006, p. 14).

Nem tudo, no entanto, terá a possibilidade de ser lembrado. Cada indivíduo ou grupo que passa por um processo de imigração tem consciência de que há coisas que não podem ser levadas na bagagem. Ocorre, assim, um processo de seleção cultural, num primeiro momento, em âmbito familiar e que posteriormente afetam o grupo (BAADE, 2007).

Segundo Giralda Seyferth (1981), o isolamento e a dificuldade de implantação de serviços públicos levou à organização comunitária dos imigrantes. “Havia necessidades que não podiam ser sanadas somente no âmbito familiar. Isso levou à construção de escolas e

igrejas e à busca por pessoas capacitadas para conduzirem essas atividades” (apud BAADE, 2007, p. 19).

Além disso, Lauri Emilio Wirth (1992) aponta para a motivação psicológica proposta por Ferdinand Schröder e Hans-Jürgen Prien de que “os imigrantes teriam sido movidos pela ‘lembrança do domingo de manhã na vila’” (apud BAADE, 2007, p. 19).

A entrada dos imigrantes num grupo culturalmente diverso do seu pode gerar também situações diversas. Conflitos podem surgir, evidenciando aspectos que antes poderiam passar despercebidos, como as atividades religiosas, educacionais, de lazer, por exemplo. Advindo, disso, novos grupos dentro da mesma comunidade.

A motivação para a constituição de uma identidade é observada por Stuart Hall (2006, p. 20) ao referir que: “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. É sempre no contato com o outro, com o diferente, com o não-ser, que o ser pode encontrar ou construir a sua identidade. Fala-se, nesse sentido, de um ‘exterior constitutivo’”.

A observação de um grupo social deve partir da análise dos diferentes grupos que o constituía, analisando as relações existentes entre os sujeitos que o constituíram. Everardo Rocha (2004) diz, em outras palavras, que indispensável à questão etnocêntrica é o “choque cultural”:

[...] no contexto da imigração, teremos a formação de múltiplos grupos sociais que, devido aos inúmeros choques a que são submetidos, produzirão respostas múltiplas e, em geral, com a tendência de fechamento em pequenos grupos, rejeitando relações e contato com outros grupos para evitar o que poderia representar uma “contaminação” (apud BAADE, 2007, p. 24).

A categoria minoritária ativa o desenvolvimento de uma identidade muito divergente da dos demais grupos sociais. As situações de dificuldade e opressão a que os imigrantes estavam expostos fizeram com que o grupo se unificasse, buscando melhorias de condições para todos.

Martin Dreher mostra que a história dos imigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil é profundamente marcada por uma situação de marginalidade:

Em diferentes momentos históricos, o tipo de marginalização também foi diverso. Assim, por exemplo, durante o período monárquico, os imigrantes estiveram marcados por uma dupla marginalidade. Eram, ao mesmo tempo, uma minoria religiosa e, quanto aos direitos civis, eram tidos como cidadãos de segunda categoria (DREHER, 1984, p. 23).

Isso lhes impedia, entre outras coisas, de ter o seu casamento reconhecido, acarretando que seus filhos fossem considerados ilegítimos e não tivessem o direito à posse de terras. Com a morte, as terras não poderiam ser herdadas.

A inexistência de cemitérios evangélicos também gerou um problema, sendo que os existentes eram todos católicos. Quando da morte de algum evangélico, ou se enterrava a pessoa no meio da floresta ou no campo ou então, como ocorreu em alguns lugares, o sacerdote católico “desbenzia” parte do cemitério para que este fosse usado pelos evangélicos (DREHER, 1984, p. 45).

Organizações eclesiais luteranas, na forma de “sínodos”, são um fenômeno da época da virada do século XIX para o XX – quando os luteranos já se encontravam havia mais de 60 anos no país. Em 1886 foi criado o primeiro sínodo, que no decorrer do tempo se mostraria como o mais importante, o Sínodo Rio-grandense, ao qual se seguiram até cerca de 1910 sínodos semelhantes em outros estados (GERTZ, 2007, p.8).

O historiador Martin Dreher escreve que, até a Primeira Guerra, esse sínodo não foi muito mais do que “uma associação de comunidades (talvez fosse mais correto dizer: pastores) que lutava por conseguir a confiança das (outras) comunidades (pastores)” (1984, p. 97).

“Essa constatação reflete a tendência generalizada dos luteranos de organizar-se em comunidades autônomas, renegando, conscientemente, a organização em instâncias eclesiais mais amplas” (MARLOW, 2006, p. 62).

O destaque ao aspecto de organização das comunidades da época é que a partir das precárias escolas desenvolveu-se um sistema educacional que foi instituído nacionalmente e que deu origem a uma aprofunda cultura escolar, cujos efeitos são sentidos até hoje. Muitas dessas comunidades hoje apresentam os mais baixos índices de analfabetismo do Brasil (GERTZ, 2007, p.9).

Ao exposto até então, percebe-se que as questões envolvendo a religião podem ajudar a explicar determinados fenômenos sociais e políticos, exatamente pelo caráter dinâmico que a compõe: é um instrumento de ideologia, de agregação ou distensão social e se constitui como elemento basilar da criação das comunidades. A história da imigração alemã no Brasil, amparada pela religiosidade, já foi abordada por diferentes vieses, mas existe uma tendência cada vez maior à especificação, tanto da temática quanto do foco de análise. Os estudos generalizados dão espaço a análises mais particulares. Emergindo, assim, o imigrante alemão como sujeito histórico: indivíduo político, trabalhador, religioso, um ser social, ou seja, com memória e identidade.

3.3 A imigração alemã, a igreja, as escolas

Vários acontecimentos na Europa do século 19 favoreceram a emigração para o Novo Mundo. As guerras napoleônicas, as revoluções de 1848 e as guerras de unificação da Alemanha, 1871, causaram mortes, devastação de plantações e fome.

A indústria, iniciada na Inglaterra, na metade do século 19 atingiu o centro da Europa e impulsionou o camponês a mudar-se para a cidade, pois as máquinas faziam o serviço de dezenas de operários, gerando desemprego. Ademais, o serviço militar durava três anos ou mais e os impostos eram elevadíssimos. As famílias numerosas não conseguiam se manter e para sobreviver, praticavam uma profissão alternativa: carpinteiro, marceneiro, sapateiro, ferreiro, seleiro ou tecelão – todas muito úteis mais tarde. Esses fatores, dentre outros, causaram grande apreensão e muita fome. Com poucas perspectivas de melhoria, muitos emigraram para várias partes do mundo.

A partir do século XIX, e principalmente com a emancipação política do Brasil na segunda década de 1800, a imigração entrou na pauta da (geo) política do Império brasileiro. Foi sendo adotada uma política de substituição do tráfico de escravos pela imigração de europeus com a finalidade de prover mão-de-obra para as lavouras de café, fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados e povoar os considerados “vazios demográficos” localizados em áreas fronteiriças (GREGORY, 2013).

Diferentes expectativas apresentavam-se diante da colonização europeia durante o I Reinado (1824-1831):

O imperador tinha como pretensão maior o recrutamento de soldados mercenários. A imperatriz, de forma idealista, buscava, por intermédio dos colonos, trazer para o Brasil a cultura europeia como forma de “civilizar” a recém-formada nação. José Bonifácio defendia a colonização como forma de pôr fim ao sistema escravista. Alguns intelectuais, como, por exemplo, Hypolito José da Costa, defendiam a colonização europeia enquanto possibilidade de qualificação cultural, povoamento, qualificação “física e moral”, bem como preparar o caminho da abolição (VITAL JÚNIOR, 2012, p. 3).

No início do século XX, com o crescimento da colonização no Brasil, as entradas de alemães e teuto-brasileiros aumentaram e, ao invés de se dirigirem aos centros urbanos, como anteriormente, procuravam os distritos do interior dos futuros municípios de Passo Fundo e Carazinho, dentre outros (SPENTHOF 2002).

A presença de imigrantes isolados em Passo Fundo data das primeiras décadas do século XIX. Todavia, as primeiras colônias foram fundadas somente no final do século. Trata-se de colônias predominantemente colonizadas por imigrantes e descendentes de colonos alemães – Santa Clara (1896), Alto Jacuí (1897), Não-Me-Toque (1897), General Osório (1898), Dona Ernestina (1900), Selbach (1906), – italianos – Guaporé (1892), – poloneses e judeus – Erechim (1908), – seguindo o perfil das colônias mistas (BONA, 1996, p.68).

Os alemães se espalharam pela região sul e entre a população brasileira, assinalando intensamente determinadas áreas e influenciando outras. Esta propagação, no entanto, provocou a necessidade de conexão e de coexistência com brasileiros de outras origens étnicas e de outras culturas, havendo a necessidade da junção de elementos culturais para a formação de uma nova cultura.

A respeito, Valdir Gregory faz observações, mesmo que em outro contexto, dos debates das fronteiras étnicas:

Muitas vezes, os laços familiares, o desejo de permanecerem próximos aos parentes e conhecidos, após a constituição de novas famílias, contribuiu para que grupos familiares adquirissem lotes coloniais nas novas frentes de colonização para, então, se deslocarem em grupos. Isto ocorreu, principalmente, nas colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná. O grupo familiar poderia, também, ser ampliado e/ou substituído pelos laços de vizinhança e da comunidade. Por outro lado, nas antigas colônias, os que ficavam se empenhavam em adquirir os lotes de terra dos colonos que partiam com o objetivo de manter seus filhos e netos próximos (GREGORY, 2013, p. 21).

Tanto os imigrantes como os descendentes de imigrantes, em geral, mantiveram alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação.

Cabe aqui uma referência ao período do Estado Novo, período caracterizado pelo confronto com o integralismo, pelo combate ao comunismo e, mais fortemente que em períodos anteriores, por um rígido controle dos estrangeiros, ou seja, teria sido, como diz Fausto Alencar Irschlinger,

[...] um período de estratégias na eliminação de certas tensões e autonomias regionais; de transformação (e, muitas vezes, sem sucesso) dos imigrantes em brasileiros e dos brasileiros em verdadeiramente verde-amarelos; de combate efetivo ao projetado “diabo vermelho” do comunismo e de golpes tentando decapitar a “serpente verde” do integralismo, a qual, por sua vez, contribuiu na oposição ao “monstro” do comunismo (2000, p. 35).

Os objetivos de difusão do integralismo junto aos distritos e pequenas localidades traduziam o interesse da base nacional do movimento e organização das sedes.

Nesse aspecto, os integralistas da Colônia Ernestina surpreenderam, pois em 6 de dezembro de 1936, promoveram uma considerável concentração distrital em sua sede, a qual, segundo notas remetidas a *O Nacional* e *Diário da Manhã*, contara com cerca de quinhentos participantes entre os milicianos de Ernestina, Posse Gonçalves, Colônia Weidlich e São José (IRSCHLINGER, 2001, p. 134).

Embora o distrito de Ernestina não possuísse uma sede exclusiva, as casas dos líderes distritais serviam de subnúcleo, conforme se pode visualizar na Figura 12 a seguir:



Figura 12: Núcleo Distrital Dona Ernestina – Passo Fundo-RS

Fonte: Arquivo particular da família Elsing, Ernestina-RS, In: IRSCHLINGER, 2001, p. 135.

Fazendo um recorte nos relatos colhidos entre os moradores mais antigos de Ernestina para documentação do Museu Municipal, é recorrente na memória de muitos a referência à Revolução de 30, como pode se verificar nos excertos a seguir:

[...] no início dos anos 30, houve uma revolução, e os homens que não conseguiam se esconder eram levados a participar [...] houve grande perseguição na Revolução de 30, pegavam, amarravam as pessoas para serem incorporadas às tropas (Doracy Dutra Müller, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 3, 1999, p. 3).

Segundo Aristides Pedroso de Britto, Em 1932, com a Revolução, “muitos fugiam escondendo-se nos matos à beira dos rios para não serem capturados e levados”. Ele próprio se apresentou como voluntário e foi para São Paulo, onde participou da Revolução (In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 6, 1999, p. 4).

A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930. Havia o temor da Revolução entre os colonos que habitavam o então distrito de Ernestina.

No início dos anos 30 houve revolução, os homens se escondiam no mato e levavam os cavalos, e a mãe levava comida para o pai e o tio, que depois acabaram indo participar em São Paulo. Em casa, os que ficaram, ouviam rádio para saber as notícias [...] (Cecília Gonçalves Coug, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 3, 1999, p. 2).

Na revolução de 1932 o mano se alistou como voluntário para participar, mas a maioria dos homens se escondiam nas matas para não serem obrigados a ir (Elvira Marz, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 2, 1999, p. 2).

Entre 1937 e 1945, o Brasil foi marcado por um projeto nacionalista implantado por Getúlio Vargas, um período de construção da identidade nacional que propunha uma pátria una, indivisa e coesa. Os grupos étnicos que não se enquadravam nesse discurso tornaram-se indesejáveis e passaram a ser percebidos como entraves à construção da nação. O governo, então, investiu na assimilação e na erradicação dos chamados quistos raciais (SEYFERTH, 1997).

O Sul do Brasil, desde a metade do século XIX, esteve marcado por uma grande concentração de imigrantes e descendentes europeus – alemães, italianos e poloneses

–, com grupos espalhados pelo litoral e pelo interior, com identidades próprias, culturas distintas e linguagens diferentes. Esses grupos, principalmente os alemães, por sua forma peculiar de viver, foram vistos naquele momento como um perigo para a nação (SANTOS, 2007, p. 63).

O depoimento de Lauro Kern ao Museu Municipal de Ernestina (1999) ilustra esta situação:

Quanto à política, em 1937 foi fundando o núcleo de Integralistas em Ernestina, eram os chamados “camisas verdes”. O chefe do movimento foi *Plínio Salgado*, sob a sigla “PLP” era mais ou menos como o regime de Hitler, então os de origem alemã eram fanáticos, era quase como aquela história dos Mukers (grupo de alemães), fechado, adotavam um sistema comunitário diferente do Brasil (Lauro Kern, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 10, 1991, p. 3) (grifos das reladoras).

Também acrescenta a este trabalho o relato de Elzira e Edmundo Schultz, em relação

à perseguição aos alemães na região de Ernestina: “Quando houve perseguição aos alemães, os livros, quadros e documentos foram queimados e alguns vizinhos foram presos, houve desarmamento, e seu Carlos (pai de D. Alzira) escondeu o seu revólver na parede da casa que era dupla (*sic*)”. Os livros que D. Elzira doou ao Museu também foram escondidos pela mãe, assim não foram encontrados pelos perseguidores (Depoimento Oral – 12, 1999, p. 2).

O nacionalismo, que esteve presente logo no início da Revolução de 1930, colocava-se sob uma ótica mais econômica de apoio ao crescimento do mercado interno e de fomento aos produtos nacionais. Com o Estado Novo, tomou corpo um nacionalismo político e econômico, que, na área cultural adotou uma política centralizadora de eliminação dos regionalismos e de exaltação de um sentimento de pertencimento à nação (PANDOLFI, 1999).

O fato de pertencer à etnia alemã causava insegurança. Isto fica claro nos depoimentos dos moradores de Ernestina, que, há época, eram crianças, e tais ocorrências marcaram profundamente a memória:

Na época em que foi proibida a língua alemã, prenderam muitos vizinhos, [...] tinha medo que as crianças (seus filhos) falassem alemão, por isso nem saíam de casa (Atila Schmitz In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 7, 1999, p. 3).

Lembro do período em que era proibido falar alemão, se cuidavam muito, pois haviam pessoas encarregadas de espionar e denunciar quem falasse a língua proibida; nem as crianças podiam falar, então nem saíam de casa (Maria Anila Kohlrausch, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 8, 1999, p. 4).

Percebe-se nos depoimentos dos moradores mais antigos de Ernestina o quanto foi sacrificante manter sua identidade social e cultural durante o Estado Novo. Ao mesmo tempo, nota-se a preocupação em manter esta identidade na expectativa de um dia poder orgulhar-se das raízes e da forma como tudo foi preservado.

Quando houve perseguições aos alemães, os professores foram proibidos de lecionar o alemão, quadros e livros foram queimados. [...] A família não se envolvia em política e essas questões não eram comentadas, pois durante a revolta contra os alemães o avô materno foi preso e um tio foi morto em Lajeado por questões políticas, no local (em Lajeado) foi erguido um monumento em sua homenagem, que lá permanece até hoje (Erica Fett, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 1, 1999, p. 5).

Lembrou-se da época das guerras, pelas perseguições sofridas pelos imigrantes e descendentes de alemães, pois onde descobriam escritos ou livros em alemão, apreendiam e queimavam esse material, proibindo as pessoas de falar o idioma da pátria europeia. As escolas foram fechadas e proibido o ensino da língua alemã. Com medo as pessoas não saíam de casa, só iam nos primeiros vizinhos (Alzira Drehmer Sippel, In: Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 9, 1999, p. 4).

Uma das formas de apresentação do nacionalismo do Estado Novo foi a campanha de nacionalização contra os estrangeiros e pela assimilação de tudo aquilo que não fosse nacional. Neste ponto, René Gertz consegue definir bem a relação entre nacionalismo e nacionalização, sobretudo durante o Estado Novo. Segundo o autor:

Ideologias nacionalistas difundidas no Brasil desde no mínimo o início da república, que ganharam força, na década de vinte e que se impuseram com o Estado Novo a partir de 1937, consideravam que uma rígida campanha de “Nacionalização” garantiria o estabelecimento definitivo da unidade e homogeneidade étnico-cultural- religiosa no Brasil e que a partir deste momento o quadro brasileiro estava definido (GERTZ, 1991, p. 7).

Giralda Seyferth afirma que os imigrantes guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, “os fenômenos chamados pelos especialistas de ‘absorção’, ‘assimilação’ e ‘aculturação’ não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade” (grifos da autora) (apud GREGORY, 2013, p. 22-23).

Nos depoimentos orais colhidos por Geny Lemos e Ângela Maria da Silva de Oliveira para o Museu Municipal de Ernestina, no relato da Sra. Erica Fett, nascida em 1934, percebe-se a questão da estreita ligação com a origem alemã:

O primeiro pastor era estrangeiro e de sobrenome Ganzk, o segundo era Boqueios, residiam em Não-Me-Toque, e se deslocavam para Ernestina a cavalo para fazer as celebrações (cultos e enterros), o terceiro foi o pastor Bleger, era natural de Santa Cruz e foi padrinho do mano Walter (irmão da entrevistada) em 1938. A doutrina para a confirmação era o Pastor que ministrava. No início *todos os cultos eram rezados em alemão*, mais tarde começaram a celebrar dois cultos em alemão e um em português [...] (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 1, 1999, p. 3) (grifos das relatoras).

Na maioria das vezes, o sentimento de pertencimento a uma identidade étnica é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica, além de outros fatores.

Neste sentido, Giralda Seyferth comenta:

[...] a utilização da língua alemã no meio familiar, certos padrões alimentares, além de outras características, peculiares à ideologia étnica teuto-brasileira (como a concepção de que a eficiência e a capacidade de trabalho decorrem da germanidade, o ideário da *Wohnkultur* – hábito de morar bem, de viver bem), são os elementos que, na opinião dos colonos de origem alemã, os distinguem dos demais (apud GREGORY, 2013, p. 22).

Percebe-se a importância do padrão de vida e a das posses no relato D. Elvira Marz à Geny Lourdes Lemos para o histórico do Museu Municipal de Ernestina, onde estavam, bem vivos na memória, as posses e números da época em que seus pais saíram de Lajeado para morar em Ernestina (1924):

[...] próximo ao Arroio Grande, na época já havia aqui na sede hotel, açougue e casa de comércio, e era chamada “cédia” pelos moradores (que significa vila, sede), vieram de mudança a cavalo, adquiriram a propriedade da família Sommer, seis lotes de terras, com casa de moradia, serralheria e dois caminhões, era tudo mata fechada, com predomínio de araucária, começaram a derrubada, tinham um terno de bois (seis) para arrastar as toras, a madeira que serravam vendiam em Carazinho. Dedicavam-se também a agricultura e pecuária, principalmente a criação de suínos, tinham mais de 300 porcos, na hora de alimentá-los chamavam-os (*sic*) com um berrante, esse era um dos afazeres da mãe. [...] D. Elvira é que cozinhou para os empregados que trabalhavam com pai [...] tinham açougue, faziam salame e vendiam para o Hotel da sede [...]

[...] em 1940 a família comprou o 1º rádio e através deste escutavam as notícias da 2.ª Guerra Mundial (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 2, 1999, p. 2-3).

Um dos legados culturais mais significativos foi a criação e a manutenção de escolas vinculadas a comunidades evangélicas e católicas nas colônias alemãs. Em função das igrejas, escolas e outras associações a criação e permanência dos elementos culturais se estendeu a diversas gerações, persistindo em muitas comunidades até hoje.

Selma Heger Pedrotti lembra que seus pais eram muito enérgicos com os filhos e “não davam muita liberdade”. Já havia escola em Ernestina (aproximadamente 1925) e todos os filhos do casal Olívia e Leopoldo Heger a frequentavam. “Primeiro nos Werner na Posse Barão, depois aqui na sede onde Irma Trombini era a professora, [...]” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 1, 1999, p. 2).

A preocupação com a educação formal dos descendentes era uma constante, pois em praticamente todos os relatos colhidos para a organização do Museu Municipal de Ernestina existe a menção à escola e que a mesma era mantida pelos imigrantes.

Ervin e Frieda Schneider relataram que frequentaram a escola por quatro anos, no primeiro ano faziam duas séries, as aulas eram ministradas em português, a escola era comunitária e era a comunidade que pagava o professor. “Usavam quadro de escrever (lousa) e lápis especial, o professor era Adão Oscar Wiebbling, que quando não sabiam ou deixavam de fazer a lição, colocava-os de joelho como castigo” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 4, 1999, p. 4).

Um manuscrito (1977?) que pertence à comunidade Evangélica de Ernestina transparece, em suas linhas, toda uma preocupação com o crescimento econômico e cultural da comunidade. O documento, provavelmente, pelo seu teor, trata de uma justificativa a ser anexada a um processo de implantação do então 2º grau em Ernestina. Nesta “justificativa” há um breve histórico da origem e evolução do Município, onde se percebem apontamentos interessantes sobre os imigrantes e sua relação com o local:

Em 1950-1952 foi construída a 1ª barragem do rio Jacuí, com a finalidade de gerar energia elétrica para a CEEE. Sem dúvida, a Construção da Barragem Ernestina teve conseqüências na via dos moradores: em primeiro lugar a inundação de imensas áreas pelas águas, deixando sem terras muitas famílias. Algumas destas emigraram do Paraná. Este movimento migratório teve grandes conseqüências, estagnando praticamente o crescimento populacional e debilitando o movimento econômico. Este fator, sem dúvida, negativo inicialmente, teve conseqüências positivas, as quais podem ser sintetizadas nos seguintes itens:

1. O agricultor foi levado a um processo de reflexão e conscientização sobre sua realidade.
2. Uma vez conscientizados os colonos criaram a Cooperativa Agrícola Mixta de Ernestina, em 1950, sob a liderança do Pastor Herbert Wille. Com a evolução do sistema Cooperativista, a pequena cooperativa local enquadrou-se na Cooperativa de Passo Fundo, transformando-se desta forma em filial da mesma.
3. Com assistência e orientação da Cooperativa, os agricultores muito cedo entenderam as vantagens da mecanização da lavoura e partiram imediatamente para esta, seguindo o exemplo de alguns imigrantes holandeses que aqui se estabeleceram. *A partir daí houve uma elevação do nível econômico muito grande ficando para trás o nível cultural, o qual em 90% dos casos não vai além do nível primário* (Manuscrito Comunidade Evangélica de Ernestina, 1977?, p. 4-6) (grifos nossos).

Tendo em vista o isolamento dos imigrantes alemães e seus descendentes durante algumas décadas, as primeiras escolas e igrejas foram organizadas por eles mesmos. Nesse sentido, complementa Valdir Gregory: “alguns dos elementos de preservação e difusão da língua e da cultura alemãs por parte dos imigrantes e descendentes alemães, referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase no associativismo, na organização das comunidades religiosas, entre outros” (2013, p. 23).

A preocupação com a educação formal na comunidade pode ser verificada a seguir, onde se transcreve mais uma parte da justificativa do manuscrito mencionado anteriormente. Nele apresentam-se os números referentes aos alunos de Ernestina que concluíam o ensino fundamental e não contavam com o prosseguimento dos estudos no Município, tendo assim de deslocar-se até Passo Fundo para concluir os estudos básicos.

No ano de 1974, no governo do Prefeito Edu Villa Azambuja, foi criada a Escola de Área Raymundo Correia e em 1977 a primeira turma de (40?) (sic) alunos concluíram a 8ª série. Conta agora c/ 230 alunos [...] (1977?, p. 6). [...]

Ernestina está despertando cedo para uma realidade que se apresentou pela 1ª vez em 1977 qdo a 48 alunos (sic) da E.B.R. Correia concluíram a 8ª série e surgiu a preocupação dos pais pela continuação dos estudos dos filhos. Até aí sempre eram poucos os jovens que após o 4º ano primário cursavam o ginásio e colégio em P.F. Agora com o fundamental concluído em Ernestina com o nível econômico bastante elevado, tendo por conseguinte as condições de merecer um estudo à nível de 2º grau aos filhos, o problema que se apresenta era a distância e a locomoção diária em ônibus ou lotação de Ernestina a P.F. Surgiu a idéia de criar-se o 2.º grau em Ernestina. A Comunidade Evangélica sentiu-se responsável pelo projeto, fêz-o seu (sic), procedeu à uma ampla pesquisa de campo, com a finalidade de verificar as reais condições existentes bem como o número provável de alunos. [...] (Manuscrito do Museu Municipal de Ernestina, 1977?, p. 7)¹⁵.

¹⁵ Vide Anexo 2: “Formulário de Pesquisa”

Percebe-se assim a preocupação da comunidade pelo bem estar social e promoção de serviços para com os seus compatriotas. A promoção destas atividades nas comunidades luteranas ficava a cargo da OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas)¹⁶, que em Ernestina foi fundada em 25 de outubro de 1935, e dentre muitos trabalhos criou o Jardim de Infância “Cantinho Girassol”, em 1975, a Casa Mortuária Municipal e o Coral de Ernestina, este em maio de 1991 (KOREN et al., 2009).

Assim como a escola, as capelas tiveram grande importância na vida dos imigrantes e descendentes, pois serviam ao mesmo tempo como um local de culto, escola e salão de festas. Esta organização em torno da capela remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistenciais e recreativas.

Segundo Giralda Seyferth (in: Gregory, 2013, p. 21), “as associações tiveram duplo papel: assumiram um caráter de cunho recreativo e/ou assistencial e serviram à coesão dos grupos étnicos”. Exemplo disto são as sociedades recreativas e esportivas (clubes de caça e tiro, salões de baile, jogos de bolão).

Em depoimento ao Museu Municipal de Ernestina (1999), Erica Fett, moradora antiga do Município, relata que

[...] apenas os pais participavam das Festas de Kerb, os filhos muito pouco, pois os mais velhos tinham de ficar em casa cuidando dos pequenos, havia na localidade bolão, cancha de carreira, mas a família não participava, a diversão era visitar os vizinhos mais próximos e tomar chimarrão, recebiam muita visita de fora, pois seu Guilherme (pai) era um exímio matemático e fazia cálculos de memória como poucos, e as pessoas o procuravam para as questões de contabilidade familiar e negócios (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral, 1999, p. 3).

As atividades de lazer eram ao mesmo tempo de cultivo e preservação de costumes e hábitos dos imigrantes que, aos poucos, foram sendo assimilados pelos brasileiros. No entanto, muitas outras associações que, por terem assumido a divulgação de ideologias étnicas específicas, foram rechaçadas a partir de 1939 (GREGORY, 2013).

A ocupação do território não habitado, a difusão e diversificação da agricultura,

¹⁶ A OASE é um grupo de senhoras que se encontra para fazer estudo bíblico, trocar ideias e ajudar a comunidade no que necessita. Faz visitas de consolo a enlutados e a enfermos, organiza chás beneficentes e comemorativos. A OASE existe no Brasil desde 1899 (KOREN, et al., 2009).

urbanização das cidades, industrialização e cultura, de forma geral, deve muito à imigração e a colonização alemã no Brasil. Muitos imigrantes sofreram com o processo de aculturação, mas muito da cultura hoje existente no país, principalmente no Rio Grande do Sul, se deve aos imigrantes que aqui aportaram.

Porém, afirma Sérgio Luiz Marlow,

para os grupos de imigrantes, especialmente os teuto-brasileiros, isto é, descendentes dos primeiros imigrantes alemães que vieram para o Brasil, era perfeitamente possível harmonizar as particularidades de ambas as nacionalidades e sentir-se brasileiro sem necessariamente deixar de valorizar usos e costumes advindos da pátria-mãe, ou seja, da Alemanha (2006, p. 14).

Com a imigração dissolveu-se a hegemonia religiosa católica. Para ser possível a vinda dos imigrantes alemães prometeu-se por parte do governo imperial a liberdade religiosa. Os protestantes não se submetiam como o índio e o negro ao catolicismo, cujas espiritualidades facilmente sincretizavam os elementos de suas tradições. Procuravam manter seu credo religioso, o que nem sempre foi fácil. Sem ajuda do governo na promoção da liberdade religiosa, e muitas vezes sem pastor, tiveram que achar alternativas nas restrições religiosas (BUSSE, 2009).

Uma série de empecilhos foi criada para evitar a prática concreta do protestantismo. Este, legalmente, ficou confinado a ambientes reservados, conforme se observa no Código Criminal do Império, em seu artigo 276: “Caso membros duma religião, que não seja a do Império, celebrarem seus cultos numa construção que tenha a forma de templo, os mesmos devem ser dispersos pelo juiz de paz e ser punidos com uma multa de 2 a 12 Mil-réis” (SANTOS; CECCHETTI, 2014, p. 2).

Entre os imigrantes, uma parcela significativa era protestante, em específico, luteranos. A chegada dos mesmos causou problemas justamente porque o Brasil de então era um país católico.

As dificuldades encontradas pelos imigrantes iam além de poder professar sua fé, afetava também os casamentos: [...] inicialmente somente eram considerados válidos aqueles feitos perante o sacerdote católico, o que mudou a partir de 1863 quando os matrimônios realizados por um pastor, desde que esse estivesse legalmente registrado perante o governo, passaram a ter validade legal. Mesmo assim, casamentos mistos só

podiam ser celebrados pelo padre católico e os filhos obrigatoriamente tinham que aderir ao catolicismo. Até mesmo direitos políticos estavam limitados aos não católicos, como rezava o artigo 95 da Constituição: “Não podem ser deputados na Câmara pessoas que professam outra religião que a do Império”.

Deste modo, “a forma de organização de algumas das comunidades constituídas no Brasil tinha como um de seus alicerces a figura do pastor. Mas a presença de pastores com diferentes formações e procedências gerou conflitos” (SANTOS; CECCHETTI, 2014, p.2).

A chegada dos imigrantes alemães protestantes sinaliza o início da presença das ideias de Martinho Lutero no país, e a criação de um sistema de escolas nas comunidades que se instalaram no Sul do Brasil pode ser justificada no seu embasamento nas concepções:

A obra de fundação de uma escola é fruto da fé. Por isso, [...] os imigrantes luteranos e seus familiares se lançaram às tarefas seculares alimentados espiritualmente pelo ideário luterano, pela forte crença. As escolas erigidas em meio às colônias representavam a resposta à solicitação divina de intervir na educação humana à luz da crença (SANTOS; CECCHETTI, 2014, p.6).

Escola, igreja e família apresentam-se como instituições que passaram a exercer um papel basilar na afirmação da identidade dos grupos alemães. As escolas, nas colônias, ganharam contornos étnicos, guiadas por princípios germânicos, reforçavam a consciência étnica dos filhos dos imigrantes (VITAL JÚNIOR, 2014).

Por enfrentarem uma realidade de marginalidade, nos primeiros tempos, havia muita dificuldade para educarem os filhos. Escolas inexistiam no interior, então o colono providenciou a escola para seus filhos. A respeito das dificuldades para obter instrução, Romualdo Clauss (1982) complementa:

As aulas aconteciam na casa de um colono, que se destacava por ter um pouco mais de instrução. Lecionava para os seus filhos e os dos vizinhos. Apenas aprenderam o A,B,C (ler, escrever) e fazer as contas básicas. Os pais o recompensavam. Papel, lápis, caderno e livros eram raros. Para caderno usavam a lousa preta, uma espécie de quadro negro em miniatura feito de pedra ou argila. Era frágil, colocavam moldura de madeira em volta para protegê-la. Faziam o exercício da escrita e depois se apagava (in: BUSSE, 2009, p.52).

Havia, assim, a necessidade de construir sua própria escola, conforme complementa Klaus Wilhelm Lege (2001).

O imigrante compreendeu finalmente que, nas circunstâncias e situações em que fora colocado – realmente difíceis – somente poderia vencer melhorando as condições de vida das gerações vindouras através de um melhor nível cultural. Tratou, portanto, desde logo, de fundar [...] escolas, que, embora revelassem as características étnicas de sua procedência, foram construídas por sua livre e espontânea vontade (in: BUSSE, 2009, p. 53).

De acordo com Waldemar Richter e Wolfgang Collischonn (1994), o ensino nestas escolas, naturalmente, foi desenvolvido em língua alemã, que era o único idioma que eles conheciam.

Todos, mesmo os mais pobres, deveriam aprender ler, escrever e fazer cálculos. [...] davam grande valor a uma sólida formação moral e cristã de seus filhos.

[...] as colônias alemãs sempre reivindicavam escolas e estradas junto aos governos, a grande maioria delas (do primeiro período) esperou mais de um século por qualquer realização do poder público neste sentido [...] a população prosperava isolada, graças ao seu próprio esforço.

[...] entre as poucas casas edificadas em pleno mato, mais uma era imediatamente erguida, em regime de mutirão, que era a escola da comunidade (in: BUSSE, 2009, p. 53).

De acordo com os depoimentos dos antigos moradores de Ernestina, todo empenho foi feito a fim de que, antes de qualquer outra instituição, fossem providenciadas as escolas e os professores para o seu povo. Percebe-se, assim, a valorização da educação formal, da instrução, pelo povo germânico.

Tais escolas foram construídas e mantidas pelas comunidades durante décadas em que o poder público nada fez nesse sentido nas regiões de colonização alemã [...] não tivessem os imigrantes montado o seu próprio esquema de ensino, e seus filhos teriam ficado analfabetos.

[...] um era escolhido para ser o professor que exercia seu mister com dedicação e orgulho [...] muitas vezes, não recebia seu salário em dinheiro, mas em forma de alimentos e de trabalho dos próprios pais nas terras do professor, desde o preparo para o plantio até a colheita. [...] (COLLISCHONN apud BUSSE, 2009, p. 53).

A presença da Igreja e a influência que exerceu na criação de escolas e consequente formação dos filhos dos imigrantes nesse período do descaso dos governos sempre foi muito importante. Outros dados bibliográficos mostram como era importante, conforme Klaus Wilhelm Lege (2001), a escola era dever dos pais, mas igreja era quem coordenava:

Escola para os filhos era obrigação paterna. As igrejas monitoravam o ensino em suas paróquias, com ensino de religião e canto, importantes para a formação da criança. Nas escolas comunitárias se cultivava a germanidade por meio do uso da língua alemã, da comemoração de datas cívicas, de festas e de costumes germânicos.

O estudo complementar dos filhos (em alguns lugares) era completado com o aprendizado de alguma profissão. Católicos e evangélicos criaram a Associação dos Professores, que visava a melhorar a formação e o aperfeiçoamento dos educadores. Os livros didáticos eram importantes. O pastor Rotermund, em 1877, fundou a Editora Rotermund, que lançou milhares de livros escolares em alemão. Na segunda Guerra Mundial todo acervo da editora foi apreendido.

A preocupação dos colonizadores alemães com a instrução de seus descendentes e posterior continuidade dos estudos aponta números significativos. Todo empenho era feito no sentido de buscar instrutores e construir escolas em espaços antes impensados.

[...] Os alemães construíram escolas até em plena selva. Em fins de 1929, 25% de todas as escolas do Rio Grande do Sul era dirigida por alemães ou seus descendentes (937 escolas) [...] Não existia nenhuma colônia alemã sem escola, nem que fosse um professor só: o colono que tivesse mais conhecimentos encarregava-se de ensinar os demais.

[...] Foram surgindo escolas técnicas, comerciais e de administração [...], agrícolas e escolas para formar de professores (in: BUSSE, 2009, p. 53).

Um dado interessante nos depoimentos colhidos para o museu Municipal de Ernestina e que coincide com a história da educação dos primeiros imigrantes no Brasil é o fato de as famílias priorizarem o estudo aos filhos homens. Jurema Carvalho relata que não frequentou a escola, “pois ficava muito longe, apenas os irmãos homens estudavam” (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 16, 1999, p. 3).

Em outro depoimento, Erica Fett lembra que “apenas os filhos homens tiveram

oportunidade de estudar”, os irmãos formaram-se em medicina, contabilidade e odontologia. (Museu Municipal de Ernestina – Depoimento Oral – 1, 1999, p. 3).

Em geral, o que interessava aos colonos não era ver seus filhos se formarem, mas ver seus filhos aprendendo aquilo que julgavam ser necessário para o futuro na colônia. E isso conseguiam criando as escolas com seus próprios sistemas de ensinos. O mesmo acontecia também a outros grupos étnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que seria de um homem sem memória? Que sucederia a uma sociedade deslembada do passado?... Se pelo estudo do passado, com efeito, se alcança o conhecimento pleno da existência coletiva é a reconstrução das origens que nos revela os fatores do nosso temperamento, do nosso caráter, das nossas tendências e aspirações.

(BARCELLOS, 1955, p. 140).

De Rincão do Pessegueiro à Ernestina, anos de história e memória ainda cercam a origem do nome “Ernestina” bem como, da instalação do povoado que deu origem ao município. Em meio a essa memória herdada, reforça-se a incógnita sobre a verdadeira identidade de Dona Ernestina, a personagem desta história.

A pesquisa realizada para a execução deste trabalho, que teve como escopo explorar e conhecer a história e a memória do município de Ernestina e seu patrimônio cultural através do viés da religiosidade e germanidade como patrimônio imaterial, proporcionou, literalmente, “uma viagem no tempo”. Através da leitura dos depoimentos orais¹⁷ concedidos pelos moradores mais antigos de Ernestina ao Museu Municipal, foi possível observar a riqueza dos relatos e a importância dos mesmos no resgate da memória coletiva do Município.

A memória, sendo também patrimônio cultural, é um bem que pertence a uma pessoa ou a uma comunidade e passa de *consagrado* para *comum* de todos. Como este trabalho de pesquisa baseou-se principalmente nos relatos orais, ou seja, na memória dos sujeitos, é importante registrar as palavras de Regina Abreu e Mário Chagas quando afirmam que “é muito difícil todos os grupos de uma sociedade atribuírem o mesmo significado a um determinado bem, o ‘valor’ histórico, artístico, cultural”, nesse sentido, “o caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” (2003, p. 141).

¹⁷ Os depoimentos foram colhidos e transcritos entre 1991 e 2000 por: Ângela Maria Silva de Oliveira, Diná Lima da Silva, Fausto Alencar Irschlinger, Geny Lourdes Lemos e Ingrid S. Shawantes e se encontram no Museu Municipal de Ernestina.

Assim, o patrimônio histórico e cultural de Ernestina é fundamental, principalmente, para a própria identidade dessa comunidade. Porém ainda se questiona o que se deve preservar como patrimônio histórico e cultural, quem define o que deve ou não ser preservado, como e por quem é feita essa seleção e, principalmente, como trabalhar a conscientização da população acerca da importância do patrimônio. Para muitas pessoas, objetos antigos não passam de “velharia”; para outros, um fio de história, memória, identidade. Outros ainda não valorizam os relatos, as memórias dos moradores mais antigos, que trazem elementos riquíssimos à história local, principalmente em tempos de “excesso de meios, mas pouca comunicação”.

Como já observado no decorrer deste trabalho, não se pode explicar a história de uma cidade apenas pelas suas edificações históricas. Basta observar que no Município de Ernestina, quase todas as edificações antigas já foram demolidas, dando lugar a construções modernas. Talvez não tenha sido intenção apagar uma história, uma vez que a dinâmica da população exige muitas vezes que uma construção antiga possa pôr em risco a segurança de uma comunidade. Como é o caso das Igrejas, antes de madeira, foram substituídas por alvenaria. É preciso considerar, sim, o patrimônio no seu valor histórico dinâmico, visto que seu significado para determinada comunidade está em constante transformação devido às experiências que ocorrem no presente.

Por tudo isso, a memória como patrimônio de uma sociedade deve ser sempre privilegiada, uma vez que, observando sua particularidade, ela não precisa ser “demolida”, “substituída”, “melhorada”, “modernizada”, e sim, eternizada em documentos.

Percebeu-se na realização desta pesquisa que a recordação é afetada por transformações inconscientes, em função de interesses e sentimentos, individuais ou coletivos. Nessa perspectiva, a memória coletiva só se efetiva na medida em que os sentimentos, pensamentos e ações de cada indivíduo são expressos nos meios e circunstâncias sociais, onde este possui vínculo, convivência e conhecimento.

É importante ressaltar ainda que a formação de um povo se dá, principalmente, pelo sentimento de pertença que existe entre aquele e a identidade do local onde está instituído. Nesse sentido, o presente trabalho apresentou a memória (ou as memórias) de Ernestina sob o viés da igreja e da germanidade, destacando a importância destes fenômenos na formação de Município.

Pesquisar, rememorar, estudar a história de Ernestina permitiu compreender a importância da religiosidade e germanidade no desenvolvimento do Município. O fenômeno religioso é ao mesmo tempo individual e social, pessoal e comunitário e está inter-relacionado com o indivíduo com o grupo social e vice-versa, entre um membro da comunidade e a comunidade como um todo. Ou seja, conecta-se fortemente à estrutura social à estrutura religiosa e daí pode-se derivar um potencial na caracterização de objetivos e na organização de ações que podem assim ser geradas e mantidas no interior de um dado grupo sob a influência religiosa.

O legado de imigração germânica, seja ele material ou imaterial não ocorre no momento da chegada dos imigrantes, há um período que precede a organização comunitária. O processo de ajustamento, reorganização e aculturação a que os imigrantes e seus descendentes no Brasil foram lentamente submetidos começa no período em que eles são confrontados com a necessidade (ou obrigatoriedade) de migrarem.

Entende-se que a germanidade parte de um processo que será para toda vida, pois as pessoas ou grupos só existem a partir do instante em que vivem uma identidade, no caso, a alemã. Cada indivíduo ou grupo que passa por um processo de imigração tem consciência de que há eventos que não podem ser levadas consigo. Advindo, desta forma, um artifício de triagem cultural, primeiramente em âmbito familiar e que, posteriormente, afeta os demais envolvidos.

A motivação para a constituição de uma identidade é construída por meio da diversidade e não fora dela. É sempre no contato com o outro, com o diferente que se pode encontrar ou construir a sua identidade. Assim, a germanidade, amparada pela religiosidade e pela educação, demonstra a pujança do imigrante alemão como sujeito histórico com memória e identidade.

Os imigrantes alemães que se estabeleceram em Ernestina, bem como seus descendentes, mantiveram alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação. Na maioria das vezes, o sentimento de pertencimento a uma identidade étnica é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica, além de outros fatores. Um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e a manutenção de escolas vinculadas a comunidades evangélicas e católicas nas colônias alemãs.

Persistindo no tempo, o cultivo e a preservação de elementos culturais se estendeu a diversas gerações de imigrantes alemães, em torno da escola, da igreja e das agremiações. A preocupação com a educação formal dos descendentes mostrou-se uma constante, em praticamente todos os relatos colhidos para a organização do Museu Municipal de Ernestina, neles existe menção à criação e manutenção da escola como prioridade das comunidades.

Percebeu-se nos depoimentos a preocupação dos imigrantes pelo bem estar social e promoção de serviços para com os seus compatriotas. Assim como a escola, as capelas tiveram grande importância na vida dos imigrantes e descendentes, pois serviam ao mesmo tempo como um local de culto, escola e salão de festas. Esta organização em torno da capela remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistenciais e recreativas. Assim, escola e igreja se configuraram como instituições basilares do coletivo que originou a atual Ernestina.

Nem tudo, no entanto, terá a possibilidade de ser lembrado. Cada indivíduo e grupo, que passa por um processo de imigração tem consciência de que há coisas que não podem ser levadas na bagagem; ocorre um processo de seleção. Percebeu-se esta seleção nos relatos dos moradores de Ernestina e que embasaram este trabalho, a recorrência em determinados assuntos: as dificuldades materiais, a religiosidade (a rivalidade entre católicos e luteranos), a importância da escola na promoção social, o temor da Revolução de 30, entre outros. Em praticamente todas as entrevistas, tais assuntos eram comuns.

A condição de minoria intensifica a formação de uma identidade contrastante com os demais grupos sociais. As situações de opressão social e as dificuldades extremas às quais estavam expostos os primeiros imigrantes propiciaram a sua organização como grupo e levaram à busca de melhoria da sua condição.

A lembrança individual faz parte de um contexto construído pelos sujeitos de Ernestina e seu grupo social. Ao lembrar, ao fazer uso da memória herdada da família, do grupo ou do lugar onde vive ou viveu, ocorre uma ligação entre essa e a identidade. Assim, a memória é um processo tanto individual como coletivo, e, conforme Michael Pollak, (1992, p. 204), “é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.

A realização deste trabalho confirma que a memória é um patrimônio cultural, produzida pelos homens a partir de suas relações, de seus valores e de suas experiências

vividas. Ela sofre transformações à medida que o tempo passa, a história dos indivíduos toma um novo rumo. Assim, pode-se dizer que a memória é muito mais que um registro dos fatos, mas também uma combinação de construções sociais passadas, com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AMSTAD, Theodor. **Cem anos de germanidade no Brasil**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

BAADE, Joel Haroldo. **Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até a sua fusão e formação do Sínodo Evangélico-Luterano Unido**. São Leopoldo/RS: EST/IEPG, 2007.

BARICHELO, Sandra Mara. **Redução de Santa Tereza**. [2011]. (Artigo). Disponível em: http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=19703. Acesso em: 08/11/14.

BARRETO, Luís Filipe. **O nascimento da imagem do Brasil e do índio: descobrimentos e renascimentos, formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de História, memória e história local**. [2013]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/junho2013/historia_artigos/barros.pdf. Acesso em: 08/01/15.

BATISTELLA, Alessandro. **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo: Méritos, 2011.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. Pesquisas: Antropologia**, nº 29, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BONA, Cleusa Salete. **O meio rural na história de Ernestina**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal e Constituição Estadual** [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989] – 5. ed. atual. – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2012. 317 p.

BRASIL. **Constituição Federal e Constituição Estadual** [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989] – 5. ed. atual. – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2012. 317 p.

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1997.

BUSSE, Valdino. **A práxis pastoral entre os imigrantes alemães e seus descendentes na região Noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. São Leopoldo: EST/PPG, 2009. 69 f.

CAFRUNI, Jorge. **Passo Fundo das Missões**: estudo histórico do período jesuítico. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1966.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; GIOVANINNI JÚNIOR, Oswaldo. Religião, Patrimônio Histórico e Turismo na Semana Santa em Tiradentes (MG). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 225-247, outubro de 2003.

CARVALHO, Ivan Ramires Carvalho; AZEVEDO, Paulo Sérgio de Souza de. A dinamicidade do patrimônio imaterial: reflexões para o ensino de história. **Aedos** n. 11 vol. 4 - Set. 2012, pp. 173-187.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Legislação e Políticas Estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CESAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do museu da língua portuguesa. In: **Cultur**, Revista de Cultura e Turismo, Ano 04, nº 01-jan., 2010.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. **Patrimônio Imaterial Nacional**: preservando memórias ou construindo histórias? Estudos de Psicologia, 2008, 13(2), 125-131.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. FAPESP/ SMC. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

CZAMANSKI, Deoclides; CZAMANSKI, Ronaldo; LECH, Osvandré. **Passo Fundo, Memória e Fotografia**. Passo Fundo: Berthier, 1999.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo/RS: Editora Sinodal, 1984.

FARINHA, Alessandra Buriol; CARLE, Cláudio Baptista. **A Diversidade Religiosa e o Patrimônio Imaterial**: Navegantes e Iemanjá em Pelotas-RS. Expressa Extensão. Pelotas, v.19, n.1, p. 81-92, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. **Revista Políticas Sociais** – acompanhamento e análise. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 111-120.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Revista Scileo**. Estud. av. vol.19 nº 55 São Paulo Sept./Dec. 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional** 6(2): 9-33, Inverno 2001.

GODOY, Solange de Sampaio. **Museu histórico nacional**. Ed. Melhoramentos, 1989.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. **Cadernos Adenauer**. XIV (2013) edição especial, pp. 9-19.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2006.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Tenence (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23. (Introdução)

IOTTI, Luiza Horn (org.) **Imigração e colonização**: legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **O integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, Passo Fundo, 2000, p. 35.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico**: Passo Fundo/RS. [dissertação de Mestrado]. Passo Fundo: UPF, 2007.

KOREN, Edson [et al.]. **Centenário da Comunidade de Ernestina - 1909/2009**. Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ernestina/RS: Gráfica Nicor Press, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LECH, Osvandré. **150 Momentos mais importantes da História de Passo Fundo**. Passo Fundo: Academia Passofundense de Letras, 2007.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010.

MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalidade e Igreja**: a igreja luterana – Sínodo de Missouri nos “Porões” do estado Novo. [Dissertação] Vitória/ES: UFES, 2006.

MESQUITA, Zilá (1984). Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 95-146.

MONTEIRO, Paulo. De campos e matas abertas à emancipação de Passo Fundo. In: LECH, Osvandré. (Org.) **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MORIGI, Valdir José; ROCHA, Carla Pires Vieira da; SEMENSATTO, Simone. Memória, representações sociais e cultura imaterial. **Morpheus** - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 09, número 14, 2012. ISSN 1676-2924.

NASCIMENTO, Welci. **Contribuição Alemã: a atuação nas áreas educacional, comercial e política**. [2007]. Disponível em: http://www.projetopassofundo.com.br/print_conteudo.php?chaveConteudo=47913&chaveAutor=. Acesso em: 10/11/2014.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. [Tese de Doutorado]. Porto Alegre, 2009. 2 v. 632 f.

NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. Os museus e a construção de uma narrativa da memória do processo de imigração e colonização alemã no RS. [2014]. **Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural**. História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo/SP, 10 a 14 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Entre a coroa e a cruz: a igreja colonial sob a égide do paradoado. In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em: 31/03/2015.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. 2010, vol. 30, nº 60.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PELEGRINI, Sandra C.A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **Revista História**, vol.27, n.º 2 Franca 2008, Versão online, ISSN 1980-4369.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PHOL, Angelo Inácio. Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer, (Org.). **Educação patrimonial: novas perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Artigos e Ensaio. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo eesc-usp**. [2006].

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44654/48274>. Acesso em: 10/05/2014.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras /1934**. 3. ed. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras; v. 3).

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992, pp. 200-212.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O papel da religião no cotidiano de uma cidade em formação: um olhar sobre a presença da Igreja Católica em Fátima do Sul/MS (1943-1965)**. [2014]. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st10/Ponciano,%20Nilton%20Paulo.pdf>. Acesso em: 31/03/14.

PORTO, Aurélio. **Histórias das Missões Orientais do Uruguai**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1943.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Das fraturas sociais e dos processos de transformação: o lugar do patrimônio. **Colóquio Patrimônio, Cidadania e Direitos Culturais**, cidade de Goiás, 15 a 17 de junho/2006. Coordenadores Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu/UNIRIO e Manuel Ferreira Lima Filho/UCG. RJ 25ª RBA, 11 a 14 de junho 2006.

ROCKENBACK, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração Alemã: 180 anos – história e cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. As pequenas cidades coloniais do Norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 9:25-32, maio 1981.

SÁ, Celso Pereira de. **Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial** [2007]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n2/a15v20n2.pdf>. Acesso em: 18/04/15.

SANTOS, Ademir Valdir; CECCHETI, Elcio. **Imigração alemã, luteranismo e a criação de escolas no Sul do Brasil**. [2014]. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/I%20MIGRACAO%20ALEMA,%20LUTERANISMO%20E%20A%20CRIACAO%20DE%20ESCOLAS%20NO%20SUL%20DO%20BRASIL.pdf>. Acesso em 02/04/15.

SCHIMITT, Fernanda. **Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional à luz da Constituição Federal**. [2015]. Disponível em: <http://www.sedep.com.br/?idcanal=24376>. Acesso em: 03/06/2015.

SERRES, Helenize Soares. A Geopolítica nos povos missionários. In: **Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História**. Porto Alegre: FURG: 23 a 27 de julho de 2012.

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. MANA, 1997.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

SIGNES, Alice Faria. **Apóstolos Divinos ou da Coroa: Jesuítas no Brasil e no Paraguai**. [Dissertação]. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, 2011. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/11.pdf>. Acesso em: 15/11/14.

SILVA, Ana Cristina Rocha NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. A proteção do passado: gestão participativa e educação patrimonial como instrumentos de salvaguarda do patrimônio arqueológico na Amazônia. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 4, p. 13-21, 2012.

SILVA, Lourdes Ana Pereira. Memórias Mídiaáticas e Familiares: Lugares de Referências Socioculturais de Consumo. **Anais do Congresso Internacional Comunicação e Consumo**. Unisa - Universidade de Santo Amaro – 08 a 10 de outubro de 2014.

SILVA, Paulo Renato da. Memória, História e Cidadania. **Cadernos do CEOM – Etnicidades**, Ano 23, n. 32, 2015, pp. 327-346.

SOUZA, Carla Gabriel Galvão. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n. 7, p.37-66, 2008.

SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, resistência e adaptação: os alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo**. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, UPF, 2012.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul, EDUCS, 2004.

TOMAZ, Paulo César. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010 Vol. 7, Ano VII nº 2 ISSN: 1807-6971. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.

VITAL JÚNIOR, Raul Rebello. **Caminhos da Colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de estado, etnincidade e transição**. [2012]. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2012/06/Caminhosdacoloniza%C3%A7%C3%A3o-alem%C3%A3-no-RS.pdf>. Acesso em: 12/11/14.

VON SIMON, Olga Rodrigues de. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP**. [2006]. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>. Acesso em 14/05/16.

XAVIER, Gilberto. **A importância da memória na formação da identidade do indivíduo: as histórias e experiências vividas ajudam na construção da personalidade**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/03/importancia-da-memoria-na-formacao-da-identidade-do-individuo.html>. Acesso em 14/05/15.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. vol.26, nº51, São Paulo Jan./Jun. 2006.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo. **Momento Patrimônio**: volume I. Passo Fundo: Berthier, 2012.

ZIZEMER, Joseida Schütt. **A construção da cidadania na escola pública**: avanços e dificuldades. [Dissertação de Mestrado] Passo Fundo: UPF, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 – “Formulário de Pesquisa”

da pesquisa de campo, com a finalidade de verificar as reais condições existentes bem como o número provável de alunos. Os resultados foram estes:

Formulário Pesquisa -

1. Seu nome por gentileza
2. Data de nascimento
3. Qual a série que você está cursando?
4. Concluirá o 1º grau no fim do ano de 19....
5. Você já pensou em sua profissão futura. Caso tivesse que escolher hoje, qual escolheria?
6. Após a conclusão do 1º grau, pretende continuar os

seus estudos no 2º grau?

6. O fato de não haver 2º grau funcionando em Ernestina seria um impedimento para que você prosseguisse nos seus estudos?
7. Você teria possibilidade de cursar o 2º grau em P.F.?
8. Caso funcionasse o 2º grau em Ernestina, qual seria a sua preferência: Passando em Ernestina?
9. Qual o curso profissionalizante que você gostaria de fazer: Economia doméstica, auxiliar de enfermagem, p/micas, Técnico em adubação ou Técnico em agropecuária para rapazes.

ANEXO 2 - Registro de batismo das famílias pertencentes à comunidade evangélica de Ernestina

Livro de Registros Diversos – REGISTER “BATISMOS” – Dona Ernestina – 1909

27/06/1909 a 12/12/1918 – (p. 02 a 62)

n.º	Data Nascimento	Data Batismo	NOME	FILIAÇÃO	PADRINHOS	PASTOR
1	01/10/1908 D. Ernestina	27/06/1909 D. Ernestina	Pauline Müller	Jakob Müller e (Ninnons)	Anton, Karl Löblein, Margareth Müller, Wilphem Ninnons, Jorhema Ninnons	Richard Nickhorn
2	07/10/1907 D. Ernestina	27/06/1909 D. Ernestina	Ednvin Huf	Jakob Huff e Guilhermina (Ninnons)	Johornn Müller, Karolina Fuss, Othilia Müller	Richard Nickhor
3	09/10/1906 D. Ernestina	14/08/1909 D. Ernestina	Marcolino Schäffer Schaffer	Jhon Schaffer e Marisa (Ninnons)	Lhuiz Lorenzilotti e Maria Kraunbauer	Richard Nickhorn
4	27/04/1908 D. Ernestina	14/08/1909 D. Ernestina	Carl Röhrig	Röhrig e Balbina Schäffer	Nikolaus Rhöerig, Louiza Rhöerig e Guilhermina Ninnous	Richard Nickhorn
5	29/03/1909 D. Ernestina	14/08/1909 D. Ernestina	Wilhemine Schäffer	Raimundo Schäffer e Amanda (Linnkos)	L Schäffer, Francisco Gröll, Fridolin Schäffer, Wolfina Rhöerig e Flora Schäffer	Richard Nickhorn
6	11/08/1909 D. Ernestina	27/08/1909 D. Ernestina	Selma Schliek	Hinrich Schliek e Karolina (Schäffer)	Wilhelm Schliek, Guilhermina (Geyger)	Richard Nickhorn
7	30/10/1907 D. Ernestina	05/11/1909 D. Ernestina	Elvira Schliek	Arthur Hinnik e Khoralina (Schäffer)	Paul e Marisa Rhöerig	Richard Nickhorn
8	12/10/1909 D. Ernestina	28/11/1909 D. Ernestina	Arthur Huf	Jakob Huf e Karolina (Ninnous)	Wilhelm e Pauline Schliek	Richard Nickhorn
9	13/12/1909 D. Ernestina	30/01/1910 D. Ernestina	Valentin Müller	Jakob Müller e Emilie	Walentin Schäffer, Franz Vickul, Emilia Huf	Richard Nickhorn
10	29/11/1909 D. Ernestina	30/01/1910 D. Ernestina	Leopold Kunz	Maria Kunz		Richard Nickhorn
11	05/05/1910 D. Ernestina	03/06/1910 D. Ernestina	Alphons Krabbe	Heirich Krabbe e Pauline (Zimmermann)	Rosalina Zimmermann e Bruno Krabbe	Richard Nickhorn
12	09/11/1909 D. Ernestina	02/11/1910 D. Ernestina	Willibald Müller	August Müller e Florendina (Finscher)	Julins Müller	Richard Nickhorn
13	22/11/1910 D. Ernestina	17/04/1911 D. Ernestina	Theobald Tuler	Peter Tuler (São Leopoldo) e Ottilie Schäffer (Soledade)	João Marques e Albertine Marques Schäffer	Heinrich Bangermann
14	13/06/1909 Soledade	17/04/1911 D. Ernestina	Waldemiro Tuler	Peter Tuler (São Leopoldo) e Ottilie Schäffer (Soledade)	Theodor Schäffer e Caroline Schaffer	Heinrich Bangermann
15	13/01/1911 D. Ernestina	30/04/1911 D. Ernestina	Thealmo Schaffer	Raymund Schäffer (Estrela) e Amanda (Bieneker)- (Estrela)	Edmund Schäffer, Valentin Schäffer, Rudolf Müller, Maria Kortz, Rosalina Schäffer, Maria Schäffer	Heinrich Bangermann
16	27/10/1910 D. Ernestina	30/04/1911 D. Ernestina	Erna Langer	Friedrich Langer (Lageado) e Elvira Schäffer (Estrela) *Dona Ernestina	Rudolf Müller, Valetin Schäffer, Maria Schäffer, Friderika Langer	Heinrich Bangermann
17	17/06/1911 D. Ernestina	19/08/1911 D. Ernestina	Bellarmino Schaffer	Bellarmino Schäffer (Estrela)	Ferdinand Gollner	Heinrich Bangermann
18	04/07/1911 D. Ernestina	19/08/1911 D. Ernestina	Eugenio Bangemann	Heinrich Bangemann (Hamburgo - Alemanha) e Luise Teuber (Joinville-SC)	Peter Fett, Wilhem Neuls, João Fleck, Georgine Gollner, Pauline Krabbe, Miloka Schäffer	Heinrich Bangemann
19	09/06/1911 D. Ernestina	20/08/1911 D. Ernestina	Ervin Langer	Carlos Fritz Langer (Lageado) e Friderika Geb Schneider (Bento Gonçalves)	Reinhold Rohrig e Elvira Langer	Heinrich Bangemann
20	23/06/1911 D. Ernestina	20/08/1911 D. Ernestina	Fridalina Schaffer	Fridolin Schäffer (Estrela) e Juliana Job. Hartnvig (Deutschland)	Raimund Schäffer, Reinald Fresch, Gustavo Hartnrig, Rosalina Schliek e Pauline Meix	Richard Nickhorn
21	09/02/1912 D. Ernestina	21/04/1912 D. Ernestina	Alphons Rohrig	Reinhands Röhrig e Adolfin Schäffer	Bellarmino Schäffer, Richard Röhrig, Rosalina , Frieda	Richard Nickhorn

					Kronbauern, Amanda Schlieck	
22	26/01/1912 D. Ernestina	21/04/1912 D. Ernestina	Marie Louise Gollmen	Ferdinand Göllner e Georgine (Schäffer)	Bellarmino Schäffer, Peter Aulen, Mathilde Trentin, Idelmira Schäffer	Richard Nickhorn
23	22/12/1911 D. Ernestina	16/06/1912 D. Ernestina	Wendolin Schliek	Heinrich Schliek e Rosaline Schäffer	Carl Geyger, Theobaldo Huff, Valentin Schäffer, Julia Schäffer e Olinda Huff	Richard Nickhorn
24	17/02/1912 D. Ernestina	16/05/1912 D. Ernestina	Arthur Ferdinand	Karl Ferdinand e Bárbara Schlofsnac	Heinrich Schliek e Friederich Ferdinand	Richard Nickhorn
25	31/12/1911 D. Ernestina	01/06/1912 D. Ernestina	José Borges	Joaquim Borges e Noe Rosário	Raymund Schäffer e Amanda Schäffer	Richard Nickhorn
26	15/06/1912 D. Ernestina	01/09/1912 D. Ernestina	Albert Krabbe	Heinrich Krabbe e Flora Pauline Zimmen	Peter Fett, Theodoro Stumpf, Carl Hauenstein, Elli Fleik, Othilie Ohlneiler e Lydia Engler	Richard Nickhorn
27	27/10/1912 D. Ernestina	26/12/1912 D. Ernestina	Louise Göllner	Jackob Göllner e Lydia Olga Hauenstein (D. Ernestina)	• Não Consta	Richard Nickhorn
28	22/06/1912 D. Ernestina	26/12/1912 D. Ernestina	Darci Domingos dos Santos	Aldino Domingos dos Santos e Conceição Propfote Mel	Petter Fett e Paula Fett	Richard Nickhorn
29	09/11/1912 D. Ernestina	21/03/1913 D. Ernestina	Eugen Müller	August Müller e Florentina (Einsfeld) Müller	Carl Geyger, Friedrich Göllmer, Amanda Schäffer e Maria Kurtz	Richard Nickhorn
30	04/03/1913 D. Ernestina	21/03/1913 D. Ernestina	Amanho Dickel	Armandus Dickel e Othilie Müller	Edmund Müller, Adolf Dickel, Florentina Müller e Florine Dickel	Richard Nickhorn
31	11/04/1913 D. Ernestina	25/05/1913 D. Ernestina	Evaldino Schäffer	Fridolino Schäffer e Juliana Hantnrig	Johann e Elsa Hantnrig	Richard Nickhorn
32	04/03/1913 D. Ernestina	25/05/1913 D. Ernestina	Hilda Ollneiler	Leopold Ollneiler e Othilie (Hamensteis)	Heinrich Hoffmann, Anton Henrich, Clementino Oliveler e Alvino Huff	Richard Nickhorn
33	03/09/1912 D. Ernestina	25/05/1913 D. Ernestina	Almai Stumpf	Theodor Stumpf e Pauline (Müller)	Arestide José de Britto, José Henrique da Silva, Anton Henrich, Edelmira Schäffer, Roynaldina Amann e Clara Pauline Krabbe	Richard Nickhorn
34	19/05/1913 D. Ernestina	07/09/1913 D. Ernestina	Marie Aldine Schäeffer	Raymund Schäeffer e Amanda Brünner	Christian Bonngas, Arthur Kroubauer, Wendolino Schäeffer, Florentina Müller, Barbara Geyger e Regina Schäeffer	Richard Nickhorn
35	02/09/1913 D. Ernestina	07/09/1913 D. Ernestina	Arlindo Bernhand Hebele	Julius Franz Hebele e Amelia Bernhandina (Strungs)	Julius Penz, Nicolans Hebele, Valentin Schäeffer, Karoline Hebele, Amalia Penz e Adelina Hebele	Richard Nickhorn
36	15/06/1913 D. Ernestina	09/09/1913 D. Ernestina	Anildo Müller	Friedrich Müller e Karoline (Wetter)	Peter Koppe, Emilio Wetter, Friderika Sturm	Richard Nickhorn
37	29/09/1910 Forquetinha/ Pessegueiro D. Ernestina	09/09/1913 D. Ernestina	Gustav Wetter	Albert Wetter e Klementina (John)	Anton Ferdinand Sturm e Elisabeth Göllner	Richard Nickhorn
38	08/09/1913 Pessegueiro D. Ernestina	17/09/1913 D. Ernestina	Selvina Augusta Rössler	Franz Rössler e Frieda Mikovsky	Selvino Ferreira August, Anton Ferdinand Sturm e Valentin Göllner	Richard Nickhorn
39	17/09/1913 D. Ernestina	25/12/1913 D. Ernestina	Alfons Schliek	Heirich Schlieke e Rosaline (Schäffer)	Heirich Krabbe, Wendolin Schäffer Alvina Schäffer e Leopoldina Müller	Richard Nickhorn
40	18/09/1913 D. Ernestina	25/12/1913 D. Ernestina	Reinald Krabbe	Heinrich Krabbe e Pauline (Zimmermann)	Gustav Göllner, José Aman, Waldemar Flesk, Karoline Schäffer, Almerinda Hauenstein e Linda Krabbe	Richard Nickhorn
41	05/01/1914 D. Ernestina	22/02/1914 D. Ernestina	Levins Arno Göllner	Jackob Göllner e Lydia Olga (Hauenstein)	Julius Penz, Franz Rössler, Othilie Ohlweiler e Frederich Sturm	Richard Nickhorn
42	14/12/1913 D. Ernestina	08/03/1914 D. Ernestina	Olivia Eva Geyger	Karl Geyger e Barbara (Schlogsmaher)	Balduin Schäffer, Theodor Stumpf, Fredolin Schäffer, Adolfin Röhrig, Philippina Schlogsmaher e Emili Geyger	Richard Nickhorn
43	30/12/1913 Fachinal	29/04/1914 D. Ernestina	Alfred Göllner	Ferdinand Göllner e Georgina (Schäffer)	João Hans, Antan Sturm, Albertina Hans e Frederica	Richard Nickhorn

	D. Ernestina				Sturm	
44	07/03/1914 Fachinal D. Ernestina	29/05/1914 D. Ernestina	João Pereira Pontas	João dos Santos Pereira e Vidalvina (Rodrigues Pontas)	Ferdinand Göllner e Camilla Rodrigues de Oliveira	Richard Nickhorn
45	02/03/1914 D. Ernestina	31/03/1914 D. Ernestina	Osvald Kunz	Heirinch Kunz e Maria (Scherer)	Friedrich Lamger e Heirich Stankemeir, Freirich Hoppe, Paulina Stumpf, Olga Muller e Maria Schaffer	Richard Nickhorn
46	15/06/1913 Cruz Alta	01/06/1914 D. Ernestina	Evald Lorenz	Friedrich Lorenz e Karoline Bornhold	Joseph Stamgler e Ffriedrich Fiedler Idalina Borrihard e Evaldino Baumgart	Richard Nickhorn
47	03/09/1913 D. Ernestina	03/08/1914 D. Ernestina	Wilma Wilhelmina Löblein	Karl Löblein e Karolina Bonh	Julins Penz e Wilhelmina Kern	Richard Nickhorn
48	11/06/1914 D. Ernestina	03/08/1914 D. Ernestina	Almiro Francisco Hebele	Joseph Ludvig Hebele e Hermina Attilins (Strangs)	Friedrich Langer, Feidolin Schäffer, Lydia Göllner e Helma Strangs	Richard Nickhorn
49	04/05/1912 D. Ernestina	03/08/1914 D. Ernestina	Lyandro da Silva	Hemilha da Silva	Karl Löblein e Karolina Boch	Richard Nickhorn
50	26/06/1914 D. Ernestina	16/08/1914 D. Ernestina	Othilie Dickel	Armandus Dickel e Othilie (Müller)	August Müller, Alfons Müller, Arthur Dickel, Marie Schäffer, Georg Schäffer, Amanda Müller e Ernestine Müller	Richard Nickhorn
51	03/04/1914 D. Ernestina	13/09/1914 D. Ernestina	Rudolf Schäffer	Leopold Schäffer e Balbina (Reike)	Balduin e Alsira Schäffer	Richard Nickhorn
52	14/09/1914 D. Ernestina	15/11/1914 D. Ernestina	Eugenio Röhrig	Reinald Röhrig e Adolphine Schäffer	Heirich Krabbe, Fridolin Schäffer, Luiz Hebele, Weno Stramgs, Carlos Geyger e Karolina Schäffer	Richard Nickhorn
53	06/11/1912 São José da Glória	15/11/1914 D. Ernestina	Alfred Friedrich Reinhold Röhrig	Italina Borihandt	Friedrich Lorenz e Reinald Borihandt	Richard Nickhorn
54	21/09/1914 D. Ernestina	17/01/1915 D. Ernestina	Irma Schäffer	Fridolin Schäffer e Juliana (Hoertnrig)	Valentin Schäffer, Adolf Dickel, Regina Schäffer e Adolfin Röhrig (Schäffer)	Richard Nickhorn
55		14/02/1915 D. Ernestina	Bastiana Leopoldina da Silva	Preciliano Coervilha da Silva	Leopoldina Löblein e Adolfo Löblein	Richard Nickhorn
56	14/01/1915 D. Ernestina	04/04/1915 D. Ernestina	Hilda Krabbe	Heirich Krabbe e Pauline (Zimmermann)	Anton Lenz, Wilibald Zimmermann, Leopld Krabbe, Adolphine Röhrig, Ernestine Müller e Angelica Krabbe	Richard Nickhorn
57	09/12/1914 D. Ernestina	05/04/1915 D. Ernestina	Arnaldo Keller	Anton Keller e Cormelie Henriett Nickhorn	Evass Nickhorn, Olga Nickhorn (Mühl), Rudolf Müller e Karoline Nickhorn	Richard Nickhorn
58	16/11/1914 D. Ernestina	29/04/1915 D. Ernestina	Olivia Stumph	Theodor Stumph e Pauline (Müller)	Reinald Schäffer, Amanda Büncker e Fredolin Schäffer	Richard Nickhorn
59	20/04/1915 D. Ernestina	23/05/1915 D. Ernestina	Rialda Margarethe Heberte	Julins Franz Heberte e Amalia Bernherdine (Strangs)	Jackob Petry, Peter Gaudencio Hlein Ludrig Philipp Schartrig, Walter Basshard, Frederike Strangler, Lydia Göllner, Helma Strangs e Bernhardine Strangs	Richard Nickhorn
60	15/03/1915 São José	24/05/1915 D. Ernestina	Elsa Lorentz	Friedrich Lorentz e Pauline (Börnwald)	João Haups, Reinold Weimer, Helena Weimer, Rosalina Boumgards e Alvine Weimer	Richard Nickhorn
61	02/10/1914 São José	24/05/1915 D. Ernestina	Alfred Boumgards	Marulino Boumgards e Elise (Lorentz)	Anton Keiber, Bolduin Strangs, Walter Bosshard, Frederiko Strangs, Hilda Splandler e Pauline Lorentz	Richard Nickhorn
62	04/01/1915 Alto Jacuhy	19/06/1915 D. Ernestina	Aldolphine Pauline Fagundes	Geraldo Fagundes e Pauline (Lutz)	Phillpp Kronbouer, Wilhelm Kayser, Marie Kayser e Heyldena Leimetz	Richard Nickhorn
63	07/05/1915 D. Ernestina	18/06/1915	Levino Ohlweiler	Leopold Ohlweiler e Othilie (Hauenstein)	Karl Geuger, Adolf Dickel, Johons Weseudonk, Pauline Stumpf, Malie Pens e Friedes Hauenstein	Richard Nickhorn
64	06/01/1915	25/06/1915	Oskar Schäffer	Theodor Schäffer e	Anton Dickel, Theobald	Richard

	D. Ernestina			Frieda (Kronbauer)	Kronbauer, Lydia Olga Göllner e Mathilde Schäffer	Nickhorn
65	20/05/1915 D. Ernestina	25/08/1915 D. Ernestina	Alma Müller	Reinald Müller e Olinda (Dickel)	Theodor Schäffer, Valentin Schäffer, Adolf Dickel, Alvine Müller, Adreline Dickel e Karoline Schäffer	Richard Nickhorn
66	03/08/1915 São José	03/10/1915 D. Ernestina	Lindolf Nickhorn	Evass Nickhorn e Olga (Muller)	Johann, Luise Mühl, Adolf Nickhorn e Hedrig Nickhorn	Richard Nickhorn
67	11/09/1913 Serra-Baixa	26/12/1915 D. Ernestina	Leonilda Leonore Woll	Julins Woll e Magdalene (Stacke)	Leonida Kronbauer e Johana Mühl	Richard Nickhorn
68	30/04/1913 D. Ernestina	05/02/1916 D. Ernestina	Forival Schäffer	Bellarmino Schäffer e Etelvina (Britto)	Theodor Schäffer, Mathilde Schäffer (Heurich), Alexandrine Schäffer, Karoline Schäffer	Richard Nickhorn
69	20/08/1915 D. Ernestina	05/02/1916 D. Ernestina	Adão Baptista de Abreu	João de Abreu e Olivia (Jung)	Baldoin Schäffer e Alvine (Göttert)	Richard Nickhorn
70	18/09/1915 D. Ernestina	05/02/1916 D. Ernestina	João Baptista	Amalha Correia Baptista	João de Abreu e Olivia (Jung)	Richard Nickhorn
71	29/01/1916 D. Ernestina	23/04/1916 D. Ernestina	Emil Krabbe	Heirich F. Krabbe e Klara Pauline (Zimmermann)	Franz Kraubauer, Fredolin Schäffer, Edmund Markus, Elisabeth Heinik, Karoline Müller, Adolphine Zimmermann	Richard Nickhorn
72	14/10/1913 São José	24/04/1916 D. Ernestina	Arthur Borchards	Ludvig Borchards e Karoline (Wermann)	Miguel Falcão, Wilhelm Willensen, Sophie Stackemeier e Ernä Katharina Kurtz	Richard Nickhorn
73	16/11/1915 D. Ernestina	23/04/1916 D. Ernestina	Irena Eva Göllner	Jackob Göllner e Lydia Olga (Hauenstein)	Reinold Löbelein, Valentin Theobald Göllner, Heirich Osvald Röse, Amalie Hebele e Almirinda Hauenstein	Richard Nickhorn
74	04/08/1915 São José	24/04/1915 D. Ernestina	Edvin Boschauds	Ludvig Boschauds e Karoline (Wermann)	Adam Wink, Eduardo Nissel, Pauline Lorentz e Pauline Keller	Richard Nickhorn
75	31/01/1916 Serra-Baixa	24/04/1916 D. Ernestina	Laura Karoline Adolfine Hörig	Johann Hörig e Marlinn (Borchards)	Wilhelm Willensen, Karl Seidensticker, Walter Borchards, Ern Katharine Mühl, Laura Borchards e Adolfine Seidensticker	Richard Nickhorn
76	20/06/1916 Serra Baixa	06/08/1916 D. Ernestina	Elsa Wilhesen	Wilhelm Wilhesen e Gertrud Honhoff	Johann Honhoff e Karolina Borchardt	Richard Nickhorn
77	27/09/1916 D. Ernestina	24/09/1916 D. Ernestina	Irene Schliek	Heirich Schliek e Rosaline (Schäffer)	Theodor Stumpf, Alfred Baumgards, Hermann Schäffer, Friedrik Ziegler, Leopoldina Heinik e Medina Röhrig	Richard Nickhorn
78	15/06/1916 D. Ernestina	08/10/1916 D. Ernestina	Evaldine Irma Löbelein	Karl Löbelein e Karolina (Boch)	Luiz Lonyo, José Henrique da Silva, Friedaline Henrich e Lydia Göllner	Richard Nickhorn
79	16/06/1916 D. Ernestina	16/12/1916 D. Ernestina	Leonora Leonida Dickel	Attalina Dickel	Jakob Göllner, Adolf Dickel, Arthur Dickel, Othilie Ohlweiler, Frieda Schäffer e Oralina Dickel	Richard Nickhorn
80	25/06/1916 D. Ernestina	02/11/1916 D. Ernestina	Robert Heinrich Hauenstein	Karl Hauenstein e Auna Katharina (Schlogsmacher)	Karl Geuger e Pauline Krabber	Richard Nickhorn
81	10/06/1916 D. Ernestina	25/12/1916 D. Ernestina	Erna Emilie Müller	Rudolf Müller e Karoline Adolfine (Nickhorn)	Edmund Eckert, Adolf Müller, Olinda Müller e Margarethe Nickhorn	Richard Nickhorn
82	25/10/1916 D. Ernestina	25/12/1916 D. Ernestina	Oralina Dornelles da Silva	João Dornelles da Silva e Theolinda (Jung)	José Henrique da Silva, Lydia Göllner e Almirinda Hauenstein	Richard Nickhorn
83	10/06/1916 D. Ernestina	21/02/1917 D. Ernestina	Alma Schäffer	Raymund Schäffer e Amanda (Böneker)	Theodor Stumpf, Hermann Schäffer, Heinrich Büncker, Christine Büncker, Auna Hauensteins e Amanda Schliek	Richard Nickhorn
84	24/10/1916 D. Ernestina	21/02/1917 D. Ernestina	Otto Willy Baumgards	Alfred Baumgards e Maria (Schäffer)	Fridolin Schäffer, Valentin Schäffer, Karol Baumgards, Amanda Schliek e Maria Aldina Baumgards	Richard Nickhorn
85	02/02/1917 D. Ernestina	21/02/1917 D. Ernestina	Alindo Artur Müller	Adolf Müller e Alvine (Strangs)	Artur Kraoubouer, Rudolf Müller, Amalia Hebele e Selvina Gabriel	Richard Nickhorn

86	18/06/1916 D. Ernestina	21/02/1917 D. Ernestina	Meta Katharina Geyger	Karl Geyger e Barbara (Schlogs)	Christian Werner, Hermann Schäffer, Theobald Kern, Othilie Ohliveiler Frida Geyger e Karoline Schuernann	Richard Nickhorn
87	21/11/1916 São José	21/02/1917 D. Ernestina	Elsa Nickhorn	Ernss Nickhorn e Olga (Mühl)	Robert Nickhorn, Margarethe Nickhorn e Elvina Horveth	Richard Nickhorn
88	23/12/1916 D. Ernestina	21/02/1917 D. Ernestina	Marie Hoppen	Friedrich Hoppen e Regina (Schäffer)	Maria Hoppen, Elvina Langer, Hermann Schäffer e Jakob Hoppen	Richard Nickhorn
89	23/12/1916 D. Ernestina	21/02/1917 D. Ernestina	Heinviette Hoppen	Friedrich Hoppen Regina (Schäffer)	Julia Schäffer, Olinda Müller, Edmund Bohm e Valentin Schäffer	Richard Nickhorn
90	21/11/1916 D. Ernestina	08/04/1917 D. Ernestina	Arnaldo Schäffer	Theodor Schäffer e Frida (Kranbauer)	Artur Kranbauer e Karoline Langer	Richard Nickhorn
91	19/01/1917 D. Ernestina	27/05/1917 D. Ernestina	Almirinda Müller	Rienald Müller e Olinda (Dickel)	Rudolf Müller, Edmund Müller, Anton Dickel, Theobald Huf, Frieda Schäffer, Othilie Dickel e Olinda Müller	Richard Nickhorn
92	14/04/1917 D. Ernestina	15/12/1917 D. Ernestina	Elise Schäffer	Fridolin Schäffer e Juliana Hartrig	Wendolin Schäffer, Amanda Schliek, Heinrich Krabbe, Alfred, Pauline Stumpf e Elsa Liegler	Richard Nickhorn
93	19/08/1916 Colorado	25/12/1917 D. Ernestina	Evns Müller	Karl Müller e Hilda (Liegler)	Fridolin Schäffer, Valentin Schäffer, Elsa Frieda Liegler e Hedina Röhrig	Richard Nickhorn
94	09/08/1917 D. Ernestina	25/12/1917 D. Ernestina	Lauro Müller	Karl Müller e Hilda (Liegler)	Karl Geyger, Raymund Schäffer, Anna Hauensteins e Eloiva Langer	Richard Nickhorn
95	07/09/1917 D. Ernestina	25/12/1917 D. Ernestina	Irna Krabbe	Heirich Krabbe e Pauline (Zimmermann)	Luiz Langer, Ferdinand Vovytz, Otto Krabbe, Amanda Schäffer, Meire Baumgards e Amanda Schliek	Richard Nickhorn
96	14/12/1917 Serra-Baixa	20/01/1918 D. Ernestina	Olga Clementine Willensen	Wilhelmen Willensen e Gertrud Hnhoff	Bernhard Honhoff e Heirich Dickel	Richard Nickhorn
97	11/03/1918 D. Ernestina	24/03/1918 D. Ernestina	Raymund, Heirich, Karl Liegler	Pauline Liegler e Ludvig	Raymund Schäffer, Heirich Kortz, Karl Hauensteins, Juliana Schäffer, Pauline Miks e Elvina Kortz	Richard Nickhorn
98	04/08/1917 D. Ernestina	24/03/1918 D. Ernestina	Alvine Schliek	Heirich Schliek e Rosaline (Schäffer)	Peter Schnnerberger, Emil Schäffer, Alvine Müller e Lydia Engler	Richard Nickhorn
99	29/04/1918 Eng. São José	08/09/1918 D. Ernestina	Alcino Nickhorn	Ernest Nickhorn e Olga (Mühl)	Rudolf Müller, Cormelia Henriette Nickhorn e Julie Mühl	Richard Nickhorn
100	13/06/1918 D. Ernestina	06/10/1918 D. Ernestina	Eugenio Schäffer	Theodor Schäffer e Frieda (Kraubauer)	Emil Langer e Irene Kaeraí	Richard Nickhorn
101	07/07/1918 D. Ernestina	03/11/1918 D. Ernestina	Selma Löbelein	Karl Löbelein e Karoline (BÖCH)	Francisco Henrique da Silva, Angelo Langer, Rosalia Penz e Maria Werner	Richard Nickhorn
102	20/04/1916 Fachinal	24/11/1918 D. Ernestina	Maria Olga	Marcelino Baumgards e Elise (Lorenz)	Emil Huppess, Miguel Falcão, Antonia Huppess e Marina Desquinov	Richard Nickhorn
103	27/07/1918 Fachinal	24/11/1918 D. Ernestina	Albert Baumgards	Marcelino Baumgards e Elise (Lorenz)	Fridolin Stein e Rosalie Huppess	Richard Nickhorn
104	26/01/1918 Linha Glória	12/12/1918 D. Ernestina	Reinald Baumgards	Evaldina Baumgards	Evald Jung, Levi Baumgards, Karolina Baumgards e Laulina Lorenz	Richard Nickhorn
105	21/02/1917 InvernadinhaFac hinal	12/12/1918 D. Ernestina	Olivia Jung	Evald Jung e Atalina (Baumgards)	Fritz Lorentz, Bablinia Strangls, Josephine Baumgards e Karolina	Richard Nickhorn
106	13/05/1917 Fachinal	12/12/1918 D. Ernestina	Alfred Fagundes	Geraldo Fagundes e Pauline (Lutz)	Peter Stein, Heirich Wilthenter, Benta Lutz e Elisa Baumgardt	Richard Nickhorn
107	21/03/1918 D. Ernestina	25/12/1918 D. Ernestina	Erika Katharina Müller	Rudolf Müller e Karolina Adolfine (Nickhorn)	Adolf Nickhorn, Edmund Müllher, Edurig Eckers e Olga Blölov	Richard Nickhorn
108	03/02/1919 D. Ernestina	20/04/1919 D. Ernestina	Arno Adolf Nickorn	Gustav Adolf Nickhorn e Almerinda (Hauenstein)	Ernest Nickhorn, Margarethe Nickhorn, Karl Hauensteins e Leokardia Beaugles	Richard Nickhorn
109	03/01/1919 D. Ernestina	20/04/1919 D. Ernestina	Olga Krabble	Henrich Krabble e Klara Pauline (Zimmermann)	Oskar Gans, Alvina Staskemmeier, Leopold Marcus, Ermar Krabble, Leopoldina	Richard Nickhorn

110	26/04/1919 Linha Glória (Serra Baixa)	09/06/1919 D. Ernestina	Aldred wilhemsen	Wilhelm Wilhemsen e Gertrud (Honhoff)	Fritsche e Berthold Fett Wilhelm Honhoff e Veronica Honhoff	Richard Nickhorn
-----	---	----------------------------	------------------	--	---	---------------------

1º LIVRO DE REGISTROS DA COMUNIDADE EVANGÉLICA – “VILA ERNESTINA”

REGISTROS DE BATISMOS – 1942 – 1946 – (pags. 01 – 40)

Ano 1942

No	Data Nascimento	Data Batismo	Nome	Filiação	Padrinhos	Pastor
07	07/03/1942 Vila Ernestina	03/05/1942 Vila Ernestina	Vera Appelt	Fridolino Appelt e Selma (Dhremer)	Edegar Leonavel, Armindo Appelt, Edvino Fhxemer, Vilma Rieth, Wilhelmine März	Wilhelm Volkman
08	13/01/1942 Vila Ernestina	03/05/1942 Vila Ernestina	Giusela Fett	Guilherme Eduardo Fett e Ida Julia Otthilia (Gersch)	Carlos E. Schneider, Adolfo Weber, Gertudes Weber, Gerda Von der Goltz	Wilhelm Volkman
09	23/12/1941 Vila Ernestina	03/05/1942 Vila Ernestina	Ivan Mueller	Osvaldo G. Mueller e Ella (Neuhaus)	Orlando Mueller e Arnilda Neuhaus	Wilhelm Volkman
10	23/02/1942 Posse Gonçalves (Ernestina)	17/05/1942 Posse Gonçalves (Ernestina)	Valdomiro Roehrich	Adolfo Roehrich e Olga (Stumpf)	Osório J. Engers, Marculino Roehrich, Edmundo Dickel, Lydia Geiger, Amélia Stumpf Olivia Schaeffer	Wilhelm Volkman
12	05/05/1942 Vila Ernestina	24/05/1942 Vila Ernestina	Adela Sippel	Osvino Sippel e Alsira (Drehmer)	Henrique Friess, Vendolino Schaeffer, Friderico Baumgardt, Arminda Dreir, Guilhermine Schliek, Ielga Friess	Wilhelm Volkman
15	22/07/1941 Vila Ernestina	24/05/1942 Vila Ernestina	Valtir Albrecht	Leopoldo Abrech e Leonita (Dresch)	Germano Albrecht e Helly Leonhardt.	Wilhelm Volkman
29	25/02/1942 Vila Ernestina	5/07/1942 Posse Gonçalves (Ernestina)	Lori Cornelius	Laurindo Cornelius e Irma (Graebin)	Silverio Schneider, Edmundo Baumgardt, Amalha Haach e Gerda Sommer.	Wilhelm Volkman
30	29/05/1942 Vila Ernestina	02/08/1942 Vila Ernestina	Ilmo Woll	Arthur Woll e Anita (Arend)	Selvino Arend, Herberto Woll, Erma Maerz, Helma Dastsch e Carolina Oliveira.	Wilhelm Volkman
35	04/04/1942 Vila Ernestina	06/09/1942 Vila Ernestina	Nair Arend	Reinhardo Arend e Silvina (Stache)	Luis Arend, Arlindo Arend Elvira Datsch e Elvira Weizemmer.	Wilhelm Volkman
36	17/07/1942 Vila Ernestina	06/09/1942 Vila Ernestina	Alceu Krabbe	Alberto Krabbe e Celita Elvira Eitelvein	Emilio Krabbe ,Edoar Eiteivein, Celoca Hentz, Olga Hahm e Ronaldo Lammel.	Wilhelm Volkman
37	03/05/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	13/09/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Adelio Hauenstein	Roberto Hauenstein e Henriette (Hoppen)	Lauro Engers, Theodor Krombauer, Bárbara Geiger e Sulmira Jung.	Wilhelm Volkman
39	14/07/1942 Vila Ernestina	04/10/1942 Vila Ernestina	Celita Albrecht	Alfredo Albrecht e Helga (Schneider)	Alberto Schulz, Eva Dreier, Irma Cornelius e Alsira Gross.	Wilhelm Volkman
40	05/09/1942 Vila Ernestina	04/10/1942 Vila Ernestina	Daeli Schultz	Alberto Schultz e Erma (Albrecht)	Arnaldo Albrecht, Emilio Gniech, Helga Albrecht e Olidia Albrecht	Wilhelm Volkman
54	28/10/1942 Vila Ernestina	06/11/1942 Vila Ernestina	Carla Fris Rieth	Albino Reimundo Rieth e Ella (Sommer)	Felippe Heinz Jersch, Carlos Emilio Schneider, Willi Rokmann, Olga Schneider e Vilma Rieth.	Wilhelm Volkman
56	30/12/1941 Vila Ernestina	14/12/1942 Vila Ernestina	Sabino Selso Nickhorn	Roberto Nickhorn e Rosa (Müller)	Oliveira Guentzel, Lindolfo Nickhorn, Maria Guentzel e Olinda Müller.	Wilhelm Volkman

63	17/10/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	27/12/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Noili Dieterich	Osvino Dieterich e Hilda (Fries)	Valentino Stumpf, Helmuth Nickhnor, Selma Jacobsen e Anilda Jung.	Wilhelm Volkman
64	19/11/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	27/12/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Olmir Mann	Herberto Mann e Alma (Schilling)	Arlindo Letúr, Eduardo Müller, Evaldo Meinem, Erma Letúr, Olga Kerber e Frieda Schilling.	Wilhelm Volkman
65	07/11/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	27/12/1942 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Flávio Rettermann	Fridolino Rettermann e Anna (Schmidt)	Reimundo Jung, Nicolau Schmidt, Edmundo Rettermann, Erna Rettermann, Nicoletta Schallau e Olivia Schidt.	Wilhelm Volkman

Ano 1943

01	06/11/1942 Vila Ernestina	29/02/1943 Vila Ernestina	Ilga Sossmeier	Reimundo Sossmeier e Irena (Nickhorn)	Lauro Nickhorn, Alfredo Doering, Flora Kurckhardt e Elli Nickhorn.	Wilhelm Volkman
06	09/11/1942 Vila Ernestina	29/02/1943 Vila Ernestina	Ernani Kohlrausch	Armando Kohlrausch e Maria Arnilha (Rohden)	Valdemar e Laura Irschlinger	Wilhelm Volkman
08	16/12/1942 Posse Gonçalves Ernestina	14/03/1943 Posse Gonçalves Ernestina	Elbidio Vollmer	Edvino Vollmer e Ida Maira (Hauenstein)	Edgar Vollmer, Roberto Hauenstein, Ilse Vollmer e Elmira Kranbauer	Wilhelm Volkman
22	17/09/1942 Vila Ernestina	14/06/1943 São José Glória	Leneu Valério Spicker	Wilbardo Spicker e Hilda Steffens	Adelmo Spicker, José Steffens, Anuncia Kohlrousch e Elidia Fabian	Wilhelm Volkman
30	23/04/1943 Vila Ernestina	11/07/1943 Nicolau Vergueiro	Adelina Sander Decksheimer	Theobaldo Decksheimer e Elma (Haack)	Evaldo Lang e Norma Weber	Wilhelm Volkman
34	26/09/1942 Vila Ernestina	14/07/1943 Vila Ernestina	Flávio Sommer	Arnaldo Sommer e Gerda (Graebin)	Osvino Graebin, Reininaldo Schmidt, Celetta Krabbe e Clementina Hens	Wilhelm Volkman
37	28/04/1943 Vila Ernestina	25/07/1943 Vila Ernestina	Ivony Puls	Bejamin Puls e Erna (Doms)	Egon Eschner e Ursula Eschner	Wilhelm Volkman
44	08/11/1942 Vila Ernestina	05/09/1943 Vila Ernestina	Nelson Claudio Koch	Carlos Edvino Koch e Hilda (Steinert)	João Penz, Arnaldo Stacke, Vila Steinert e Lidia Fabian	Wilhelm Volkman
47	18/07/1943 Posse Gonçalves Ernestina	17/10/1943 Posse Gonçalves Ernestina	Auri Drehmer	Olmiro Drehmer e Selam Gross	Semildo Renner, Ivo Drehmer, Evaldo Gross, Herta Drehmer e Alvina Schuster	Wilhelm Volkman
48	31/07/1943 Posse Gonçalves Ernestina	17/10/1943 Posse Gonçalves Ernestina	Edalibio Stumpf	Valentin Stumpf e Lydia (Geiger)	Bertholdo Geiger, Arno Kraubauer, Norberto Otto Geiger, Dufina Stumpf, Olivia Fleck e Amélia Stumpf	Wilhelm Volkman
49	23/09/1943 Vila Ernestina	19/10/1943 Vila Ernestina	Lori Koch	Wilbardo Leopoldo Koch e Herta Erlinda (Drebis)	Renaldo März, Marno Muhl, Olga Schneider e Sibila Rieth	Wilhelm Volkman
63	09/06/1942 Posse Gonçalves Ernestina	28/11/1943 Posse Gonçalves Ernestina	Edi Kronbauer	Theodoro Kronbauer e Elmira (Hollmann)	Armelindo Kronbauer, Felippe Gabriel, Mathilda Doering, Alzira Hoppen, Carlos Erig e Alsira Roese	Wilhelm Volkman
66	25/05/1943 Vila Ernestina	12/12/1943 Vila Ernestina	Osmar Schvanzbach	Ricardo Schvanzbach e Olga (Fleck)	Waldemar Koech, Edvino Bergmann, Anilda Bergmann e Nizi Frazen	Wilhelm Volkman
68	11/06/1943 Vila Ernestina	25/12/1943 Vila Ernestina	Iraci Datzch	Carlos Datzch e Helma (Arend)	Arno Sommer, Frederico Dickel, Lucinda Frein e Alsira Arend	Wilhelm Volkman
69	11/06/1943 Vila Ernestina	25/12/1943 Vila Ernestina	Olavio Dorival Datzch	Carlos Datzch e Helma (Arend)	Alfredo Albrecht, Reinaldo MÉRTZ, Irma Stacke e Helga Leonhart	Wilhelm Volkman

ANO 1944

01	05/11/1943 Vila Ernestina	01/01/1944 Vila Ernestina	Bruno Pedro Fett	Guillherme Eduardo Fett e Ida Julia Othilia (Jersch)	Reinaldo Krabbe, Willi, Bethy Von der Goetz e Martha	Wilhelm Volkmann
02	27/11/1943 Vila Ernestina		Aladir Carlos Rieth	Alfredo Carlos Rieth e Leonora (Heger)	Eudardo Fett, Appolinário Heger, Eugênio Fett, Lothy Von der Goetz	Wilhelm Volkmann
05	25/03/1943 Erebango	30/01/1944 Posse Gonçalves Ernestina	Adelmo Geiger	Augusto Albino Geiger e Irma (Pletsch)	Ricardo Hauenstein, Olmiro Fluck, Carlos Moreira, Hilda Geiger, Frieda Moreira e Juruveva Mello	Wilhelm Volkmann
06	08/11/1943 Posse Gonçalves Ernestina	30/01/1944 Posse Gonçalves Ernestina	Celita Nelci Roessler	Alibio Roessler e Irena (Haueustein)	Evaldo Nickhnor, Edvino Roessler, Osvaldo Haueustein, Wilma Haueustein, Anilda Roier e Valesca Nickhorn	Wilhelm Volkmann
16	25/01/1944 Vila Ernestina	05/03/1944 Vila Ernestina	Ruy Rubens Rieth	Albino Reimundo Rieth e Ema (Sommer)	João Höerig, Arnaldo Kern, Otho Künz, Sibila Rieth, Elsa Dummel e Idalina Baum	Wilhelm Volkmann
20	10/02/1944 Posse Gonçalves Ernestina	19/03/1944 Posse Gonçalves Ernestina	Olmiro Armando Müller	Arlindo Artur Müller e Adelia wolmmer	Edmundo Meiner, Balduino Müller, Emilia Haueustein e Tanilla Wollmer	Wilhelm Volkmann
22	08/10/1943 Vila Ernestina	26/03/1944 São José Glória	Frivaldo Doerr	Walter Doerr e Helma (Tietze)	Wilibaldo Tietze, Adelmo Spierker, Anita Doerr e Feze Graebin	Wilhelm Volkmann
27	26/04/1944 Vila Ernestina	28/05/1944 Vila Ernestina	Elma Arend	Augusto Arend e Martha (Hase)	Carlos Ruchs, Reinaldo Woll, Ema Schallau e Irma Schallau	Wilhelm Volkmann
28	11/04/1944 Vila Ernestina	28/05/1944 Vila Ernestina	Ireno Orlando Arend	Selvino Fred. Arend e Alsira (Stacke)	Arbilio Albano Arend, Armando Stacke, Gilda Gross e Lucinda Trein	Wilhelm Volkmann
29	20/02/1944 Vila Ernestina	28/05/1944 Vila Ernestina	Nelci Nickhorn	Alsiro Nickhorn e Maria Joaquina (Het)	Lauro Nickhorn, Arlindo Het, Irena Sossmeier e Mercedes Schubert	Wilhelm Volkmann
30	05/11/1943 Vila Ernestina	28/05/1944 Vila Ernestina	Waldir Nickhorn	Ermino Nickhorn e Lydia (Back)	Alsiro Nickhorn e Olivia Back	Wilhelm Volkmann
31	17/07/1943 Vila Ernestina	28/05/1944 Vila Ernestina	Arcioni Müller	Valentin Müller e Almirinda (Piangers)	Eugenio Rieth, Cecilio Diehl e Elli Nickhorn	Wilhelm Volkmann
32	05/03/1944 Posse Gonçalves	29/05/1944 Posse Gonçalves	Lucena Lorena Fatzch	Hebino Fatzch e Elli Born	Reinando Maun, Albino Born, Reinaldo Fatzch, Lydia Schneider, Erno Farias e Lydia Born	Wilhelm Volkmann
39	10/02/1944 Vila Ernestina	21/06/1944 Vila Ernestina	Nelvi Sippel	Osvino Sippel e Alsira (Drehmer)	Reinaldo Luersen, Guillherme O. Drehmer, Marculino Roericht, Lydia Schaeffer, Calotha Roericht	Wilhelm Volkmann
42	21/06/1944 Posse Gonçalves Ernestina	16/06/1944 Posse Gonçalves Ernestina	Elmar Armando Nickhorn	Gustavo Adolfo Nickhorn e Almerinda Libória (Haueunstein)	Alibio Roessler, Albino Drehmer, Osvino Dieterich, Nicoletha Scharlau, Rosa Jung e Leonita Engers	Wilhelm Volkmann
43	20/05/1944 Posse Gonçalves Ernestina	16/06/1944 Posse Gonçalves Ernestina	Belmira Scharlau	Adolfo Scharlau e Nicoletha (Pletsch)	Rainundo Jung, Edegar Pletsch, Abilio Hevis Scharlau, Elsa Pletsch, Sulmira Jung e Senita Dickel	Wilhelm Volkmann
44	16/06/1944 Posse Gonçalves Ernestina	16/07/1944 Posse Gonçalves Ernestina	Irio Weber	Albino Webeer e Helma (Huler)	Arnildo Hofstather, Helmuth Huler, Karolina Wollmer e Nilli Wolmmer	Wilhelm Volkmann
45	17/06/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	16/07/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Nilvi Dieterich	Osvino Dieterich e Hilda Friess	José Letuv, Semildo Arbilio Renner, Irena Letuv e Irma Dieterich	Wilhelm Volkmann
46	17/06/1944 Vila Ernestina	16/07/1944 Vila Ernestina	Lovi Borchardt	Albino Borchardt e Eva (Bublitz)	Augusto Dieterich, Helmuth Borchardt, Helma Stein, Florentina Tomacini	Wilhelm Volkmann
53	14/07/1944 Posse Gonçalves	27/08/1944 Posse	Livoni Schneider	Afanço Albino Schneider e Lydia	Edgar Born, Camillo Schneider, Rosalina	Wilhelm Volkmann

		Gonçalves		(Schneider)	Charet e Eva Kerber	
56	02/08/1944 Posse Gonçalves	24/09/1944 Posse Gonçalves	Orlando Jung	Reinaldo Jung e Selma Scheuermann	Guilherme Kethermann, Elvis Flesch, Trufred Jung, Emma Schaefer, Alma Jung, Amandine Bühler	Wilhelm Volkman
57	08/08/1944 Posse Gonçalves	24/09/1944 Posse Gonçalves	Lorena Born	Artur Fridolino Born e Norma(Scherer)	Edvino Scherer e Elidia Born	Wilhelm Volkman
58	13/05/1943 Vila Ernestina	01/10/1944 Vila Ernestina	Ottomar Schaeffer	Jorge Emilio Schaeffer e Amanda (Ziegler)	Arno Fett, Antonio Hentz, Alsira Fett, Maria Nickhorn	Wilhelm Volkman
59	02/07/1944 Vila Ernestina	01/10/1944 Vila Ernestina	Loreno Bier	Osvino Bier e Irma (Kaiber)	Albino Woll, Anibsl Bier, e Hilda Neitzki	Wilhelm Volkman
71	12/09/1944 Vila Ernestina	08/05/1944 Vila Ernestina	Ronaldo Ruben Schneider	Avelino Silveno Schneider e Anita (Müller)	Osvaldo Maier, Arno Müller, Elma Müller e Felicita Müller	Wilhelm Volkman
72	10/10/1944 Vila Ernestina	12/09/1944 Vila Ernestina	Martin Volkman	Wilkhielm Volkamann e Martha (Hangebrausk)	Edmundo Fett, Fernando Duderstadt, Ida Fett, Helma Dudarstadt, Adolfine Eschner e Frida Rieth	Wilhelm Volkman
75	20/06/1943 Posse Gonçalves Vila Ernestina	26/11/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Reni Mueller	Norberto Mueller e Erminda (Baumgardt)	Eduardo Fett, Thealmo Baumgardt, Almerinda Mathias e Felicita Mueller	Wilhelm Volkman
76	04/07/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	26/11/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Roveni Hopstatter	Arnildo Hopstatter e Hedi (Neuls)	Walter Kuhn, Valdomiro Hapstatter, Leonilda Neuls e Elvira Drehmer	Wilhelm Volkman
77	24/10/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	26/11/1944 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Osmar Kern	Reimundo Kern e Rosalina (Krämer)	Alberto Broats, Emilio Fendes, Balduino Kern, Florentina Tomasini, Elma Dieterich e Alsira Drehmer	Wilhelm Volkman
86	23/10/1944 Vila Ernestina	25/12/1944 Vila Ernestina	Armando Scharlau	Reinaldo João Scharlau e Ema (Schroeter)	Reinaldo Neuls, Balduino Wents, Hehrig Scharlau e Lucinda Schroeter	Wilhelm Volkman

ANO 1945

01	16/10/1944 Vila Ernestina	01/01/1945 Vila Ernestina	Delci Arend	Abilio Albano Arend e Lucilla (Woll)	Ivo von Secca, Edegar Arend, Reinaldo Woll, Alsira Arend	Wilhelm Volkman
02	22/02/1944 Vila Ernestina	04/01/1945 Vila Ernestina	Leontina Huf	Bernardo Huf e Herminda (Arend)	Wilbardo Tieze e Rosa Nickhorn	Wilhelm Volkman
03	07/08/1941 Vila Ernestina	04/01/1945 Vila Ernestina	Alfredo Huf	Bernardo Huf e Herminda (Arend)	Alfredo Albrecht, Ernesto Ribeiro, Anilda Graebin e Pilma Fertst	Wilhelm Volkman
04	18/12/1944 Vila Ernestina	05/02/1945 Vila Ernestina	Nelson Graebin	Osvino Graebin e Ernilda Anita (Schneider)	Arno Mueller, Reinaldo Schneider, Helma Graebin e Gerda Sommer	Wilhelm Volkman
06	13/02/1945 Vila Ernestina	04/03/1945 Vila Ernestina	Eugenio Sossmeier	Reimundo Sossmeier e Irena (Nickhorn)	Adolfo Muhl e Luvise Benoite	Wilhelm Volkman
07	20/01/1945 Vila Ernestina	04/03/1945 Vila Ernestina	Sadi Valter Lamb	Eduardo Lamb e Selma (Wentz)	Evaldo Friedholdo Penz e Theolina Wasen	Wilhelm Volkman
16	29/12/1944 Passo Fundo	01/04/1945 Vila Ernestina	Ruilda Guisela Waldor	Evaldo Eduardo Waldor e Edith Maria (Kamenz)	Emilio Kamenz, Norberto Phubert, Egon Schnr, Erika Kamenz, Helena Kamenz e Edalberto Eschner	Wilhelm Volkman
17	16/11/1944 Vila Ernestina	01/04/1945 Vila Ernestina	Eda Wutzke	Otto Wutzke e Hilayard Adolfine (Eschner)	Egon Eschner e Olga Wutzke	Wilhelm Volkman
22	09/02/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	08/04/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Deli Neuls	Arnildo Neuls e Leonita (Sanders)	Reinaldo Wentz, Edmundo Follmer, Ivono Neuls e Elvira Drehmer	Wilhelm Volkman
23	09/12/1944 Passo Fundo	08/04/1945 Vila Ernestina	Valdir Hoffmam	Arnildo Hoffmam e Leonora (Hack)	Otto Hoffmam, Elvira Kerber e Arno Haupt	Wilhelm Volkman
27	11/01/1945	21/05/1945	Lauro	Teodoro Bertholdo	Arno Kronbauer, Lauro	Wilhelm

	Posse Gonçalves Vila Ernestina	Posse Gonçalves Vila Ernestina	Kronbauer	Kronbauer e Elmira Alsira Hollmann	Sulig, Adolfa Kronbauer e Ida Follmer	Volkman
33	20/06/1945 Vila Ernestina	20/07/1945 Vila Ernestina	Silvia Datsch	Carlos Datsch e Helma (Arend)	Armando Stacke, Antonio Werner, Lucida Arend e Lydia Wener	Wilhelm Volkman
34	20/06/1945 Vila Ernestina	20/07/1945 Vila Ernestina	Sonia Datsch	Carlos Datsch e Helma (Arend)	Armando Kern, Freno Arend, Bernardina Kern e Ilga Arend	Wilhelm Volkman
35	22/07/1945 Vila Ernestina	08/08/1945 Vila Ernestina	Nilsa Rieth	Alfredo Carlos Rieth e Leonora (Heger)	Felippe Jersch, Alfredo Heger, Sibila Riteth, Anilda Rieth, Nely Heger e Gerda v. d. Goetz	Wilhelm Volkman
44	30/06/1945 Vila Ernestina	02/09/1945 Vila Ernestina	Nair Nickhorn	Ermino Nickhorn e Lydia (Back)	Lauro e Elli Nickhorn	Wilhelm Volkman
59	24/05/1945 Vila Ernestina	07/10/1945 Vila Ernestina	Ires Hauenstein	Osvaldo Hauenstein e Erika (Lottermann)	Albino Hauenstein, Ivo Wetter, Irena Roesler e Elvira Lottermann	Wilhelm Volkman
60	22/06/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	14/10/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Erni Carlos Müller	Armellino Carlos Müller e Hedi (Stürner)	Eduardo Müller, Marculino Langer, Helma Stürner e Hela Wahl	Wilhelm Volkman
61	27/07/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	14/10/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Ireni Drehmer	Fridolino Drehmer e Adolina (Schneider)	Anildo Hopstätter, Alfredo Drehmer, Anna Neübirger e Helga Wahl	Wilhelm Volkman
69	26/09/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	15/11/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Erno Osvaldo Müller	Arlindo Müller e Adelia (Follmer)	Eduardo Müller, Arno Follmer, Ida Follmer e Rosaila Müller	Wilhelm Volkman
81	31/08/1945 Vila Ernestina	25/12/1945 Vila Ernestina	Paulo Carlos Fett	Guilherme Eduardo Fett e Ida Julia Othilia (Fersch)	Sidnei vou der Goltz, Osvaldo Müller, Ella Neühaus Müller, Irma Krabbe,	Wilhelm Volkman
82	18/06/1945 Vila Ernestina	25/12/1945 Vila Ernestina	Sadi Tietze	Wilibaldo Tietze e Helga (Cornelius)	Edgar Leonhard, Avelino Tietze, Leogathe Leonhard e Olga Tietze	Wilhelm Volkman

ANO 1946

01	01/01/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	04/04/1942 Vila Ernestina	Abilio Schaeffer	Wendolino Schaeffer e Elvira (Kurtz)	Felippe Waldemar Schuster, Alexandre Viricino, Alsira Sippel e Regina Blödo	Wilhelm Volkman
02	01/01/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	10/11/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Erni Ivo Schneider	Afonço Albino Schneider e Lydia (Schneider)	Lindolfo Schneider, Albino Tatsch, Rosalina Jung e Sida Shuhmahr	Wilhelm Volkman
03	01/01/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	30/08/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Odair Vilson	Alfredo Vilson e Paulina (Petry)	Marculino Bübi Langer, Reinldo Jung, Rosalina Jung e Erica Eborhrdt	Wilhelm Volkman
04	02/05/1945 Posse Gonçalves Vila Ernestina	01/01/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Mafalda Elicker	Afonço Elicker e Alma (Schaeffer)	Carlos Assmann, Otto Boügart Altemerano de Sousa, Ida Assmann Rosalina Jung e Frida Elicker	Wilhelm Volkman
05	29/09/1945 Vila Ernestina	03/02/1946 Vila Ernestina	Ivo Miguel Arend	Selvino Fredolino Arend e Alsira (Stacke)	Balduino Arend, Eugenio März, Gilda Stacke, Gerda Musskopp	Wilhelm Volkman
14	27/09/1945 Vila Ernestina	06/03/1946 Vila Ernestina	Ilga Huf	Edvino Huf e Albina (Post)	Fernando Duderstadt, Reinaldo Krabbe, Alicio Devitt, Nelly Heger, Elli Huf e Alsira Kopp	Wilhelm Volkman
21	10/07/1945 Vila Ernestina	03/04/1946 Vila Ernestina	Odilo Albrecht	Leopoldo Albrecht e Leonita (Dresch)	Osvino Roesler, João Tomé, Frieda Roesler e Lydia Albrecht	Wilhelm Volkman
27	20/10/1945	21/04/1946	Verci Arend	Arbilio w. Arend e Irma	Reinaldo Nickhorn, Otávio	Wilhelm

	Vila Ernestina	Vila Ernestina		(Nickhorn)	Arend, Elli Nickhorn e Ilga Arend	Volkmann
28	12/12/1945 Vila Ernestina	21/04/1946 Vila Ernestina	Iria Schneider	Avelino Schneider e Anita Müller	Alfredo Albrecht, Ervino Müller, Arnaldo Kerber, Alsira Maier, Ilse Henz e Ruth	Wilhelm Volkmann
29	08/11/1945 Vila Ernestina	21/04/1946 Vila Ernestina	Reno Leonard	Edgar Leonard e Alsira (Dastch)	Aldino Leonard, Vitor Leonard, Erna Scütz e Lucita Arend	Wilhelm Volkmann
30	22/02/1946	21/04/1946 Vila Ernestina	Ieda Krabbe	Alberto Krabbe e Celitta Elvira (Eitelwein)	Adalbio Schmidt, Clodoaldo Eitevein, Maria Nickhorn e Noemia Krabbe	Wilhelm Volkmann
31	03/12/1945 Vila Ernestina	21/04/1946 Vila Ernestina	Soeli Koch	Wilibaldo Koch e Herta (Diebes)	Afaço Müller, Ermidio Schmidt, Elvira Kerber e Ervida Diebes	Wilhelm Volkmann
32	24/02/1946 Posse Gonçalves	22/04/1946 Vila Ernestina Posse Gonçalves	Lúcio Müller	Eduardo V. Müller e Rosalina (Bratz)	Otto Bratz, Osvino Bratz, Armelindo Müller, Alma Mann, Hilda Schaeffer	Wilhelm Volkmann
33	16/01/1946 Vila Ernestina Posse Gonçalves	22/04/1946 Vila Ernestina Posse Gonçalves	Noêmia Hatje	Fridolino Hatje e Wilma (Scheüermann)	Fridlono Kettermann, Anicio Scheüermann, Irma Erig e Olivia Scheüermann	Wilhelm Volkmann
38	27/04/1946 Vila Ernestina	09/06/1946 Vila Ernestina	Adelar Müller	Adolino Müller e Hilda (Sippel)	Willi Sippel, Carlos Assmann, Oskar Wibleling, Ella Henrich, Araci Dreyer e Herta Koch	Wilhelm Volkmann
39	22/02/1946 Vila Ernestina	09/06/1946 Vila Ernestina	Elmo Sippel	Osvino Sippel e Alsira (Drehmer)	Carlos Assmann, Leopoldo Kribluler, Eeta Orweiler e Emma Schlick	Wilhelm Volkmann
40	23/12/1945 Vila Ernestina	09/06/1946 Vila Ernestina	Lolita Celita Sanger	Waldema Sanger e Celita (Schneider)	José Wurst e Edeltraut Eschner	Wilhelm Volkmann
41	19/02/1946 Vila Ernestina	09/06/1946 Vila Ernestina	Fricelda Schaeffer	Jorge Emilio Schaeffer e Amanda (Ziegler)	Otto Baumgardt, Ivo Dryer, Celita Elvira Krabbe e Nair Röhrig	Wilhelm Volkmann
42	24/03/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	10/06/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Norma Borchardt	Reinaldo Borchardt e Eva (Bublitz)	Herberto Eann, Norberto Kern, Rosa Kern e Norma Kern	Wilhelm Volkmann
43	13/04/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	10/06/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Roméo Hofstätter	Arnildo Hofstätter e Hedi (Neuls)	Fridlono Neuls, Armindo Appel, Gilda Hofstätter e Helam Weber	Wilhelm Volkmann
44	12/04/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	10/06/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Elvira Georg	Reinaldo Georg e Cecilia Boa-Aventura Gonçalves	Theodoro Kranbauer, Osvaldo Klein, Elmira Kranbauer e Ovalina Gonçalves	Wilhelm Volkmann
45	16/04/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	10/06/1946 Posse Gonçalves Vila Ernestina	Soli Schüermann	Auicio Reinaldo Schüermann e Amélia (Bühler)	Leopoldo Schmidt, Alberto Edvino Scherer, Ainda Bühler e Alvina Schuster	Wilhelm Volkmann

ANEXO 3 – Cópia da ata de doação do terreno para o cemitério.

11

de Vespertino

Termo de compromisso e doação.

Nos sete dias do mez de Março de mil novecentos e trinta e dois nesta sub-prefeitura do octavo districto de Passo Fundo, presente o Sub-prefeito Sr. João Luiz Peret em exercicio de seu cargo compareceu o Sr. Seraphim de Almeida Lara e declarou em presença de duas testemunhas abaixo assignadas que fazia doação de um quadro de terra de sua propriedade com 35 metros em quadro no lugar denominado Posse dos Almeida Lara destinado este quadro de terras para cemitério da pobreza que não dispõe de recursos. Sendo lido indicado pelo mesmo Sr. doador o cidadão Belizario Nunes de Carvalho como zelador do referido cemitério. A. Declarou mais o mesmo doador que o dito cemitério é destinado exclusivamente a defuntos do credo catholico. Presente o cidadão Belizario Nunes de Carvalho por elle foi declarado que assumia o compromisso para o qual fora indicado e de cumprir fielmente com esse compromisso. E por assim dizer e prometter para constar foi lavrado o presente termo que vai assignado pelo Sr. Sub-prefeito commingo Pedro Tridolino Schneider nomeado escrivão ad hoc pelo mesmo Sub-prefeito, pelos declarantes e testemunhas.

ANEXO 4 – Ata n.º 1 – Ata de Criação da Comissão do Plebiscito

ERNESTINA, 06 DE AGOSTO DE 1986. ATA N.º 1

Aos seis dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e seis (1986) tendo por local o Salão Paroquial da Comunidade Evangélica de Vila Ernestina, nesse distrito do Município de Passo Fundo, reuniram-se as lideranças do Distrito e população em geral, com a finalidade de eleger a comissão emancipadora do futuro, Município de “Ernestina”. Após vários debates e explanações, procurando sempre analisar as reais condições confrontadas com a Lei Complementar n.º 1 de nove de novembro de um mil novecentos e sessenta e sete, a qual estabelece os requisitos mínimos para criação de novos Municípios chegou-se à conclusão que a localidade possui todos, os requisitos necessários à criação de novo Município. Em virtude desta constatação, por aclamação geral de todos os presentes, foi eleita a comissão emancipadora composta pelos seguintes membros:

Presidente: Jaime Gonçalves da Silva
Vice-Presidente: Odir Gentil Ferst
1.º Secretário: Marico Alfredo Ferst
2.º Secretário: Paulinho Eugênio Goedel
1.º Tesoureiro: João Cláudio Goedel
2.º Tesoureiro: Gelson Ireno Arend
Conselho Fiscal: Clarecy Neckel
Lauro Lindolfo Penz
Benno Gnich

De conformidade com as exigências da Lei Complementar n.º 1, de nove de novembro de um mil novecentos e sessenta e sete, e em obediência aos demais diplomas legais existentes tanto na área federal como estadual, par-

ANEXO 4 – Ata n.º 1 – Ata de Criação da Comissão do Plebiscito

participaram da reunião 119 (cento e dezenove) pessoas, todas moradoras na área a ser emancipada e com domicílio eleitoral na área referida.

Empossada a Comissão Emancipadora acima enunciada, deliberam-se que a mesma, imediatamente iniciará a coleta de assinaturas de pessoas residentes na área, favoráveis à emancipação, para logo após requerer as credenciais junto à Assembléia Legislativa do Estado.

O Presidente da Comissão, eleito e empossado, tomou o uso da palavra agradecendo a confiança de todos nele e em todos os membros, salientando que a Comissão é a representação, mas a comunidade deve continuar unida e trabalhar em conjunto em busca da Emancipação.

Nada mais havendo a tratar, eu Marico Alfredo Ferst, já servindo de secretário, lavrei a presente Ata, que vai assinada por todos os presentes.

Ernestina, 06 de Agosto de 1986

Relação dos membros que compõem a Diretoria da Comissão Pró-Emancipação do distrito de Ernestina e parte do distrito de Pulador, eleitores da 33ª Zona Eleitoral:

Jaime Gonçalves da Silva — Presidente	Nº Título 337675004/50 Seção 12
Odir Gentil Ferst — Vice-Presidente	Nº Título 337670704/69 Seção 12
Marico Alfredo Ferst — 1º Secretário	Nº Título 360501804/00 Seção 12
Paulinho Eugênio Goedel — 2º Secretário	Nº Título 337687304/00 Seção 12
João Cláudio Goedel — 1º Tesoureiro	Nº Título 337677504/00 Seção 12
Gelson Ireno Arend — 2º Tesoureiro	Nº Título 337697004/26 Seção 28

CONSELHO FISCAL

Clareci Neckel	Nº Título 89271504/42 Seção 45
Lauro Lindolfo Penz	Nº Título 89275104/00 Seção 45
Benno Gnich	Nº Título 337693504/42 Seção 122

Ernestina, novembro de 1986.

Jaime Gonçalves da Silva — Presidente

ANEXO 5 – Ata Proclamação do Resultado do Plebiscito

ATA DE PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO DO PLEBISCITO

Aos vinte dias do mês de dezembro (12) de mil novecentos e oitenta e sete, nesta cidade de Passo Fundo, às 17,00 horas, no Cartório Eleitoral da 33ª Zona, reuniu-se a Junta Apuradora presidida pelo Juiz Eleitoral Dr. Marcel Esquivel Hoppe, presentes os seus membros Drs. Marco Antonio de Mattos e Roque Boneti Jury, bem como o Dr. Ari Costa, Promotor Público em sessão especial nos termos do artigo 41, da Resolução Normativa n.º 01, de 21 de abril de 1987, do TRE.

Aberta a sessão pelo Juiz Presidente foi dito que passava a proclamar para conhecimento público o resultado da consulta plebiscitária realizada no distrito de Ernestina, pertencente a esta 33ª Zona Eleitoral de Passo Fundo, tendo sido apurada a seguinte votação:

Total de eleitores inscritos:	1.815
Total de votos SIM:	1.192
Total de votos NÃO:	43
Total de votos em BRANCO:	06
Total de votos NULOS:	03
Total de eleitores que votaram:	1.244

Após pelo Dr. Juiz Eleitoral foi dito que proclamava vencedora a manifestação popular a favor (ou) contra a criação do município correspondente à área desta consulta plebiscitária.

A seguir pelo Dr. Juiz foi dito que dava por encerrada a sessão e que, a partir da mesma, fluirá o prazo para a interposição de recurso relativo ao resultado do plebiscito ora proclamado, do que para constar, foi lavrada a presente ata que assino.

Eu, Vitor S. de Aguiar, Secretário da Junta.

PRESIDENTE

MEMBRO

MEMBRO

PROMOTOR PÚBLICO

Assinaturas ilegíveis

ANEXO 6 – Lei N.º 8.554 de 11 de abril de 1988, Criação do Município de Ernestina

LEI, N.º 8.554, DE 11 DE ABRIL DE 1988.**Cria o Município de Ernestina.**

PEDRO SIMON, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 66, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte.

Art. 1º — É criado o Município de Ernestina constituído pelo Distrito de Ernestina, pertencente ao Município de Passo Fundo.

Art. 2º — O território do novo município fica com os seguintes limites:

— Inicia na extremidade leste, no ponto de encontro da Estrada Pessegueiro-Rio Jacuí com o Rio Jacuí; deste ponto, pelo leito do Rio Jacuí, águas baixo, até o encontro deste com a Rodovia Presidente Kennedy, em sentido geral norte, até o encontro desta rodovia com o Arroio Marupiara (ex-Grande); daí, pelo leito do Arroio Marupiara, águas acima, em sentido geral norte, além do Pessegueiro Alto, pela nascente mais a oeste, até um ponto em que esta nascente se encontra com uma estrada sem denominação originária da estrada capão do Valo-Três Lagoas (que cruza as terras de Pedro A. da Luz); deste ponto, em sentido geral oeste, pelo leito desta estrada sem denominação, até a estrada Pessegueiro-Passo do Faxinal; pelo leito da estrada Pessegueiro-Passo Faxinal até as proximidades da Igreja Santa Cruz, num ponto em que a estrada Pessegueiro-Passo do Faxinal se encontra com o Arroio Faxinal (a aproximadamente 50 metros abaixo do ponto em que o Arroio Faxinal se encontra com o Arroio do Engenho); daí, águas abaixo, até o ponto em que este se encontra com o Arroio Passo do Herval; pelo leito do Arroio Passo do Herval, águas acima, até que o seu afluente denominado Bernardo Paes; pelo Arroio Bernardo Paes até sua nascente; daí, por linha seca e reta, de aproximadamente 100 metros, de direção geral sudeste, até a nascente mais próxima do Arroio Chifrãozinho daí, pelo leito do Arroio Chifrãozinho até o seu encontro com a RST-153; deste ponto, em

ANEXO 6 – Lei N.º 8.554 de 11 de abril de 1988, Criação do Município de Ernestina

sentido geral nordeste, pela RST-153, até o encontro desta com a estrada Pessegueiro-Rio Jacuí; pela estrada Pessegueiro-Rio Jacuí, até o Rio Jacuí, ponto inicial e final desta descrição.

Art. 3.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 11 de abril de 1988.

PEDRO SIMON,
Governador do Estado.

Waldir Walter,
Secretário de Estado da Justiça.

José Ernesto Pasquotto,
Secretário do Estado da Fazenda.

Registre-e e publique-se

Ladislau Fernando Rohnelt,
Chefe da Casa Civil.

ANEXO 7 – Cópia Certidão de Germanidade

N. ^o	A. Torufo:	Anos.
1	Beroline Müller	4
2	Edwin Kuf	4
3	Abraham Schöpfer	5
4	Carl Röhrig	5
5	Wilhelmine Schöpfer	6
6	Selma Schlick	6
7	Elvira Schlick	7
8	Arthur Kuf	7
9	Valentin Müller	8
10	Leopold Kuf	8
11	Alphons Kriebbe	9
12	Willibald Müller	10
13	Theobald Kuler	12
14	Thealmo Kuler	12
14	Waldemiro Kuler	12
15	Thealmo Schöpfer	12
16	Erna Langer	12
17	Bellarmiro Schöpfer	12
18	Eugenio Rangenmann	14
19	Ervin Langer	14
20	Fridalina Schöpfer	14
21	Alphons Röhrig	16
22	Maria Louise Gollner	16
23	Kendolin Schlick	16
24	Arthur Ferdinand Geyger	17
25	José Borges	17
26	Albert Kriebbe	18
27	Griseina Louise Gollner	18
28	Sarci Romings dos Santos	18
29	Eugen Müller	19

Cinta	N ^o	A. Toufa:	Cinta
	1	Pauline Müller	4
	2	Edwin Stuf	4
48.	3	Abraham Schöpfer	5
48.	4	Carl Röhrig	5
48.	5	Wilhelmine Schöpfer	6
48	6	Selma Schliek	6
48.	7	Elvira Schliek	7
49	8	Arthur Stuf	7
49	9	Valentin Müller	8
50	10	Leopold Stuf	8
50	11	Alphons Kralbe	9
51	12	Willibald Müller	10
52	13	Theobald Kuler	12
52	14	Thealmo Kuler	12
53.	14	Waldemiro Kuler	12
53.	15	Thealmo Schöpfer	12
	16	Erna Langer	12
	17	Bellarmino Schöpfer	13
	18	Eugenio Rangenmann	14
	19	Ervin Langer	14
	20	Fridalina Schöpfer	14
	21	Alphons Röhrig	16
	22	Marie Louise Gollner	16
	23	Reudolin Schliek	16
	24	Arthur Ferdinand Jagger	17
	25	Jose' Bonges	17
	26	Albert Kralbe	18
	27	Marina Louise Gollner	18
	28	Carci Romings dos Santos	18
	29	Eugen Müller	19